

2015-2018

PERFIL DOS

PARLAMENTARES DO DF





FIBRA
SESU
RENAI
IEL

FIBRA

2015–2018

PERFIL^{DOS}

PARLAMENTARES DO DF

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL (FIBRA)

DIRETORIA QUADRIÊNIO 2014–2018

PRESIDENTE
JAMAL JORGE BITTAR

1º VICE-PRESIDENTE
ELSON RIBEIRO E PÓVOA

2º VICE-PRESIDENTE
**JOÃO BATISTA ALVES
DOS SANTOS**

DIRETOR SECRETÁRIO
**PAULO EDUARDO MONTENEGRO
DE ÁVILA E SILVA**

VICE-DIRETOR SECRETÁRIO
**JÚLIO CESAR MEDEIROS
DE OLIVEIRA**

DIRETOR FINANCEIRO
ANTÔNIO EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA

VICE-DIRETOR FINANCEIRO
DEUSDETE BERNARDES DA SILVA
**DIRETOR DE ASSUNTOS DE DESENVOLVIMENTO
SINDICAL E RELAÇÕES DO TRABALHO**
FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA JAPIASSU

**VICE-DIRETOR DE ASSUNTOS DE
DESENVOLVIMENTO SINDICAL
E RELAÇÕES DO TRABALHO**

LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA
**DIRETOR DE ASSUNTOS DE DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO**

GRACIOMÁRIO DE QUEIROZ
**VICE-DIRETOR DE ASSUNTOS DE DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO**

JOÃO CARLOS PIMENTA
**DIRETOR DE ASSUNTOS DE DEFESA DE INTERESSE
INDUSTRIAL**

WALID DE MELO PIRES SARIEDINE
**VICE-DIRETOR DE ASSUNTOS DE DEFESA DE
INTERESSE INDUSTRIAL**

GIOVANI ANTÔNIO DIAS
DIRETOR DE ASSUNTOS DE MEIO AMBIENTE
MARCONTON BITES MONTEZUMA

**VICE-DIRETOR DE
ASSUNTOS DE MEIO AMBIENTE**
GUILLERMO AMARAL FUNES

VICE-PRESIDENTES

BRÁULIO PEREIRA DE SOUZA
DIONYZIO ANTÔNIO MARTINS KLAVDIANOS
ÉLVIO BARBOSA DE SOUZA
JORGE LUIZ SALOMÃO
JOSÉ CLAUDIO DE LIMA LOPES
JOSÉ MARCOS ZANDONADI
JOSÉ WILSON SILVA CORREA
KARINA DE LIMA SZERVINSK
LUIZ AFONSO DELGADO ASSAD
MARIA DO SOCORRO SOUSA VALE

DIRETORES

FERNANDO ANTÔNIO SANTOS OLIVIERI
GERSON CARNEIRO SPINDOLA JÚNIOR
HUMBERTO CENCI
IZÍCIO SANTOS JUNIOR
JOSÉ EDMILSON BARROS DE OLIVEIRA NETO
JOSÉ OLÍMPIO NETO
MARCELO MACHADO GUIMARÃES
MÁRIO VIEIRA FRANÇA
PAULO ROBERTO DE MORAIS MUNIZ

PAULO ROBERTO DE SOUZA
PAULO SARKIS ANTÔNIO
PEDRO HENRIQUE ACHCAR VERANO
RAIMUNDO ALVES DA SILVA
RAIMUNDO DE JESUS DE LIMA ALVES
WALQUIRIA PEREIRA AIRES

CONSELHO FISCAL – TITULARES

DEYR CORRÊA
RODRIGO CLAVIS PEREZ DE ALMEIDA

CONSELHO FISCAL – SUPLENTES

JOBSON THEISS MARQUES
RUI SOARES BARROS

DELEGADOS REPRESENTANTES

JUNTO À CNI – TITULARES

ELSON RIBEIRO E PÓVOA
JAMAL JORGE BITTAR

DELEGADOS REPRESENTANTES

JUNTO À CNI – SUPLENTES

LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA
PAULO EDUARDO MONTENEGRO
DE ÁVILA E SILVA

PALAVRA DO PRESIDENTE	8
O DESAFIO DA RECUPERAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	10

AGACIEL MAIA (PTC)	18	PROFESSOR REGINALDO VERAS (PDT)	74
BISPO RENATO (PR)	22	RAFAEL PRUDENTE (PMDB)	78
CELINA LEÃO (PDT)	26	RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB)	82
CHICO LEITE (PT)	30	RICARDO VALE (PT)	86
CHICO VIGILANTE (PT)	34	ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB)	90
CRISTIANO ARAÚJO (PTB)	38	RODRIGO DELMASSO (PTN)	94
DR. MICHEL (PP)	42	SANDRA FARAJ (SD)	98
JOE VALLE (PDT)	46	TELMA RUFINO (PPL)	102
JUAREZÃO (PRTB)	50	WASNY (PT)	106
JULIO CÉSAR (PRB)	54	WELLINGTON LUIZ (PMDB)	110
LILIANE RORIZ (PRTB)	58		
LIRA (PHS)	62		
LUZIA DE PAULA (PEN)	66		
PROFESSOR ISRAEL (PV)	70		

DEPUTADOS DISTRITAIS

DEPUTADOS FEDERAIS

AUGUSTO CARVALHO (SD)	116
ERIKA KOKAY (PT)	120
FRAGA (DEM)	124
IZALCI (PSDB)	128
LAERTE BESSA (PR)	132
ROGÉRIO ROSSO (PSD)	134
RONALDO FONSECA (PROS)	138
RÔNEY NEMER (PMDB)	142

SENADORES

CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	148
HÉLIO JOSÉ (PSD)	152
REGUFFE (PDT)	156

ÍNDICE



PALAVRA DO PRESIDENTE

Aprimorar a relação já existente com o Poder Legislativo do DF é uma das frentes de atuação da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra). O momento é de renovação. Não apenas nos cargos públicos da capital federal e do País, mas também na gestão desta Federação, que tem nova diretoria para o quadriênio 2014–2018, empossada em 1º de outubro do ano passado. A partir do diálogo transparente e contínuo – tanto com o Executivo como com o Legislativo local –, a Fibra pretende ser protagonista e não coadjuvante no processo de formulação de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento do setor industrial e, consequentemente, de todo o DF.

*Para tanto, na legislatura que se inicia neste 1º de janeiro, a Federação dá o primeiro passo para aproximar o setor produtivo dos poderes constituídos. Trata-se da produção do **Perfil dos Parlamentares do DF**, iniciativa bem-sucedida na legislatura anterior e ampliada, nesta edição, à toda a representação do DF, alcançando os deputados e senadores que compõem a bancada federal.*

Produzir este perfil permitiu à Fibra – em entrevistas reproduzidas neste documento em primeira pessoa e posteriormente validadas pelos deputados distritais, federais e senadores – conhecer a opinião de cada parlamentar a respeito de assuntos que impactam a competitividade do setor industrial e que esta

entidade gostaria que fossem objetos de debate e deliberação durante seus mandatos.

*Assim, o **Perfil dos Parlamentares do DF** tem como objetivo ser instrumento de trabalho para os empresários da indústria, representantes de sindicatos e dirigentes da Federação que se relacionam com as casas legislativas. Além disso, esta publicação será uma contribuição para toda a sociedade, sendo objeto de consulta, com informações acerca da biografia e da visão de cada parlamentar sobre o desenvolvimento do DF.*

Neste diálogo que se intensifica, a Fibra compromete-se a subsidiar, sempre que necessário for, os parlamentares com informações qualificadas, dados, números que permitam ao legislador enxergar claramente a realidade vivida pelo empresariado local, assim como a relação entre a expansão do setor industrial no DF e a melhoria dos indicadores econômicos da capital federal.

Temos, portanto, quatro anos para trabalhar em conjunto, com a meta de retomar o crescimento sustentado. O bom relacionamento a que nos propomos é capaz de restaurar a confiança do empresariado brasiliense, que vislumbrará um ambiente de negócios favorável à competitividade. Pois, ao ser ouvido, o setor se encoraja a investir e, claro, a ampliar a geração de emprego e renda.

Jamal Jorge Bittar
Presidente da Fibra

O DESAFIO DA RECUPERAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Por Leonardo Barreto

Democracias precisam ser ajustadas de tempos em tempos, pois as instituições têm uma relação de reciprocidade com a sociedade: uma motiva a transformação da outra. Nenhuma delas é ou deve ser estática. Pelo contrário, o desafio é estar em constante evolução e manter uma relação de compasso tanto quanto possível, em desenvolver capacidade de aprendizado, de aperfeiçoamento e de adaptação para sobreviver ao tempo. A natureza dessa relação recíproca é conflituosa. O direito de voz, a ampliação dos espaços de representação e o tipo de conexão entre os órgãos de poder e a sociedade sempre são discussões que acontecem em contextos de disputa, pois envolvem visões de mundo diferentes e que nem sempre são compatíveis. A democracia é o único regime que tem capacidade de administrar esses conflitos mantendo a continuidade institucional, pois é uma obra constantemente aberta à crítica e à reforma. Dessa maneira, as crises que acontecem dentro de regimes democráticos com boa capacidade de

processar demandas e tomar decisões ajudarão o sistema a funcionar melhor. As crises que acontecem em outras circunstâncias muito possivelmente terminarão em ruptura e violência. Os novos deputados distritais, deputados federais e senadores (o senador eleito e o senador suplente de Rodrigo Rollemberg) assumem seus mandatos sob o signo da mudança. O processo eleitoral de 2014 foi profundamente influenciado pelas jornadas de junho de 2013, que, apesar de não terem apresentado uma agenda ou mostrado líderes formais, sinalizaram de forma contundente que há grande carga de insatisfação na sociedade com as organizações políticas. Portanto, entre os inúmeros compromissos firmados por esta geração de representantes, um antecede e permeia todos os outros, que é a recuperação da legitimidade e da confiança no sistema político. O primeiro passo talvez seja reconhecer que a insatisfação popular não é um sentimento abstrato. Está amparada em fatos objetivos que podem ser alvos de reforma. Por exemplo, os custos de



27,6%

DOS VOTOS
NOMINAIS VÁLIDOS
PARA A CÂMARA
LEGISLATIVA FORAM
DESTINADOS AOS
NOMES VENCEDORES.

**CADA DEPUTADO
DISTRITAL** ELEITO
CONQUISTOU, EM
MÉDIA, 1,1% DOS
VOTOS VÁLIDOS.

48%

DOS ELEITORES QUE
VOTARAM PARA
DEPUTADO FEDERAL
ESCOLHERAM UM DOS
OITO ELEITOS PARA
REPRESENTAR O DF.

960

**PESSOAS FORAM APTAS
A CONCORRER** AO CARGO
DE DEPUTADO DISTRITAL,
NÚMERO 136% MAIOR
DO QUE NAS PRIMEIRAS
ELEIÇÕES PARA A CASA,
EM 1990.

campanha praticamente dobram a cada dez anos no Brasil, e têm impacto grande sobre a percepção das pessoas. No entanto, ainda são elementos superficiais quando comparados à questão de fundo. A sensação de déficit de representação nos dias de hoje, também objetiva, pode ser mensurada e exemplifica a principal preocupação, que é o tipo e a abrangência da representação política que se busca.

ASSIMETRIA

Na última eleição, 1.439.955 eleitores escolheram algum candidato a deputado distrital, mas apenas 397.469 (27,6%) deles votaram em nomes vencedores. O dado não chega a ser uma novidade. Nas seis eleições anteriores, apenas 34% dos votos nominais em média "acertaram o alvo". Ou seja, em regra, somente um terço dos eleitores brasileiros consegue eleger um parlamentar na CLDF. Na Câmara dos Deputados, o resultado é um pouco melhor, mas o problema é o mesmo. Somados, os oito deputados eleitos tiveram 48% dos votos nominais válidos. A maior consequência dessa assimetria

41 CANDIDATOS POR VAGA

FOI A CONCORRÊNCIA POR UMA CADEIRA NA CÂMARA LEGISLATIVA, O QUE A TORNA A MAIS DISPUTADA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO BRASIL.

NÃO HÁ DÚVIDAS DE QUE A NOVA GERAÇÃO DE REPRESENTANTES VAI ENFRENTAR TEMPOS DESAFIADORES. MAS TÃO GRANDE QUANTO A DIFICULDADE É A OPORTUNIDADE QUE SE ABRE PARA QUE SEJAM FEITAS REFORMAS QUE POSSIBILITEM UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E MATERIAL NO PAÍS E NO DISTRITO FEDERAL.

é a sensação de “desperdício” dos votos. A segunda é o prejuízo gerado para o controle do parlamentar pela sociedade, dado que não eleger ninguém desestimula o cidadão a acompanhar a atividade legislativa. Mas há também outro lado. Deputados distritais eleitos em média com 1,1% e deputados federais escolhidos com 5,2% dos votos válidos certamente gostariam de contar com bases de apoio maiores para poderem implementar com mais facilidade seus projetos e ideias. Além disso, o déficit de representatividade torna mais difícil a fiscalização sobre o Poder Executivo. No final das contas, o desafio da construção da representatividade acaba tendo que ser vencido ao longo do mandato sem ter tido um ponto de partida satisfatório no momento da votação.

Obviamente, a responsabilidade não é dos eleitos, mas do sistema eleitoral, que faz tudo ao contrário do que, em tese, deveria fazer. Considerando que eleições não servem apenas para escolher governantes, mas são regras que também devem ajudar a sociedade a minimizar suas divisões internas, promover a agregação dos segmentos existentes e criar maioria

em torno de candidatos e/ou partidos com bases mais amplas, se pode dizer que o sistema proporcional de listas abertas utilizado para eleger deputados distritais e federais não cumpre um bom papel. Fragiliza mais do que fortalece a representação política, estando o problema nos incentivos estratégicos que ele oferece aos atores. O número excessivo de candidatos, gerado pela grande quantidade de partidos, as coligações e o voto centrado no candidato induzem táticas eleitorais focadas em características pessoais e direcionadas a segmentos específicos, transformando a eleição no Legislativo em um conjunto de disputas particulares pela representação de redutos. O modelo enfatiza um contexto favorável à segmentação excessiva da eleição, no qual os candidatos miram grupos que possam atender à sua meta de votos. Ele exerce um efeito centripeto na sociedade em detrimento da missão de agir como força centrífuga. O número absoluto de candidatos ao cargo de deputado distrital cresceu 136% entre as eleições de 1990 e 2014. Novecentas e sessenta pessoas foram consideradas aptas para disputar as

vagas da Câmara Legislativa em 2014, o que a torna a mais concorrida do Brasil, com 41,83 candidatos por vaga. Para ter uma ideia de grandeza, o estado que ficou na segunda posição foi o Rio de Janeiro, com 28,33 candidatos por vaga. A informação é relevante, pois a quantidade de competidores estimula a fragmentação. Tantos candidatos estão relacionados à quantidade de partidos políticos, ao tamanho estabelecido pela legislação para as listas partidárias, às estratégias de cada partido para atingir o quociente eleitoral e à formação de coligações. Já na Câmara dos Deputados, o movimento é mais moderado, com aumento do número de candidatos de apenas 69% nos últimos 24 anos. Quanto mais partidos, mais candidatos. O pluripartidarismo exerce forte influência no processo eleitoral, tornando o mercado de oferta de candidatos muito amplo e cada vez maior à medida que legendas são criadas. Cada sigla adicional pode inserir até 48 candidatos no pleito para deputado distrital e 16 candidatos para deputado federal. Em virtude das coligações, nem sempre os partidos chegam ao limite máximo. Em média,

tomados em conjunto, lançam 86% das vagas a que têm direito por lei.

TEMPOS DESAFIADORES

Por fim, o voto centrado na pessoa e não na legenda leva a uma competição intrapartidária que incentiva os candidatos a focarem benefícios particularistas em detrimento das propostas programáticas e consagra estratégias eleitorais pautadas em características pessoais, obedecendo à necessidade de os candidatos se diferenciarem dos colegas de partido. A concorrência interna tende a levar os postulantes a deixarem a identidade partidária para o segundo plano (dado que ela é comum a todos), estimulando os eleitores a considerarem outros aspectos para a decisão do voto, como local de nascimento, profissão, defesa de categorias e identidades específicas. Não há dúvidas de que a nova geração de representantes vai enfrentar tempos desafiadores. Mas tão grande quanto a dificuldade é a oportunidade que se abre para que sejam feitas reformas que possibilitem um novo ciclo de desenvolvimento humano e material

no País e no DF. É necessário que a população se sinta plenamente representada e, ao contrário do que possa parecer, talvez isso aconteça se o corpo de eleitos tiver tanta capacidade de realizar discussões no plano macro quanto tem hoje de representar interesses no nível mais segmentado. Para isso, políticos e sociedade precisam pactuar e efetivar uma agenda de reformas. A tarefa é ampla e complexa, mas precisa ser enfrentada. Não é necessário mudar tudo do dia para a noite. Mas é preciso sinalizar de forma clara que há comprometimento e empenho para melhorar a relação de custo e benefício das organizações de representação, mesmo que isso demande prazo e regras de transição. A população é inteligente e não espera passes de mágica. Para ela, já será um bom começo saber que pessoas corretas estão empenhadas em aprender e a colocar em prática as lições certas.

Leonardo Barreto

*é doutor em Ciência Política pela
Universidade de Brasília*

24

**PARLAMENTARES
COMPÕEM A CÂMARA
LEGISLATIVA.**

8

**DEPUTADOS FEDERAIS
REPRESENTAM O DF NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS.**

3

**É O NÚMERO DE
SENADORES DE CADA
UNIDADE DA FEDERAÇÃO.**

The background is a solid teal color. It is decorated with a repeating pattern of white icons. These icons include stylized human figures (both men in suits and women in blouses) and envelope symbols, arranged in a grid-like fashion.

DEPUTADOS DISTRITAIS



AGACIEL MAIA | PTC



Agaciel da Silva Maia

Brejo do Cruz (PB), 21/7/1958

Em Brasília desde 1972

Economista

Católico



Cargos públicos anteriores:

Diretor-geral do Senado Federal (1995–2009)

Deputado distrital (2011–2014)

QUALIFICAÇÃO CONTRA A MARGINALIDADE

Tenho um foco na área social que é dar continuidade ao Projeto Jovem Candango, um programa de qualificação profissional dos jovens, com carteira de trabalho assinada. Já são 3,4 mil jovens longe das ruas, das drogas e da marginalidade. As estatísticas mostram que 70% dos delinquentes hoje são jovens. Acredito que a qualificação profissional desses cidadãos e a inserção deles no mercado de trabalho seja a grande saída para estancar essa fábrica de usuários de drogas e de infratores.

MAIS MÃO DE OBRA

Uma das grandes deficiências que temos hoje no Distrito Federal diz respeito à qualificação profissional. Tem de haver engajamento do governo e da iniciativa privada também para resolver esse problema. A partir do momento em que aumenta a oferta de mão de obra qualificada, diminui o custo de produção. Diminuindo o custo para o industrial e para o comerciante, o custo para a população também é menor. Tem muita gente desempregada porque não tem qualificação e, em contrapartida, áreas como TI buscam profissionais em outras unidades da Federação – como no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte (MG) –, gastando três vezes mais do que gastariam caso houvesse um profissional

”

qualificado aqui. O governo de São Paulo já está fazendo qualificação profissional. Qualificou de uma vez só 120 mil pessoas. Eu acho que todos os prefeitos e governadores que quiserem resolver o problema de drogas e da marginalidade terão de seguir esse caminho e criar programas do mesmo tipo.

AÇÕES AFIRMATIVAS

O estabelecimento de cotas para contratação nas empresas em muitos casos é justo, mas em outros tantos, não. A política de cotas funciona muito bem para o papel social do governo de incluir, porém nem tanto na indústria. A indústria é um segmento diferenciado. Infraestrutura e política social são importantes e a participação privada nesses quesitos também, mas isso, de forma mais geral, é função do governo.

POTENCIAL DE CRESCIMENTO

O governo tem que incentivar a industrialização do Distrito Federal. Hoje, Brasília é uma das maiores regiões metropolitanas do País, com 4 milhões de pessoas, e só perde para o Rio de Janeiro e para São Paulo. Somado a isso, nós temos a maior renda *per capita*. Ou seja, temos um potencial de consumo grande. O orçamento de Brasília previsto para 2015 é de R\$ 38 bilhões a serem injetados na economia local. Outra coisa importante em qualquer processo de industrialização – e que Brasília tem – é a proximidade com o mercado

**Temos demanda,
alta renda e
boa localização,
os três
fundamentos
básicos para
o processo de
industrialização.**



consumidor. Perto de nós estão Goiânia (GO), o Triângulo Mineiro e vários outros, uma vez que estamos localizados de forma central no mapa. Ou seja, você tem demanda, renda *per capita* e localização, que são os três fundamentos básicos em um projeto viável. Mas o DF tem um grande bloqueio: as pessoas têm um imediatismo muito grande em querer arrecadar. Não pensam, não cedem – olham as oportunidades de negócio apenas a curto prazo e acabam perdendo grandes chances. É preciso pensar a longo prazo.

ESPAÇO PARA EXPANSÃO INDUSTRIAL

O foco econômico do DF hoje ou é o servidor público ou é o prestador de serviço. Nosso foco produtivo é pequeno. Poderíamos desenvolver vários segmentos industriais aqui, como o alimentício e o de tecnologia da informação. Temos mercado e demanda, falta o incentivo. Uma das formas de promover esse incentivo é fomentando as compras de produtos locais. Mesmo que a empresa que venha investir seja de fora, você tem que fazer com que ela compre o material de construção daqui, empregue os trabalhadores da região. Do contrário, se constrói um empreendimento todo e não se emprega ninguém daquela região administrativa em que ele está instalado, nem se compra um parafuso no comércio daquele lugar. Ou seja, não gera emprego nem renda. Da mesma forma, as obras locais licitadas pelo governo

deveriam dar prioridade aos materiais produzidos no DF e à mão de obra brasiliense.

AGRONEGÓCIO DE QUALIDADE

Também acredito que Brasília tenha vocação para o agronegócio. Nesse caso, um segmento mais voltado à excelência do que necessariamente à quantidade. Falo de uma produção em que, se você não pode criar muito gado, por exemplo, cria pouco, mas selecionado geneticamente, possibilitando, posteriormente, até mesmo investimentos para exportação.

ORDENAMENTO TERRITORIAL COMO PRIORIDADE

A política fundiária de Brasília é um complicador que só vai ser resolvido quando o governo transformá-la em uma política pública tão prioritária quanto a segurança e a saúde. Enquanto for um acessório, sempre será deixada para mais tarde. Há condições de aliarmos o ordenamento territorial do DF com o seu desenvolvimento, mas, para isso, é preciso solucionar as discrepâncias que existem e dialogar.

INCENTIVOS A EMPRESAS SUSTENTÁVEIS

As renúncias fiscais têm de ser dadas exatamente para empresas que tenham a preocupação com sustentabilidade. A tendência é o produto só ser vendido, no futuro, se tiver um selo que indique

É FUNCIONÁRIO DO SENADO FEDERAL DESDE 1977. EM 2010, ELEGEU-SE DEPUTADO DISTRITAL PELO PTC, PARTIDO DO QUAL É PRESIDENTE REGIONAL DESDE 2012. OCUPOU EM 2013 E 2014 O CARGO DE VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA. EM 2014, FOI REELEITO PARA O SEGUNDO MANDATO.

que a empresa é sustentável, ou seja, que ela não polui, não cria problemas para o meio ambiente.

DIÁLOGO COM O SETOR PRODUTIVO

Os segmentos produtivos têm que ter participação efetiva na formulação das políticas públicas de governo e isso só acontece se eles participarem da própria estrutura ou por meio de representações – seja de federações, associações ou confederações. Nos Estados Unidos, essa participação é muito forte. Mas isso ainda é raro no Brasil. Os parlamentares precisam de informação para exercer a atividade política. Um projeto que popularmente é atrativo, do ponto de vista de angariar votos, necessariamente não será um projeto bom do ponto de vista econômico, seja para o governo, seja para determinado segmento. Por isso a importância de sempre haver uma ponderação, baseada nessas informações. Essa base informativa deve chegar principalmente à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa, já que é uma comissão de mérito, por onde passam as decisões. Depois que o assunto chega ao Plenário, essa análise já se torna mais complicada.

BISPO RENATO | PR



Renato Andrade dos Santos
Patos de Minas (MG), 27/3/1963
Em Brasília desde 1975
Advogado
Evangélico



Cargos públicos anteriores:

Administrador regional do Riacho Fundo II
(2007–2008)
Deputado distrital (2007–2010)
Secretário de Estado do Entorno do DF
(2011–2012)
Secretário de Estado de Trabalho do DF
(2012–2014)

O PAPEL DA CÂMARA LEGISLATIVA

Em primeiro lugar, temos de resgatar a dignidade de cada morador do Distrito Federal no trato com a política. O que vivemos nos últimos anos foi uma vergonha, e esse resgate precisa ser feito a partir da Câmara Legislativa. A Câmara tem de ser independente, cumprir o papel, de que nunca deveria ter aberto mão, de exercer o mando sobre si mesma. Não tem de trabalhar para o governador, e sim para a população. Tem de haver parceria entre o Executivo e o Legislativo – nenhum sobrepujando o outro.

CONDIÇÕES PARA EMPREENDER

O Estado tem de dar condição de a empresa funcionar. Não adianta tratar bem o trabalhador e não o empresário. Sem ele, não há emprego. É preciso também resgatar a dignidade do setor produtivo brasiliense. A maioria dos empresários que aqui ainda está é porque ama realmente esta cidade, mas a carga tributária é altíssima. Preferem migrar para Goiás, onde é menor. Temos de criar condições para que queiram investir aqui novamente. Além da redução da carga tributária, é preciso haver áreas para o crescimento dos negócios. De imediato, poderia-se, por exemplo, diminuir o IPTU. Outro item importante é a criação de linhas de crédito a custo baixo.

REGIÃO METROPOLITANA

Não tem como falar do DF sem considerar a região metropolitana. A vocação que não temos aqui o estado

”

de Goiás tem. Por que não ter uma montadora de automóveis em Águas Lindas ou em Luziânia (GO)? Uma fábrica como essa faria com que várias empresas fossem criadas em torno dela, geraria emprego e renda lá, evitando que tantas pessoas viessem trabalhar no DF. Proporcionaria qualidade de vida lá e aqui. Acho que precisamos criar em volta do DF um polo de desenvolvimento econômico comum, uma espécie de zona franca, com imposto unificado, de tal maneira que a gente possa desenvolver a nossa indústria.

VOCAÇÕES REGIONALIZADAS

Na área rural, eu gostaria muito que fosse criado um polo de flores. No Programa de Assentamento Dirigido do DF, em Planaltina, poderíamos reduzir a carga tributária do trigo. Hoje o produto vai para Goiás ser beneficiado e a gente depois compra mais caro. Acho que deveria se trabalhar o perfil vocacional de cada cidade-satélite. Assim, evita-se o deslocamento em massa para o Plano Piloto e cria-se a vocação regional para que as empresas possam se instalar em um só local. Isso ajuda a diminuir custos com produção, transporte, alimentação. A mudança do centro administrativo do governo para Taguatinga fará com que a cidade receba 10 mil trabalhadores, estimulando os ramos de alimentação, de roupas. O trânsito será o grande inimigo de quem vive em Sobradinho, Planaltina. Então, outro ramo que vai crescer é o imobiliário. Com certeza, muitas pessoas vão se mudar para trabalhar mais perto de casa.

**Precisamos criar
em volta do
DF um polo de
desenvolvimento
econômico
comum, uma
espécie de
zona franca.**



VENDA DE TERRENOS E BENEFÍCIOS

Para o empresário, é melhor que a terra lhe seja vendida. Temos de criar um polo de desenvolvimento diferenciado de tudo o que foi feito até hoje, com infraestrutura, de modo que o empresário possa começar a trabalhar assim que se instalar. O Estado tem de fazer com que o empresário queira investir aqui, mas sem terra não dá. É preciso criar esses incentivos e benefícios fiscais. Acho que a concessão não dá a mesma segurança que a venda nesse caso. Por exemplo, 30 anos depois entra um governador que resolve cancelar todos os benefícios. O empresário volta à estaca zero? O problema das áreas de desenvolvimento econômico hoje é que estão todas falidas: não se criaram infraestrutura nem condições de acompanhamento dessas indústrias.

CENTRALIZAÇÃO CONTRA A BUROCRACIA

Deveria haver um órgão onde o empresário pudesse resolver todos os problemas, desde a aquisição de área, à obtenção do alvará de funcionamento, ao pagamento de impostos. Se centralizarmos isso, fortalecendo o Na Hora Empresarial, aceleraremos a liberação dos documentos e evitaremos que o processo passe por várias mãos. Hoje o empresário é refém de alguns servidores inescrupulosos. O servidor público precisa ser bem treinado para entender que a liberação de alvará de funcionamento, por exemplo, não é favor para o empresário. É obrigação do Estado.

PREFERÊNCIA A EMPRESAS LOCAIS EM COMPRAS PÚBLICAS

Quem está investindo na cidade? É o nosso empresário, que está aqui pagando imposto e gerando emprego e renda. Então ele tem de ter preferência nas contratações do serviço público, dentro da legalidade. É importante que tenha essa preferência para continuar crescendo e ajudando a cidade a crescer. Não é justo contratar empresas que vêm de fora, trazem mão de obra de fora, como na construção do estádio. Quantos trabalhadores vieram para cá? Cerca de 10 mil. Quando ficou pronto o estádio, foram embora. Então temos de dar prioridade, sem dúvida, ao nosso empresário. O modo de isso ser feito precisa ser conversado.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Não falta emprego no DF, o que falta é mão de obra qualificada. Acho que a responsabilidade nesse caso também é dos empresários, que não cobram do governo que haja mais qualificação profissional e que também precisam investir mais no trabalhador. Este precisa fazer a reciclagem e a qualificação profissional. O governo tem de qualificar o máximo possível, mas a empresa precisa ser parceira. A falta de qualificação é grave. Você hoje não encontra pedreiro! Imagine na área de tecnologia da informação. Se a gente implantar a Cidade Digital, vai buscar trabalhadores onde?

ESCOLAS TÉCNICAS DISTRITAIS

A minha geração saiu do ensino médio com curso profissionalizante. Eu mesmo saí como técnico em

FILIOU-SE AO PL EM 1992. EM 2006, TORNOU-SE SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO NO DF. EM 2010, ASSUMIU A VICE-PRESIDÊNCIA DO PR REGIONAL. INTEGROU O FÓRUM PERMANENTE DA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE DO DF E FOI MEMBRO DO COMITÊ ORGANIZADOR DA COPA DO MUNDO EM BRASÍLIA.

edificações. Hoje temos as escolas técnicas federais, que ainda são inacessíveis, os cursos são poucos. Nós temos a proposta de criar escolas técnicas distritais para que haja formação gratuita e continuada. A definição dos cursos deve ser feita em parceria: é o empresário que vai dizer do que precisa.

CÂMARA DE DIÁLOGO

Acho que empresas não devem financiar campanhas políticas. Tem de haver independência, para que um não fique refém do outro. Poderia ser criada uma câmara de diálogo, mas fora do âmbito do governo. Seria a iniciativa privada, a Câmara Legislativa, o Executivo e o Ministério Público, que teria o importante papel de avalista para garantir que nenhum dos lados saia daquilo que deve ser um diálogo de construção. Se houver essa conversa, todos ganham.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO NAS EMPRESAS

No caso específico das pessoas com deficiência, há muitas situações em que a pessoa prefere não trabalhar para não perder o benefício social que recebe mensalmente do Estado. Acho que é preciso mudar a legislação federal para garantir que essa pessoa possa voltar a receber o benefício caso perca o emprego. Além disso, é necessário adequar as cotas de segmento para segmento. Se não mudar a legislação, que se deixem especificadas na regulamentação as condições para cada ramo e também que se considerem as peculiaridades de cada cidade.

CRESCIMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Essa questão imobiliária e da terra pública sempre foi problema em Brasília. Acho que a mudança do Plano Diretor de Ordenamento Territorial vai ser fundamental para o desenvolvimento. A especulação imobiliária aqui é uma das maiores do Brasil. A terra é muito cara. Temos de ser radicais quando se definirem as áreas: o que é para o setor empresarial, o que é para o ramo imobiliário. Se tudo não estiver bem especificado dentro do ordenamento da cidade, todos vão perder. Em todo lugar a que você vai há megaprédios, mas e o trânsito? E escolas? Tem de haver planejamento para o DF nos moldes daquilo proposto por Lucio Costa e Oscar Niemeyer. A Lei de Uso e Ocupação do Solo ainda precisa de conversa. Tem que resolver, mas também de haver combate intenso às invasões de terra pública de maneira geral, e isso inclui a beira do Lago Paranoá.

PRESERVAÇÃO DA ÁGUA

O problema de abastecimento de água no DF não vai demorar mais que 15 anos para surgir. Estão construindo na beira do lago e das nascentes e provocando assoreamento. Há derramamento de esgoto em córregos. Isso fatalmente vai trazer problemas para o abastecimento, e ninguém está preocupado. Temos de criar incentivos – não há outro mecanismo – para medidas sustentáveis como um todo, mas a maior preocupação ainda é a água. Normalmente a pessoa pensa no que vai ganhar hoje, mas, quando se pensa em sustentabilidade, o ganho é amanhã.

CELINA LEÃO | PDT



Celina Leão Hizim Ferreira
Goiânia (GO), 2/3/1977
Em Brasília desde 2000
Administradora de empresas
Evangélica

Cargos públicos anteriores:
Secretária de Estado da Juventude do DF
(2006–2007)
Deputada distrital (2011–2014)

PAPEL FISCALIZADOR DO LEGISLATIVO

A minha atuação parlamentar será pela fiscalização, no sentido de ajudar a construir uma cidade melhor de viver. Eu vejo isso também como um desafio. As pessoas querem um governo eficiente e eficaz, e eu acho que essa casa legislativa tem que ajudar para que isso aconteça. O parlamentar ajuda fiscalizando os recursos públicos, para que não sejam mal empregados, fazendo as denúncias, fazendo um trabalho sério na Câmara Legislativa, que contribua com a melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal. As pessoas querem saúde pública que funcione, transporte público acessível e educação de qualidade.

CAPITAL ADMINISTRATIVA E DO DESENVOLVIMENTO

Como tenho proximidade muito grande com todo o segmento produtivo do DF, acho que o Estado precisa ver as indústrias, o comércio, o atacado, o varejo e todas as instituições como oportunidades. Essa visão de uma cidade administrativa foi há 50 anos. Hoje Brasília precisa sobreviver, nós precisamos aumentar a arrecadação. Temos no DF uma folha de pagamento passando dos limites, diminuindo a capacidade de investimento. É na indústria, no comércio, no varejo e no atacado que temos que buscar o desenvolvimento para

”

o Estado. Essa vocação de equilibrar a capital administrativa com a capital do desenvolvimento é o nosso desafio. Meu trabalho é no sentido de que a gente traga sempre benefícios para o setor produtivo visando ao desenvolvimento da cidade, à geração de emprego e negócios e que tudo isso seja uma roda que vá girar a máquina invisível que é a economia.

O PAPEL DO ENTORNO

Eu acho que o Entorno é um importante parceiro para o desenvolvimento do DF. Sempre afirmei que o Entorno é uma oportunidade. Não pode ser visto, como é por alguns tecnocratas, como um peso. É uma oportunidade de expansão territorial e de expansão habitacional. Ele precisa ser tratado também como uma parte importante do DF. Tenho um projeto de integração do sistema de transporte com o Entorno. A gente tem que pensar essas integrações também em outras áreas – uma integração produtiva, uma em setores como a saúde, para que tudo possa funcionar bem nas duas unidades federativas, DF e Goiás.

VOCACÃO TECNOLÓGICA

Eu acredito que o DF tenha, sim, uma vocação industrial, até porque nós temos indústrias aqui. Acho que precisamos é fazer estudo de cenários para saber como fomentar nosso parque industrial já existente e como também trazer novos negócios,

Acredito que Brasília poderia ser a capital do conhecimento, com um parque tecnológico de grande porte.



novos modelos para o DF. Precisamos avaliar o que cabe aqui e como faríamos isso. Essa análise tem de ser feita pelo governo, com apoio do Poder Legislativo. Eu acredito muito na questão da tecnologia da informação para desenvolver o DF. Nessa área de tecnologia citamos sempre como exemplo o Vale do Silício (EUA), acreditamos que Brasília poderia ser a capital do conhecimento, com um parque tecnológico de grande porte, desenvolvendo alta tecnologia. A gente sempre imagina Brasília na frente, na vanguarda, e esse setor de tecnologia pode ter muita coisa boa para trazer para a nossa unidade da Federação.

INCENTIVOS ECONÔMICOS

Existem várias formas de fomentar a economia, seja prestigiando o setor interno – inclusive há algumas leis que prestigiam áreas do mercado brasiliense – ou ajudando também na questão fiscal. É preciso destacar, no entanto, que a renúncia fiscal também tem de vir acompanhada por uma análise de cenário econômico.

ESPAÇO E MERCADO LADO A LADO

Quando falamos de espaço para indústria, acredito que projetos como o Pró-DF deveriam ser reformulados – diferentemente do formato que está aí, com falta de critérios –, a fim de que realmente resultem em incentivos para o mercado interno. Creio que seja possível compatibilizar ordenamento territorial com boas ideias, com

bons projetos, otimizando nosso espaço. As áreas devem ser priorizadas pensando na vocação de cada segmento. Em tecnologia, por exemplo, não precisamos de um parque industrial gigante. A questão é estudar a vocação, o mercado e o espaço, conjuntamente.

FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Para capacitarmos mão de obra, temos que fomentar projetos específicos e aprovar boas leis. Nós aprovamos algumas leis como a do Jovem Candango que conseguiu oferecer treinamento à juventude. Essas novas ideias e novos projetos, investindo em capacitação de mão de obra, reservando recursos dentro do orçamento para isso, fazem parte do nosso papel como deputados distritais.

INCLUSÃO PROFISSIONAL

Eu acho que as cotas são importantes e precisam existir. Tratar os diferentes de formas diferentes é necessário, mas é importante observar como você vai absorver cada tipo de mão de obra dentro dos segmentos. Legislações no sentido de cotas existem muitas, mas acho necessário equilíbrio e o bom senso para que essa legislação não seja burlada, para que seja eficaz e consiga atingir o objetivo, que é realmente capacitar e introduzir no mercado de trabalho pessoas que hoje estão fora. Isso engloba treinamentos específicos. Você pode criar uma cota e um treinamento para

INICIOU A ATUAÇÃO POLÍTICA QUANDO TRABALHAVA NO PROCON-DF, MILITANDO EM QUESTÕES VOLTADAS AOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES. MONTOU A ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL JUVENTUDE ORGANIZADA PARA INTEGRAÇÃO E AÇÃO (JOIA), EM 2006, TORNOU-SE A PRIMEIRA SECRETÁRIA DA JUVENTUDE DO DF. FILIOU-SE AO PMN EM 2009 E, EM 2011, FOI PARA O PSD. EM 2013, FILIOU-SE AO PDT.

essas pessoas, para que elas tenham condições de desenvolver um bom trabalho e de serem prestadores de serviços.

A NECESSIDADE DE INCENTIVAR A PRESERVAÇÃO

Sustentabilidade não é só a fala do momento, é a fala da sobrevivência do mundo. Nós estamos falando de falta de água, de várias coisas que vão causar uma pane mundial. O imposto verde, o subsídio para produto verde ou para a empresa verde, tudo isso tem de ser visto como uma resposta do Estado para aquela empresa que tem preocupação social. Isso deve ser tratado com muita seriedade. Dar treinamento, criar programas que estimulem esse processo, tudo isso faz parte do trabalho. Trata-se de uma cadeia. Hoje falamos de ciclos e reciclos. Isso tem de fazer sentido não só como uma obrigação, mas como estímulos para as empresas. Acho que é possível a gente fazer isso.

DIÁLOGO COM SETORES ORGANIZADOS

Para legislar, ouvir os diferentes setores organizados é tão importante quanto ouvir a sociedade em geral. Essa interlocução pode trazer dados e informações importantes. Como deputado distrital, não podemos ter cabeça de promotor, temos de ter cabeça de juiz, já que ouvir todo mundo é o nosso papel. Está em nossas mãos fazer

uma legislação que terá de ser obrigatoriamente cumprida por todos, então nada mais justo do que ouvir o setor que será impactado e a população para, diante de um equilíbrio das informações, fazer projetos de lei coerentes.

CHICO LEITE | PT



Francisco Leite de Oliveira
Milagres (CE), 11/7/1964
Em Brasília desde 1982
Procurador de Justiça
Católico



Cargos públicos anteriores:
Deputado distrital (2003–2006, 2007–2010
e 2011–2014)

A IMPORTÂNCIA DA CÂMARA LEGISLATIVA

O maior desafio desta legislatura é resgatar a imagem da Câmara Legislativa. Precisamos mostrar à cidade a importância de ter uma casa legislativa, a importância que o Poder Legislativo tem para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Ela estabelece critérios, segue regras básicas de afetação, desafetação, uso e ocupação de solo, de maneira que não se podem fazer as coisas como no passado, de qualquer jeito. Ela tem importância. Mas, para ter mesmo importância, precisa resgatar sua credibilidade, precisa ser acreditada pela população. Então, acho que esse será nosso maior desafio.

PRIORIDADES NESTE MANDATO

Exerço o mandato com que o povo me honrou com a consciência de que política não é profissão. Faço política pelo sonho de melhorar a vida das pessoas e de tornar mais justa, mais respeitosa e mais tolerante a cidade que escolhi para criar minha filha. Nosso mandato é organizado para atuar sempre com essa prioridade. Assim é que trabalhamos, ouvindo atentamente a população, mantendo o nosso “orçamento participativo parlamentar” – para destinar recursos públicos para obras e serviços nas áreas de educação, saúde, segurança, infraestrutura e melhoria da qualidade de vida –, primando sempre pelos princípios éticos e republicanos na relação com o Parlamento e com

o Executivo, sobretudo na proposição de leis e na fiscalização dos gastos públicos, nossos pilares de atuação parlamentar.

DESCENTRALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Brasília consolidou-se como polo de desenvolvimento de uma região metropolitana constituída por aproximadamente 4 milhões de pessoas. No entanto, creio que seja preciso criar novas centralidades, que permitam a geração de emprego e renda fora do Plano Piloto. A indústria tem papel essencial nesse cenário, como âncora de desenvolvimento. É preciso que os instrumentos fiscais sejam utilizados para reduzir desigualdades regionais. A “grande Brasília”, ou a região metropolitana que engloba o DF e os municípios vizinhos, é uma das regiões mais desiguais de um país ainda com desigualdades, apesar de todo o avanço que conquistamos nas últimas duas décadas. É necessário fomentar a criação de novas centralidades, mais perto dos principais polos de concentração de moradores. Nesse sentido, é imprescindível que a sociedade participe da definição das vocações regionais, é dizer, o Estado deve ouvir os moradores de cada cidade e realizar o que a sociedade apontar. Do mesmo modo, temos de pensar alternativas para reduzir o custo impingido aos empreendedores, sobretudo criar mecanismos que facilitem a abertura de empresas e o licenciamento de atividades.

”

**É preciso que os
instrumentos
fiscais sejam
utilizados
para reduzir
desigualdades
regionais.**



O PAPEL DO BRB

O BRB tem dupla função, de banco de desenvolvimento e comercial. É patrimônio do DF. Precisa servir mais ao pequeno e ao microempresário, se dedicar ao microcrédito e à geração de emprego e renda, e isso é a produção que dá. Fundamental, portanto, que exerça seu papel de alavancar as cadeias produtivas. Se a finalidade do banco não termina na produção, ele serve como mero instrumento de especulação. Desserve à sociedade. Sob o ponto de vista comercial, o BRB precisa ser mais atrativo, oferecer mais produtos. Embora seja um grande instrumento, pode se aperfeiçoar, e para isso precisa do nosso apoio. O banco é do povo do DF, por isso sou totalmente contra iniciativas para privatizá-lo. Acho um escândalo entregar o patrimônio. O BRB é provavelmente a maior ferramenta que temos para fomento. Os estados que fizeram isso ficaram desfalcados. E, assim como a sociedade apoia o banco, o banco deve apoiar seus funcionários, o principal ativo da instituição e seu maior patrimônio.

FOMENTO À INDÚSTRIA

O Pró-DF é hoje problema grave. Foi criado como instrumento de fomento para que industriais, principalmente, e comerciantes pudessem se instalar e gerar emprego e renda. Acabou, no entanto, servindo de instrumento de especulação imobiliária, de elemento de barganha da pior política, que é a de troca, que tem por centro a corrupção. O Pró-DF, salvo raros casos, fracassou. Precisamos repensá-lo,

mantendo o conteúdo. A ideia é muito boa, mas a forma como foi utilizada foi para a pior das políticas, a que privilegia o direito individual em detrimento do coletivo. Primeiro, temos de reconhecer o problema. A partir disso, precisamos de uma ação da polícia e do Ministério Público para investigar o que houve e depois retomar a ideia e executá-la na íntegra, como foi concebida. O PDOT estabelece diretrizes que permitem a implantação de novas atividades geradoras de emprego e renda em todo o DF, segundo a vocação de cada uma das regiões. Há, pois, compatibilidade entre a expansão industrial e a legislação de ordenamento territorial, desde que não se perca de vista que o estímulo ao setor produtivo, imprescindível, deve necessariamente contribuir para a preservação da qualidade de vida na nossa cidade.

PREFERÊNCIA A EMPRESAS LOCAIS EM COMPRAS PÚBLICAS

Seria justo haver essa preferência, sim. Hoje não podemos fazer isso, pois a Constituição Federal nos impede de trabalhar essa justiça. A lei é um instrumento de justiça, não é a justiça. A preferência não é constitucional, mas é justa. O empresário que está aqui gasta aqui, emprega aqui e faz o dinheiro circular aqui. Isso se reverte em prol da sociedade, por isso sou favorável. Mas acho que precisamos de um estudo jurídico. Queremos chegar à justiça, então temos de trabalhar a lei para adaptá-la à igualdade constitucional e chegar à nossa finalidade.

PROFESSOR DE DIREITO PENAL, FOI FILIADO AO PC DO B E MILITA PELO PT DESDE 2006. NA VIDA POLÍTICA, DEDICA-SE ESPECIALMENTE A PROJETOS EM DEFESA DO CONSUMIDOR E DA TRANSPARÊNCIA NA ATIVIDADE PARLAMENTAR.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sou o autor da Lei 4.770/2012, que estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo DF. Creio que o País caminhe nessa direção, do melhor aproveitamento dos recursos hídricos, da adoção de formas alternativas de energia, da redução na emissão de gases causadores do efeito estufa. As empresas que adotaram tais medidas colhem ganhos de produtividade por meio da redução de custos. Defendo a concessão de estímulos para baratear o acesso às tecnologias que permitam redução de impactos ambientais.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO NAS EMPRESAS

Precisamos separar a ideia de sua implementação. A ideia da cota dá-se de uma tese de políticas de discriminação afirmativas da Escola de Frankfurt, do início do século 20, de passar da igualdade formal, a igualdade aristotélica, à igualdade material. Quer dizer: quando alguns forem mais desiguais que outros, estabelecemos compensações. Essa é a diferença da igualdade formal, prevista na Constituição, para a igualdade material. A tese, então, é extraordinária. No caso dos negros, que sofreram exclusão de séculos: nunca tivemos um presidente da República negro e tivemos só um ministro do Supremo Tribunal Federal negro, apesar do percentual na população. As pessoas com deficiência têm menos possibilidades de

lutar por oportunidades. São dois exemplos, mas há outros grupos. A tese é que se faça essa compensação, mas de maneira emergencial, transitória, já trabalhando a possibilidade do exercício da igualdade formal. Senão, ao invés de igualar, torna a discriminação institucional. Sou favorável a políticas compensatórias, mas acho que, na aplicação, temos de ter cautela. Toda vez que eu estabelecer percentual maior do que o possível para as empresas, vou obrigá-las a mentir ou a burlar a lei. E vou piorar a situação para quem? Para o próprio pretendo beneficiário. Temos de estabelecer as diferenças nas oportunidades, e não nas condições. Explico: sou favorável a cotas raciais na educação, mas sou contra no concurso público. Quando falo da possibilidade de instrução, portanto da possibilidade de preparo para concorrer no mercado, estou falando de dar condições iguais. Quando falo de concurso, falo de oportunidades. É preciso, pois, ter sempre em vista que a compensação não pode ir ao ponto de prejudicar a sociedade.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Sou o autor da Lei 5.081/2013, que disciplina processos para realização de audiências públicas de natureza urbanística e ambiental no DF. Defendo participação cidadã em todas as áreas, porque quem administra o que pertence a outrem deve debater, explicar, colher informações qualificadas e prestar contas. Defendo que a democracia participativa caminhe junto à representativa.

CHICO VIGILANTE | PT



Francisco Domingos dos Santos
Vitorino Freire (MA), 7/9/1954
Em Brasília desde 1977
Vigilante
Católico



Cargos públicos anteriores:
Deputado federal (1991–1995 e 1995–1999)
Deputado distrital (2003–2006 e 2011–2014)

ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO

É uma demanda permanente, que espero que consigamos resolver nesta legislatura. Há cerca de 100 mil empreendimentos no Distrito Federal que não têm alvará de funcionamento. Sabemos que é uma situação que afeta por demais a construção civil, a maior geradora de empregos da indústria. São até dois anos para conseguir autorização para a construção de um prédio. É um dos gargalos que temos de resolver aqui no DF.

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO DF

Tivemos uma situação muito positiva, na época do Lula na Presidência, quando ele começou a incluir nas delegações oficiais de empresários que iam para fora do Brasil a Federação das Indústrias do DF como convidada. A noção que se tinha era de que só podia se investir em Minas Gerais, em São Paulo, no Rio de Janeiro. Agora, Brasília se mostrou para o mundo e isso trouxe muito desenvolvimento. Há indústrias nascidas aqui das quais temos muito orgulho. Quando a gente vai ao Setor de Indústrias da Ceilândia, sai de lá com a convicção clara de que estão no caminho do desenvolvimento. Não sou contrário à instalação de nenhum segmento específico, mas temos escassez de água. Há indústrias que para se estabelecerem precisam de terra numa proporção que não temos. Portanto é melhor investirmos, como já estamos, em segmentos que não causem consumo tão elevado de água, não agredam o meio

”

ambiente. Brasília talvez seja a cidade onde mais se usa terno. Por que então não montar uma indústria própria nossa, de qualidade, com a nossa marca, para fabricar e vender aqui?

INCENTIVO À INICIATIVA PRIVADA

Brasília tem que parar definitivamente com essa história de que é a cidade do servidor público. A gente tem de cada vez mais estimular a iniciativa privada, que é quem cria empregos de forma mais direta e permanente. A era do Estado empregador passou.

NO CENTRO DO BRASIL

O aeroporto de cargas vai sair. É muito importante pela nossa localização do ponto de vista logístico. A distribuição a partir de Brasília para o Nordeste e o Centro-Oeste barateia os custos, tem muito mais rapidez, portanto a tendência é essa, de ser um centro de logística. Tenho notícias de empresas que estão querendo se instalar no DF. Por exemplo, temos a perspectiva real de receber uma unidade da Boeing. Serviria para fornecer peças, reparar aviões. Uma negociação dessas vai ter impacto muito grande aqui. Estou muito animado com esse avanço que estamos vivendo.

DO PLANEJAMENTO À REALIDADE

A Lei de Uso e Ocupação do Solo vai ajudar sobremaneira a desenrolar o problema que temos. O Setor de Indústrias do Gama, por exemplo, não existe

**O Estado
foi lento e
burocrático. A
gente tem de
tratar do que é
real hoje.**



mais, hoje é um setor habitacional. Uma série de empreendimentos não pode se estabelecer ou está em situação irregular porque aquela área não está destinada ainda a moradia. A mesma coisa acontece no Setor Guariroba, na Ceilândia. Quem planejou a Guariroba achava que ali não ia ter comércio nunca. Tanto é que o fundo da casa é virado para a avenida. O que fez o povo, com a sabedoria que tem? As pessoas transformaram o quintal em estabelecimentos comerciais. Tem hotel, tem churrascaria, tem tudo. A tudo isso agora tem de ser dada a destinação legal. As pessoas se estabeleceram de fato, agora está na hora de adquirir o direito.

O PAPEL DO ESTADO

Como temos uma classe média crescente, agora há nas cidades-satélites empresas de segmentos que não havia antes, como *pet shops*. Temos de dar roupagem legal ao que está estabelecido de fato. As pessoas vão poder regularizar o seu negócio, pagar impostos, contratar. Em função da paralisia do Estado, elas foram se estabelecendo. O papel do Estado é legalizar essas situações. Um exemplo: os restaurantes da Asa Norte fizeram os puxadinhos e não estavam legais, apesar de criarem 30, 40 empregos cada um. O Ministério Público entrou com uma ação para derrubar todo mundo. Conversamos com o governador, que mandou um projeto, e assim regularizamos a situação. Aquelas pessoas querem estar na legalidade. Então para que derrubar? O Estado foi lento e burocrático,

por isso chegamos a essa situação. A gente tem de tratar do que é real hoje.

O ENTORNO DO DF

Estimular a região do Entorno é importante – desde que a gente acabe com a guerra fiscal. Não é justo o empreendimento se estabelecer ali, não pagar impostos no DF, invadir nosso mercado e tirar nossos empregos. Isso não é correto. A gente precisa acabar com a guerra fiscal, para que haja condições de igualdade. Essa questão do Entorno tem de ser muito bem discutida para vermos se não estão tirando nossas ocupações aqui.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO TÉCNICA

Acarência de mão de obra qualificada para a indústria é consequência da falta que as escolas técnicas fizeram para o Brasil. A gente está mudando isso aos poucos, desde que o ex-presidente Lula determinou a retomada da construção dessas instituições. O Instituto Federal de Educação da Ceilândia, por exemplo, fez pesquisa para saber qual era a carência lá e identificou que era na área hospitalar. Então vai voltar sua formação para esse campo. No Gama, em Samambaia, em Taguatinga, os institutos vão ajudar a resolver esse problema da mão de obra qualificada. Hoje precisamos muito mais de gente com ensino técnico do que superior. As pessoas achavam que era só ir para uma universidade que tudo estaria resolvido, e não está. Precisamos de muito mais

CRIADOR DA ASSOCIAÇÃO DOS VIGILANTES DO DF, POSTERIORMENTE TRANSFORMADA EM SINDICATO, DO QUAL FOI PRESIDENTE DE 1984 A 1990. EM 1980, AJUDOU A FUNDAR O PT-DF, QUE PRESIDIU POR TRÊS VEZES. EM 1984, PARTICIPOU DA CRIAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT), ENTIDADE DA QUAL ESTEVE À FRENTE POR NOVE ANOS.

escolas técnicas. À medida que você tem mão de obra qualificada, aumentam os salários, o que leva a uma maior distribuição de renda, e isso significa mais incremento na indústria e no comércio. É uma cadeia.

CONCESSÃO DE TERRENOS

O território é pequeno. A terra aqui é cara. Então acho que a melhor forma é a concessão do terreno à empresa, que paga uma taxa pela ocupação de uso, mas o terreno continua sendo do Estado. Quando transformamos a Terracap em agência de desenvolvimento, foi para isso. Qual o patrimônio dela? Terra. E cara. Então, se o empresário quer se estabelecer aqui, em vez de imobilizar o dinheiro que tem na compra de um terreno, tem a Terracap como sócia. Primeiro, não vai acabar o patrimônio, porque a terra continua sendo do governo. Segundo, se cria uma renda permanente para o DF. Pretendo trabalhar por isso.

DIÁLOGO ENTRE O EMPRESARIADO E OS PARLAMENTARES

As entidades empresariais têm de ter noção exata do papel importante que têm na sociedade. É preciso ter propostas e discuti-las com todo mundo para levá-las em frente. O empresário não tem de chegar com um pires na mão pedindo por favor, tem de se apresentar do tamanho que é. Sem dúvida, esse diálogo é muito importante. Esse papel que a Fibra passou a fazer de acompanhamento legislativo é

fundamental. Às vezes, tramita aqui um projeto demagógico, mas e as consequências? Ouviu a outra ponta? Não ouviu. Muitos políticos abriram a cabeça – não se pode ficar aqui dentro eternamente pensando no que vai fazer para ganhar mais votos. Tem de se considerar o impacto econômico e social de uma lei.

PREFERÊNCIA A EMPRESAS LOCAIS EM COMPRAS PÚBLICAS

Eu sou apoiador, especialmente para pequenas e médias empresas. O Cartão Material Escolar, por exemplo, beneficia 300 estabelecimentos credenciados no DF. Acho justo que haja preferência. O governo pode perfeitamente, por exemplo, determinar que todos os uniformes de policiais, bombeiros, médicos, terceirizados sejam confeccionados por empresas de Brasília.

COTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

Tem coisas que precisam ser adequadas. Não tem como aplicar as cotas de deficientes para vigilantes, por exemplo. É fundamental que existam as cotas para dar oportunidade para as pessoas. A lei é boa, mas tem de ter adequações de acordo com o segmento. Senão, a empresa tem de colocar todo mundo no setor administrativo para conseguir cumprir a exigência legal.

CRISTIANO ARAÚJO | PTB



Christianno Nogueira Araújo

Brasília (DF), 11/5/1983

Administrador de empresas

Evangélico



Cargos públicos anteriores:

Deputado distrital (2007–2010 e 2011–2014)

*Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
e Inovação do DF (2011–2012)*

*Secretário de Desenvolvimento Econômico
do DF (2012)*

EMPREGOS E DESENVOLVIMENTO

Venho da iniciativa privada, então trabalho muito pela geração de empregos. Minha meta é trazer projetos e programas que ajudem o DF a se desenvolver. Eu defendo em tudo o setor produtivo. Acho que tem de haver isenção fiscal, temos de conseguir dar um jeito nessa questão da diferença de alíquotas de ICMS. O BRB tem de ser um banco de fomento com juros baixos, coisa que não é. O FCO tem de ser ampliado porque poucas empresas conseguem ter acesso a ele. O Parque Tecnológico Capital Digital, por exemplo, está no melhor momento para se tornar realidade. Precisamos converter Brasília em um polo de desenvolvimento no que diz respeito ao setor de TI, mas não só isso. Podemos ser um polo logístico mesmo, para distribuir produtos para todo o Centro-Oeste e outras partes do Brasil, levando em conta nossa posição privilegiada. Para isso, é fundamental que se ponha fim à guerra fiscal com Goiás, uma vez que isso atrapalha muito o desenvolvimento de Brasília em todos os segmentos. A gente precisa avançar nessa legislação tributária para conseguir atrair indústrias tanto na área de tecnologia, que acho que é a vocação de Brasília, como de outros segmentos. Então vou atuar nessas frentes.

ALTERNATIVAS PARA O ENTORNO

É uma realidade que tem de ser debatida pelo fato de que os municípios estão muito próximos de Brasília e de que seus moradores vêm trabalhar aqui na cidade. Só que não há contrapartida do Entorno com o DF. É

”

preciso pensar nisso de forma conjunta, na delimitação dessa área e em regime tributários, para que o Entorno consiga atrair polos industriais e assim gerar emprego naquela área. É claro que os dois governadores [DF e Goiás] têm de conversar, mas é necessária uma legislação nacional. Foram anunciados o BRT (veículo leve sobre pneus), que vai ser construído, o trem para Luziânia, a possibilidade de trem para Planaltina de Goiás. Todas essas modalidades de transporte em massa também desafogarão o trânsito, mas acho que tem de se pensar em projetos que criem lá as oportunidades de emprego para a população e, para isso, é necessário fortalecer a indústria e o comércio daquelas cidades.

COMO ATRAIR INDÚSTRIAS AO DF

O mercado de Brasília é muito forte. Temos a maior renda *per capita* do País, o poder de compra aqui é muito grande. O maior problema hoje é a questão tributária. É natural que, enquanto houver essa guerra fiscal, determinados segmentos continuem indo para o Entorno. O grande atrativo aqui acabam sendo os terrenos. Conseguimos fornecer terrenos com 95% de desconto pagos em cinco anos – e os terrenos aqui em Brasília se valorizam muito. Então as empresas veem isso como investimento. O que faz com que consigamos atrair algumas indústrias é essa questão dos terrenos e alguns regimes especiais que são criados, por meio de créditos e incentivos. Mas não são incentivos que mexam com o ICMS, o maior imposto.

**É fundamental
que se adotem,
sem onerar o
setor produtivo,
princípios de
responsabilidade
ambiental.**



A EXPANSÃO INDUSTRIAL E O ORDENAMENTO TERRITORIAL

O principal é ter as áreas de desenvolvimento delimitadas e que as empresas lá instaladas de fato pratiquem a atividade a que se propuseram. O que acontece muito hoje é que as empresas prometem desenvolvimento econômico e constroem galpões. Galpão não gera riqueza para a cidade, por isso é fundamental que o governo fiscalize essas áreas. No que diz respeito à área tombada, eu sou fiel fiscalizador para que Brasília não perca suas características, não seja adensada.

PREFERÊNCIA A EMPRESAS LOCAIS EM COMPRAS PÚBLICAS

Seria fantástico, mas não pode haver reserva de mercado. A licitação tem de ser aberta, até para que haja disputa e o governo pague mais barato. Não enxergo uma forma de a gente priorizar no setor público as empresas de Brasília. Empresas daqui também participam de licitações fora. Acho que o mercado daqui tem de se organizar para vencer as licitações, mas é um aspecto de mercado. O governo não deve interferir na livre concorrência.

EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

A falta de qualificação é um dos grandes problemas do empresário, que tenta contratar e não encontra pessoas aptas àquela função. O que podemos fazer é apoiar, em primeiro lugar, a educação de base, as escolas de educação integral. Temos de investir na

educação profissionalizante. Hoje Brasília não tem política efetiva de escolas técnicas. O que tem é do governo federal. Há várias cidades aqui que têm vocações específicas. Planaltina e Brazlândia, por exemplo, têm vocação agrícola. A Câmara Legislativa pode ajudar na identificação das necessidades e do perfil das cidades. Somos o primeiro lugar público que a população procura quando precisa de algo, então podemos ajudar na formulação de políticas públicas em relação à profissionalização. A cada dia as empresas precisam de mais pessoas qualificadas. Somos a capital do País e deveríamos ser referência, sobretudo pela vocação que temos para a área de TI, cujas indústrias exigem alta qualificação.

COTAS NAS EMPRESAS

Uma empresa de prestação de serviços com mil funcionários, por exemplo, tem de ter 5% do quadro composto por pessoas com deficiência. Hoje o departamento administrativo é muito enxuto, quem é que vai colocar 50 pessoas nessa área? Um funcionário é um gasto muito grande. A fiscalização trabalhista vai lá e multa quem não cumpre as cotas, não quer saber. O setor produtivo tem de ser mais organizado para não deixar essas questões passarem. Se passaram, existe como reverter. Temos de fazer fóruns, debates, voltar a discutir o assunto. O setor produtivo é que tem de provocar essa discussão. Quando há aspectos que afetam o trabalhador, os sindicatos fazem barulho. O empresário muitas vezes deixa correr e acaba pagando um preço alto

COMEÇOU NA POLÍTICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL. TRABALHOU NAS EMPRESAS DA FAMÍLIA, ONDE CONSOLIDOU CAPACIDADES DE LIDERANÇA E GERENCIAMENTO DE EQUIPES. É VICE-PRESIDENTE REGIONAL DO PTB.

depois. É um problema que pode ser encarado e o setor produtivo pode contar comigo nessa luta, até porque já passei por isso e entendo. É complicado ter uma lei geral para tudo, sem considerar as especificidades de cada segmento.

LEGISLAÇÃO PARA ABERTURA DE EMPRESAS

Por conta dos vários órgãos envolvidos, existe uma demora muito grande para se conseguir o alvará de funcionamento. Leva meses e muitas vezes até passa o *timing* do negócio. Há ajustes que poderiam ser feitos com a empresa já em funcionamento, dependendo do tipo de atividade. Já estamos na Câmara Legislativa tratando dessa legislação dos alvarás. Nos últimos anos, essa questão ficou complicada. Estamos dando um passo importante para resolver isso aqui na Câmara. Em nível federal, foi lançado aqui um programa para desburocratizar a abertura das empresas. Temos de acompanhar e cobrar do Poder Executivo para que isso funcione.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Acho muito importante começarmos a discutir na Câmara Legislativa – e vou fazer esse debate – a questão da água. Em São Sebastião, por exemplo, já existe racionamento. A cidade é abastecida por poços artesianos e, em virtude do crescimento desordenado, eles já não dão conta. A gente tem que ter essa preocupação e discutir o assunto para não passar pelo que outras capitais passam. É

fundamental que se adotem de maneira gradativa, sem onerar o setor produtivo, princípios de responsabilidade ambiental. As novas edificações precisam ter sistemas de reaproveitamento de água, captação de água da chuva. Sonho ver nos próximos 20 anos todas as edificações de Brasília adequadas nesse sentido para a gente preservar a água. Mas é importante não penalizar o que já está em andamento. Tem de haver um marco zero para lidar com essa questão da sustentabilidade das construções, mesmo que signifique aumento de custos. Se vai ser repassado ao cliente, se vai ser subsidiado pelo governo, não importa, temos de ter preocupação com a água para não faltar lá na frente. O setor de construção civil tem de ser o primeiro a apoiar uma ideia dessa, porque é um problema social. Todos têm de se preocupar com isso, porque é um problema comum a todos.

OUTRAS PRIORIDADES

Apesar de não ser legislação local, acho importante discutir a maioria penal. É um assunto latente na sociedade. Aos lugares que tenho ido, quando o tema é segurança pública, as pessoas questionam muito a maioria penal. Então vou estimular esse debate na cidade para, quem sabe, a gente conseguir formar uma opinião, chegar a um grau de amadurecimento para subsidiar o Congresso Nacional na votação. É um tema que quero debater aqui dentro, assim como questões importantes para preservar a família. Sou contra a descriminalização das drogas e do aborto.

DR. MICHEL | PP



Márcio Michel Alves de Oliveira
Brasília (DF), 15/6/1964
Delegado da Polícia Civil



Cargos públicos anteriores:
Deputado distrital (2011–2014)

PRINCIPAIS DESAFIOS

Acredito que o desafio principal desta legislatura seja a interlocução com o governo. Temos condições de trabalhar para melhorar o Distrito Federal, mas tem de haver essa interlocução. Meu principal objetivo é trabalhar na infraestrutura para aqueles menos favorecidos, para que tenham melhores condições de vida. Fazendo isso, chegaremos ao ponto de dar melhor qualidade de vida para todos. Se nós não trabalharmos a periferia, não damos atenção às pessoas que estão à margem da cidade, todos sofreremos.

O PAPEL SOCIAL DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO DF

Faz-se necessário um polo industrial urgentemente no DF. Brasília peca muito nesse sentido. Nasceu com finalidade administrativa, mas, diante do número de pessoas que para cá veio, o serviço público não tem como absorver todas. Então nós precisamos das indústrias para que possamos criar empregos. É assim que se diminui a criminalidade e se dá melhor qualidade de vida às pessoas. Acho que a vocação do Distrito Federal é aquela que vier. Agora que estamos começando a criar o povo brasiliense. Viemos de uma miscigenação muito grande, então temos várias tendências aqui dentro. Acredito que qualquer indústria que queira vir para cá é bem-vinda. O que não dá é para ter a mentalidade de cidade administrativa. A indústria é importante para

a geração de empregos. A violência passa por três fatores: social, a falta de emprego e as leis brandas.

ESTÍMULOS AO EMPREENDEDORISMO

Tenho um colega que tem uma empresa que pagava 17% de imposto aqui, foi para Goiás, a dez quilômetros de distância, e hoje paga 3%. Não dá para deixar as coisas assim, porque Brasília não é mais uma cidade administrativa. Hoje se faz necessário trazermos para cá grandes empresas. Gosto muito de viajar de carro e passei perto de Camaçari, na Bahia. Lá tem uma fábrica da Ford. O DF poderia ter pelo menos uma indústria de autopeças, por exemplo. O atrativo é o que faz com que essas empresas se instalem em determinado lugar. Por que temos concessionária de veículos em Valparaíso (GO), se não há essa demanda toda? Se conseguimos baixar o imposto para o querosene de avião, por que não baixar outros também? O problema é que a gente só vê o montante, mas baixamos de 25% para 12% o ICMS do querosene para competir com Belo Horizonte (MG) e hoje o que está se arrecadando já supera a perda que havia. Quando se quer, se faz.

ORDENAMENTO TERRITORIAL

Temos de trabalhar nisso para dar incentivos para que as empresas tenham vontade de vir para o DF. O empresário sério gosta da fiscalização, porque, se ela for feita corretamente, todos ficam no mesmo nível. Se não

**O empresário
sério gosta da
fiscalização,
porque, se
ela for feita
corretamente,
todos ficam no
mesmo nível,
sem injustiça.**



for, se cria uma injustiça. Você chega a alguns lugares onde há um prédio de cinco andares em construção e, do lado, outro de dois andares que é proibido de subir até os mesmos cinco pavimentos. Não há similitude, então uns se privilegiam em detrimento a outros. Nós não podemos mais pensar pequeno, não podemos só pensar no quadrilátero do DF. Hoje temos um entorno que vive do DF e não temos emprego para esse povo todo. E esse é um dos fatores que nos levam a ver esses índices de criminalidade. É claro que a criminalidade é problema nacional, mas Brasília poderia estar numa situação melhor se tivéssemos mais empregos. O problema aqui passa pelo social.

CARÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Acho que é por meio dos cursos profissionalizantes que vamos melhorar a condição de vida do povo brasileiro. Ainda sou da época em que fazíamos o segundo grau [*equivalente ao ensino médio*] profissionalizante. Acabou isso. Hoje temos uma legião analfabeta de nível superior, é uma aberração. São pessoas que saem da faculdade com teoria, mas não com uma profissão. Tínhamos o técnico agrícola, o contador, o administrador, a normalista – algo que considero absurdo ter acabado. Sou formado em pedagogia e sei como é. O curso profissionalizante hoje muitas vezes é mais importante do que o superior. Temos condições de formar não sei quantas mil pessoas por meio das faculdades, mas não se formam técnicos. Aí fica essa lacuna.

COTAS NAS EMPRESAS

A cota é bem-vinda, tem de ser entendida como algo que veio para cumprir uma função social, mas não para prejudicar. No momento em que começa a prejudicar, temos de repensar como fazer para aplicá-la. Se temos cotas para apenados, mas não temos a quantidade de apenados ou não os temos nas condições de ser contratados, temos de ocupar as vagas de outra forma. Não podemos inviabilizar a empresa nem deixar a vaga em aberto. Assim como no caso das pessoas com necessidades especiais: se você tem, por exemplo, uma empresa em que o deficiente visual não pode trabalhar, como vai ser obrigado a contratá-lo? As cotas são válidas, mas não podem ser uma forma de engessar as empresas. Devem colaborar para a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo.

COMO ATRAIR INVESTIMENTOS

Falta entrosamento entre as indústrias, o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Não faz sentido a criação de um polo industrial, por exemplo, sem haver uma discussão para saber do que as indústrias precisam, para sabermos o que podemos fazer na Câmara Legislativa, de modo que cheguemos a um meio-termo. Por que perder no incentivo fiscal para Goiás? Por que os lotes aqui são tão caros? Temos de pensar em tudo isso e fazer uma coisa séria. O que não dá é o que aconteceu com o Pró-DF. Fizemos uma CPI na Câmara Legislativa porque havia mazelas. O arcabouço do Pró-DF é fantástico, mas a forma como estava sendo desenvolvido era pernicioso. Atendia

É PÓS-GRADUADO EM SEGURANÇA PÚBLICA, DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO PÚBLICO. LECIONOU EM CURSOS PREPARATÓRIOS PARA CONCURSOS. FOI ELEITO PELO PSL EM 2010. EM 2012, FOI UM DOS FUNDADORES DO PEN. EM 2013, FILIOU-SE AO PP.

mais a uma parcela de pessoas com interesses escusos do que ao próprio empresariado. Não podemos patrocinar uma forma de trazer indústrias, oferecendo lotes mais baratos, e deixar a destinação se perder. Temos de fiscalizar, de modo que quem não cumpriu a contrapartida perca o benefício. Vale a pena discutir o Pró-DF. Podemos fazer simpósios, seminários, audiências públicas.

A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO

Temos de trabalhar com os trabalhadores e com as entidade empresariais, e não para eles. Temos de ouvir todos. De que adianta você colocar um porto seco lá do lado sul? Você não arruma emprego para o pessoal de Planaltina, de Sobradinho. Por que então não fazermos mais dois, três, portos secos? Por exemplo, em Brazlândia, em Santa Maria e em Sobradinho? Assim a gente distribui a mão de obra. Primo pela conversa, pela discussão, para que todas as partes coloquem suas necessidades e possamos tirar desse bojo todo o meio-termo. A união faz a força. Os sindicatos precisam vir à Câmara Legislativa, cobrar de nós. É importante a Fibra estar aqui dentro, mostrar aos deputados quais são as dificuldades do setor, fazer reuniões, chamar audiências públicas.

PREFERÊNCIA A EMPRESAS LOCAIS EM COMPRAS PÚBLICAS

Seria muito justo, até porque geraria empregos aqui. Então acho que um dos requisitos nas compras governamentais deveria ser contratar dentro do

DF para que possamos fazer com que as empresas daqui cresçam e gerem mais empregos. Não é justo, por exemplo, nas construções do Minha Casa, Minha Vida, que se compre todo o material em São Paulo se o empresário ganhou o lote aqui. O empreiteiro ganha o lote, constrói a casa e depois vende à Caixa Econômica. O lote para ele saiu de graça, então ele tem de dar também algum benefício, comprar no DF. Mas estão comprando fora, o que é um absurdo. Tem gente ganhando duas vezes, com vantagem no lote e no preço menor fora do DF. Além de quebrar o empresário do ramo de materiais de construção daqui, acabamos prejudicando a construção civil, uma vez que o Minha Casa, Minha Vida atinge pessoas com renda até dez salários mínimos, que deixam de comprar imóvel em condições normais para aproveitar os benefícios.

INCENTIVO A EMPRESAS SUSTENTÁVEIS

Com certeza tem de haver incentivo, desde que a empresa seja verdadeiramente sustentável. Hoje dar incentivo para empresas sustentáveis é uma necessidade. Em tudo aquilo que for voltar para a sociedade, o Estado tem condições de dar os incentivos. Se ele está perdendo aqui, vai deixar de gastar ali. No caso do incentivo à empresa sustentável, ele está perdendo em impostos, mas está ganhando na sustentabilidade que vai ajudar toda a sociedade e ainda estimular outras empresas a fazerem o mesmo.

JOE VALLE | PDT



Joe Carlo Viana Valle

Caicó (RN), 2/9/1964

Em Brasília desde 1970

*Engenheiro florestal e produtor orgânico
Católico*



Cargos públicos anteriores:

*Secretário de Inclusão Social do Ministério da
Ciência e Tecnologia do DF (2007–2009)*

Deputado distrital (2011–2014)

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO E DA QUALIFICAÇÃO

Entendo que a educação seja o único elemento em que é possível investir para transformar. Não falo aqui de salário de professor, mas do processo de educação dentro da comunidade escolar, cuidando dos jovens e buscando qualidade de vida para eles. Quando falo educação é, ainda, todo tipo de atenção à formação. Nesse sentido, a educação profissional vai ser um dos focos do meu mandato. Sabemos que 58% dos empregos em Brasília são públicos, o que pode gerar a insustentabilidade da nossa cidade ao longo do tempo. Por isso, queremos preparar as pessoas para que possam ter aqui espaços produtivos de emprego e renda da iniciativa privada. Acreditamos que a grande saída seja pela educação e é uma saída de longo prazo. Não teremos mudanças efetivamente consistentes em curto prazo.

AÇÕES AFIRMATIVAS E GESTÃO

Instituem-se as cotas para contratação nas empresas, mas não existe metodologia de trabalho. Esse processo de inclusão gera custo inclusive para o Estado – 20% da população tem algum tipo de deficiência. É um quesito extremamente importante para qualquer sociedade em qualquer lugar do mundo. Porém, apesar de termos metodologias claras de inclusão, não as utilizamos por falta de conhecimento,

”

por falta de preparo. O Estado não se prepara corretamente, então as leis ficam pouco efetivas e atrapalham o setor produtivo. Não tenho a menor dúvida de que as cotas, implantadas de forma clara, com boa qualificação, com boa colocação e com a ajuda do Estado, possam ser um mecanismo de inserção social muito interessante para as próprias empresas. A gente precisa é saber quanto custa isso e qualificar os gestores públicos, hoje completamente despreparados, no sentido de que se pensem projetos de longo prazo.

DF VERDE

Eu, que trabalho na área de sustentabilidade, acho que o Distrito Federal é um espaço de desenvolvimento do conhecimento. A indústria aqui é a indústria do conhecimento. Defendo muito a questão das indústrias limpas, pois entendo que as indústrias de serviço e conhecimento são extremamente importantes para nossa capital. Temos chances e espaços únicos, como a oportunidade de desenvolvimento do Parque Tecnológico Capital Digital, que é fundamental. Nosso mandato vai estar focado nisso. Começamos audiências públicas para ajudar o governo a, finalmente, colocar para rodar esse parque que tem um potencial enorme de emprego, de serviço, de renda e de inclusão das pessoas. Não consigo entender por que os governos não conseguem implementar esse parque, que já está previsto

O Zoneamento Ecológico e Econômico é basilar para se trabalhar qualquer tipo de ocupação de terras.



há mais de dez anos. Temos também o parque tecnológico de biotecnologia, outro potencial fantástico para o DF, no sentido de que é um polo que traz conhecimento, recursos e tecnologia. Isso faz com que a gente consiga empregar mão de obra extremamente especializada, com salários dignos, colocando Brasília como exemplo para todo o Brasil.

SUSTENTABILIDADE DE FATO

Entendemos que a sociedade percebe a importância da preservação do meio ambiente, mas não vê como fazer. Ela queria apertar um botão no mundo moderno e poder salvar a floresta, por exemplo. A gente está criando mecanismos legislativos por meio dos quais a população poderá ajudar a preservar o meio ambiente a partir do setor produtivo. Hoje, todas as indústrias se autointitulam verdes, isso é uma moda. Precisamos promover conhecimento e estimular as indústrias a realmente serem verdes. Agrega-se valor aos produtos com a responsabilidade ambiental e social, hoje tratada como insumo da produção, mas percebemos também que não há qualificação no sentido de trabalhar com as certificações e com os processos de responsabilidade social e ambiental. Assim, as indústrias e o setor produtivo procuram o selo verde simplesmente como um elemento para melhorar sua imagem junto à sociedade, não como uma forma de serem efetivas no sentido da preservação ambiental. Neste sentido, buscamos

elaborar leis que defendam o meio ambiente e a sustentabilidade. Já aprovamos a Política Distrital de Mudança Climática e a Política Distrital de Resíduos Sólidos. Buscaremos temas que estão em curso na casa como a Lei do Cerrado e todas as outras que levem à direção da sustentabilidade. Assim, queremos fazer com que toda essa preocupação verde seja factível, no sentido de que o setor produtivo entenda o que significa isso e de que o Estado esteja aparelhado para fomentar e fiscalizar.

EM DEFESA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO E ECONÔMICO

A regularização fundiária do DF é fundamental devido ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste, para que consigamos a plenitude do acesso a esse fundo sem ficarmos sofrendo ataques. Com relação ao ordenamento territorial no DF, acho que nós precisamos sair apenas do discurso e do aparelhamento do processo e passar a agir republicanamente, fazendo com que a sociedade ganhe – e aí está incluído o setor produtivo. Não podemos desregular o uso e a ocupação do solo, que é fundamental, mas antes de tudo é preciso que o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) passe a ser discutido no DF. Esse tema é basilar para se trabalhar qualquer tipo de ocupação de terras. Se eu não faço um ZEE, como é que eu voto uma Lei de Uso e Ocupação do Solo ou um Plano Diretor de Ordenamento Territorial? Já me coloquei em obstrução para votar qualquer coisa que seja

PRESIDIU O SINDICATO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DO DF. FOI FILIADO AO PSB DE 2005 A 2013, ANO EM QUE ENTROU NO PDT.

urbanística desta cidade sem ter discutido o ZEE anteriormente. Ou, então, você vai votar o uso e ocupação daquele solo sem saber se é uma área de interesse econômico e de desenvolvimento e crescimento, ou se é uma área de interesse ambiental. Precisamos educar o setor produtivo nesse sentido, para que se entenda que é possível ganhar dinheiro, mas que existem regras. É preciso planejamento de longo prazo para esse curto prazo da política. Não podemos deixar o soluçõ mandatário, que é esse curto prazo de quatro anos, mudar os gabaritos. É botar regra e cumprir regra.

INCENTIVOS SÃO INVESTIMENTOS

É necessário entender remissão como fomento, e não como benesse do Estado. O Estado não faz benesse para o setor produtivo, o Estado incentiva, investe, para poder sobreviver. O Estado vive do setor produtivo, dos impostos pagos por ele. Muitas vezes, parece que o setor produtivo vive de favores do Estado. Trata-se de um vício pensar que o setor produtivo precisa corromper para sobreviver e que o Estado será corrompido. O Estado não está aí para colocar dificuldades, mas sim para incentivar um setor produtivo pujante e robusto que faça com que a maioria dos empregos gerados na capital seja por meio desse setor, e não do público. Ou seja, empregos sustentáveis.

JUAREZÃO | PRTB



Juarez Carlos de Lima Oliveira
Luziânia (GO), 12/8/1962
Em Brasília desde 1963
Técnico administrativo
Católico



Cargos públicos anteriores:

*Administrador do Centro de Saúde Nº 1
de Brazlândia (1987-1991)*
*Assessor parlamentar na Câmara Legislativa
do Distrito Federal (1994-1998)*
*Assessor especial do governador do Distrito
Federal (2002-2006)*

SAÚDE E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Minhas principais bandeiras de campanha foram a saúde pública no Distrito Federal, pois sou servidor da classe desde 1982, e a geração de empregos. Brazlândia tem um polo de turismo muito grande e queremos trazer os empresários para investir na cidade. É a única cidade-satélite que não tem Pró-DF. Já estou trabalhando na tentativa de implantar o programa na cidade para trazer empresas grandes e gerar empregos, algo que quero fazer não só por Brazlândia, mas por todo o DF. Vou destinar emendas parlamentares à promoção de melhorias fundamentais na saúde pública e na educação. Pretendo trabalhar em conjunto com o governo em ações que viabilizem meus projetos. Quero estabelecer diversas parcerias com a iniciativa privada para a criação de polos de desenvolvimento econômico que promovam a geração de postos de trabalho, a distribuição de renda e a alavancagem do setor produtivo no DF. Não devemos esquecer a importância da participação popular da sociedade no processo de tomada de decisões.

DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO

Vou falar de minha cidade, Brazlândia, que tem muito desemprego. Temos de gerar empregos no eixo Taguatinga-Ceilândia-Brazlândia. Deveriam ser trabalhadas as vocações de cada região administrativa, considerando as condições de cada uma. Em Brazlândia, por exemplo, não podem

”

existir indústrias poluentes. A meu ver, é necessário desenvolver políticas públicas de fomento ao setor produtivo que deem competitividade às empresas do DF. É certo que a maior concentração de renda se restringe apenas a algumas cidades. Tal fato onera a distribuição de renda entre as demais e provoca a necessidade de o Estado intervir por meio de políticas públicas que promovam estímulo ao equilíbrio econômico, estabelecendo condições competitivas no mercado. A indústria local tem papel fundamental nesse processo. Devemos elaborar um modelo de fomento à política industrial que possa atrair novos empresários a se instalar na capital e fazer com que os atuais permaneçam no mercado.

INCENTIVO À INDÚSTRIA BRASILIENSE

Antes de tudo, é necessário impulsionar as indústrias do DF por meio de incentivos fiscais. Vamos conversar com o novo governador nesse sentido. Temos de priorizar as indústrias que estão aqui para depois trazer as de fora. Aqui já temos indústrias que precisam de incentivo. Em regra, as políticas industriais no DF devem servir como ponte entre o presente e o futuro, ou seja, como instrumentos para fomentar o setor industrial e aumentar as taxas de crescimento econômico. Acho que deveriam ser incentivadas as compras governamentais de empresas do Distrito Federal, observando a legislação vigente. Em uma atitude conjunta entre

**A agroindústria
é o forte de
Brazlândia e eu
quero incentivar
esse setor
para sanar o
desemprego na
área rural.**



governo, Legislativo e entidades, podemos pleitear um dispositivo justo nesse sentido, incentivando o desenvolvimento local.

LIBERAÇÃO DE ALVARÁS SEM BUROCRACIA

Precisamos desburocratizar a concessão de alvarás. Inúmeras empresas hoje não têm alvará de funcionamento. Quem não tem alvará não tem crédito. O governo do DF tem que agir em conjunto com a Câmara Legislativa nesse sentido, uma vez que o Executivo tem grande atuação nessa burocracia. Você vai a uma administração regional tirar um alvará permanente e é uma loucura, para abrir um negócio é outra loucura e para fechar então é dramático. A maioria dos comércios de Brazlândia não tem alvará e acaba fechada pela fiscalização, mesmo já tendo dado entrada no processo de requisição do documento.

A NECESSIDADE DO CRÉDITO

O financiamento creditício é importante para potenciais empreendedores que almejam prosperar no mercado. Isso afeta diretamente o crescimento econômico do DF e, como parlamentar, tenho o dever de defender essa bandeira e qualquer outro estímulo que favoreça efetivamente a política industrial da capital. No fim de 2014, foi aprovado o regimento interno do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Distrito Federal, que trata dos aspectos relativos ao

tratamento diferenciado e favorecido dispensado a esses empreendimentos, inclusive das questões tributárias. É composto por vários órgãos e entidades, inclusive pela Fibra e pelo Poder Legislativo, e pode ajudar nesse tema.

PRÓ-DF LEVADO A SÉRIO

Queremos implantar o Pró-DF em Brazlândia, mas com negócios que deem garantia da geração de empregos. Existem empresas que se instalaram em outros lugares, não geram emprego e até hoje estão com galpões fechados. Sou a favor da venda dos terrenos, com maior critério e fiscalização para dar mais oportunidades a mais empresários, especialmente aos pequenos. Os empresários de menor porte estão em fundo de quintal por não conseguirem oportunidades de participar desse programa de incentivo. Falando especialmente de Brazlândia, a expansão é complicada por ser uma cidade cercada de áreas de proteção ambiental. Mas existem áreas internas dentro da cidade que podem ser usadas em uma expansão.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO NAS EMPRESAS

É preciso rever as cotas das indústrias, porque, às vezes, apesar da obrigação da reserva de vagas, não há mão de obra ou as cotas não podem ser cumpridas por um segmento específico, apesar da grande importância social. Antes de criar as cotas, é necessário ouvir os setores para que seja possível cumpri-las.

É SERVIDOR DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DF DESDE 1982. NA DÉCADA DE 1990, FOI ASSESSOR DE GABINETE DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, ONDE VIVE E DESENVOLVE AÇÕES SOCIAIS NAS ÁREAS DE ESPORTE E SAÚDE.

CARÊNCIA DE MÃO DE OBRA

Proponho a criação de uma escola técnica agrícola pública em Brazlândia, como extensão das escolas técnicas. Falo de Brazlândia porque a cidade perdeu muito nos últimos anos. A agroindústria é o forte daqui e eu quero incentivar esse setor para sanar o desemprego na área rural. A Câmara Legislativa pode trabalhar por projetos que levem a todas as cidades do DF escolas técnicas. É precípuo o engajamento e a participação da comunidade empresarial, da escola, da comunidade local e dos trabalhadores visando ao intercâmbio de informações. Torna-se necessário também o incentivo para a criação de escolas técnicas/profissionalizantes nas cidades do DF, com cursos que retratem a realidade de cada cidade-satélite. Precisamos definir processos de integração escola-empresa-comunidade. Outro fator que contribui para motivar os referidos jovens é estimular e cadastrar empresas interessadas em realizar parcerias para fins de estágio técnico/profissionalizante. Ou seja, devemos desburocratizar a oferta de estágios, mesmo que não sejam obrigatórios e remunerados, para ampliar as oportunidades de acesso aos alunos por meio de intercâmbio entre escola, empresas e instituições públicas. Temos de democratizar o ingresso de jovens portadores de necessidades especiais a esses cursos. Devemos ampliar essa oferta, nas diferentes modalidades de ensino, em conformidade com a legislação vigente, para atender às demandas e aos anseios da comunidade.

INCENTIVOS A EMPRESAS SUSTENTÁVEIS

Acho que deve haver estímulo pela redução de impostos. Esses incentivos podem facilitar a atração de empresas para nossa região. Sempre tive a convicção de que é possível compatibilizar os negócios empresariais com boas práticas de gestão ambiental, gerando muitas vezes uma oportunidade de negócio. Isso já acontece em vários países desenvolvidos e em muitas empresas no Brasil e devemos estimular as empresas do DF nesse aspecto. As organizações que adotam tal postura costumam usufruir muitos benefícios, que vão desde a redução de custos na aquisição de insumos até a preservação do meio ambiente, sem contar que evitam pagar altas multas pelo descumprimento da legislação ambiental aplicada ao negócio.

DIÁLOGO COM O LEGISLATIVO

Assim que passou a eleição, fui ouvir a sociedade por região. Com o empresário, quero ter o melhor diálogo possível. No que eu puder ajudar, estarei à disposição na Câmara, porque o empresário é quem ajuda na geração de empregos e por isso devemos apoiá-lo. Não há como dissociar o envolvimento das entidades de representação do setor empresarial e da sociedade na elaboração e na votação de leis. O Poder Legislativo do DF e a indústria local devem consolidar uma parceria contínua no processo de tomada de decisões quanto ao desenvolvimento econômico.

JÚLIO CÉSAR | PRB



Júlio César Ribeiro

São Bernardo do Campo (SP), 24/2/1975

Em Brasília desde 2012

Advogado

Evangélico



Cargos públicos anteriores:

Secretário-adjunto de Esportes do DF (2012)

Secretário de Esportes do DF (2013–2014)

COMPROMISSOS PARA O MANDATO

Durante a campanha, as bandeiras principais que levantei foram em relação aos valores familiares, até por ser evangélico. Desde o casamento, às questões dos idosos e dos jovens, que precisam de assistência. Vemos jovens abandonados nas ruas, muitos entrando nas drogas. O idoso, por sua vez, está desvalorizado. Nos debates da campanha, não se falava do idoso, como se ninguém fosse chegar a esse ponto na vida. Os idosos ficam duas, três horas no ponto de ônibus porque têm passe livre, é um desrespeito. Muitas vezes eles não sabem quais são os seus direitos. E, claro, vou trabalhar pelo esporte. Fui secretário da área por dois anos e acho que evoluímos muito aqui em Brasília. Não na dimensão que precisamos, mas, em relação ao que havia, nos desenvolvemos de maneira espetacular. Isso se provou com o resultado que tivemos nas urnas. Antigamente atendíamos 25 mil pessoas por ano em média e conseguimos dobrar esse número por meio dos centros olímpicos, ofertando mais modalidades. São desde crianças de 3 anos a idosos de 80, 90 anos que podem fazer atividades esportivas. Começamos a incentivar os jovens a competirem na sua modalidade fora de Brasília. Assim, passamos de 200 atletas atendidos no ano para quase 4 mil. Eles viajaram com tudo subsidiado pela Secretaria de Esportes. É fundamental, ainda, lutarmos pela melhoria da saúde em Brasília, pela

segurança. Passei dias inteiros em lugares como Paranoá, Itapoã e Planaltina. Não vi um carro de polícia. Quero ser um deputado atuante, cobrando e fiscalizando.

INDUSTRIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA

Nas minhas caminhadas durante a campanha, notei muito que as pessoas querem empregos na área do serviço público. Sou de São Paulo, onde há muita indústria e comércio para absorver mão de obra. Brasília é carente nesse sentido. Mas vi que o Distrito Federal é tão grande que, se tivéssemos mais empresas aqui, certamente não precisaríamos depender tanto do emprego público. Defendo que Brasília busque mecanismos para trazer mais indústrias para cá porque vamos gerar mais empregos, estimular a qualificação de mão de obra e fazer com que a economia cresça muito. Moro há pouco tempo em Brasília, mas já notei que o setor de TI é muito forte aqui. Então acho que é um segmento importante para o futuro.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS AO DISTRITO FEDERAL

A Câmara Legislativa precisa promover debates, chamar pessoas que entendam desse assunto. Quando morei na Bahia, me lembro que o estado tinha o potencial de trazer muitas empresas de fora concedendo a elas incentivos. Um deles era redução de impostos, e assim muitas empresas se

”

**Sem incentivos,
certamente as
empresas não
terão motivação
de se instalar no
Distrito Federal.**



instalaram lá. Precisamos buscar um modelo no qual o Estado possa ajudar essas empresas a virem para o Distrito Federal. Sem incentivos, certamente elas não terão motivação de se instalar aqui. A contrapartida é o número de empregos gerados. É possível estudar algo. A renovação da Câmara Legislativa neste mandato é de 50% e essa precisa ser a nossa meta agora: geração de empregos. Temos de buscar alternativas, fazer também com que a Terracap consiga facilitar o acesso dessas empresas aos terrenos. Pretendo entender mais sobre esse assunto, me especializar, porque quero muito lutar pela geração de empregos.

PREFERÊNCIA A EMPRESAS LOCAIS EM COMPRAS PÚBLICAS

Tem a questão constitucional, é necessário verificar se é possível dar essa prioridade sem ferir a lei. Isso tem de ser muito bem estudado. É claro que, se a gente puder investir nas empresas locais, será muito positivo para a nossa economia, fortaleceremos o que é nosso. A experiência que tive na Secretaria de Esportes me mostrou que muitas das vezes as empresas locais não conseguem oferecer as melhores condições na disputa com empresas das outras unidades da Federação. Tem o fato de precisarem trazer muitas coisas de fora, o que encarece os custos. Por isso empresas de fora frequentemente venciam as licitações aqui no Distrito Federal. Temos de buscar um meio-termo e também a legalidade disso.

INCENTIVOS A MEDIDAS SUSTENTÁVEIS

Acho que devemos, sem sombra de dúvidas, estimular essas ações. Se a empresa está ajudando nesse sentido, cumprindo os requisitos de sustentabilidade, ela deve ter vantagens, uma vez que é uma contrapartida muito importante. É algo que poderia ser feito por meio de dedução de impostos.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO NAS EMPRESAS

No caso das cotas para pessoas com deficiência, que é tratada em uma legislação federal, o problema é tão grave que chega a haver um “comércio” para que as empresas cumpram a legislação e não sejam penalizadas. Quem paga salários mais altos acaba conseguindo preenchê-las, uma vez que é difícil encontrar pessoas para ocupar essas vagas. Trabalhei em uma empresa em São Paulo na qual tínhamos essa dificuldade de contratar funcionários com deficiência porque a concorrência remunerava com maiores salários e faltava gente. Isso precisa urgentemente ser discutido pelos parlamentares federais porque o modelo que está em vigência hoje não é o mais adequado. No que diz respeito aos projetos em tramitação na Câmara Legislativa que estabelecem cotas para outros grupos, temos de ficar atentos à regulamentação para que seja viável para as empresas cumpri-las.

PASTOR DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS DESDE 1994. FILIOU-SE AO PRB EM 2005, ANO DE FUNDAÇÃO DO PARTIDO. FOI ELEITO PARA O PRIMEIRO MANDATO COMO O DEPUTADO DISTRITAL MAIS VOTADO NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES.

DIÁLOGO ENTRE AS ENTIDADES EMPRESARIAIS E A CÂMARA LEGISLATIVA

Eu acho que é fundamental que haja essa conversa. Quando fui secretário e em todas as empresas que tive a oportunidade de administrar, os projetos só foram para a frente porque a gente sempre ouvia as partes. No caso do poder público, a comunidade, e nas empresas, as pessoas-chave e até pessoas de fora. Acho que esse contato é muito importante para a discussão de ideias, para que possamos identificar áreas que não são bem atendidas e o que pode ser feito. Então isso só vem para somar. Acho muito interessante que a indústria esteja na Casa diariamente acompanhando nosso trabalho. É de fundamental importância para o crescimento da nossa sociedade. Já me proponho a manter esse diálogo com a indústria para buscar fortalecer essa parceria.

LILIANE RORIZ | PRTB



Liliane Maria Roriz

Luziânia (GO), 16/4/1966

Em Brasília desde 1967

Administradora e jornalista

Católica



Cargos públicos anteriores:

Deputada distrital (2011–2014)

DESAFIOS DESTA LEGISLATURA

O maior desafio da nova legislatura e do novo governo é colocar a cidade nos eixos, para que as coisas voltem a funcionar. Só a partir daí é que Brasília vai a ter esperança novamente de um futuro que ela sempre aguardou.

O DESENVOLVIMENTO DO DF

Brasília tem características muito diferentes de outras cidades brasileiras. Foi planejada para que tivesse 500 mil habitantes. Hoje tem mais de 2,5 milhões. Então precisamos repensar Brasília. Não é fazendo projeto para os próximos cinco anos, não. Temos de pensar Brasília hoje e nos próximos dez anos, com muita calma e transparência. A gente perdeu na guerra de braço com Goiás pelos incentivos que este, que teve visão, concedeu para atrair empresas de fora. Pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria em 2014 mostrou que o DF foi a unidade da Federação com menor participação no produto interno bruto local. Perdemos o *timing* de aproveitar o crescimento que Goiás proporcionou à região.

PRÓS E CONTRAS BRASILIENSES

Brasília hoje tem um dos três aeroportos mais movimentados do País. Temos de saber usar isso e mostrar que é oportunidade para o empresário vir para cá gerar emprego e renda. Estamos no centro do País, temos a possibilidade de escoar nossa produção para o Norte, o Nordeste, o Sudeste e o Sul. As distâncias são

”

basicamente as mesmas, então temos de incentivar a indústria a vir pra cá e colocar para ela esse diferencial. A localização já é privilegiada, e quem pensou nisso foi Juscelino Kubitschek! Então agora a gente precisa fazer com que a cidade se sustente, com melhor qualidade de vida, e que o governo faça investimentos para melhorar a infraestrutura. Por que o empresário está fugindo daqui? Um dos motivos é porque nossa rede elétrica não atende ao setor industrial. Sem falar nos empecilhos para emissão de documentação, licenças, alvarás que impedem a instalação dessas indústrias.

CENTROS DE QUALIFICAÇÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS

A maneira de o governo dar oportunidades a pessoas que queiram entrar no mercado de trabalho é as qualificando. É obrigação do Estado fazer isso. A indústria sabe da dificuldade dos diversos segmentos e pode orientar o governo para que este qualifique de acordo com as necessidades de cada setor. Brasília tem 660 escolas públicas. Elas precisam ser mais bem aproveitadas. Queria sugerir ao governo que cada escola tivesse um centro de capacitação, de modo que ali se aprendessem profissões necessárias hoje, de acordo com o que o mercado precisa. Espaço físico existe. Muitos alunos de ensino médio estão perto de se formar e ficam sem fazer nada, sem ocupação. Sabem que lá fora vão ter de procurar algum caminho e que a universidade não vai lhes dar oportunidade imediata de emprego. Acho que essa pode até ser uma parceria

**Não adianta dar
um terreno ao
empresário se
você não tem a
infraestrutura
básica para
oferecer.**



entre a Fibra e o governo para que se montem galpões para capacitação nas escolas que têm maior número de alunos. Dessa forma, jovens já poderão aprender uma profissão na escola pública. Não é uma solução cara. Aí, sim, poderia-se estimular mais indústrias a virem para Brasília e dizer: “Aqui tem mão de obra qualificada”.

PRIMEIRO EMPREGO

É importante dar aos jovens o primeiro emprego, por meio do Programa Jovem Aprendiz. Acho que as indústrias devem ser obrigadas a colocar no mercado de trabalho esses jovens, que podem não ser capacitados, mas têm muita vontade de aprender. A juventude de Brasília precisa ser valorizada. Durante a campanha eleitoral, percebi que nos últimos anos os governos não se preocuparam em qualificar jovens para inseri-los no mercado de trabalho. O jovem aprendiz é muito importante, temos de incentivar mais isso.

EM VEZ DE COTAS, INCENTIVOS

Acho que o governo deveria dar a indústrias abatimentos nos impostos, em vez de adotar uma política punitiva. Isso faz parte do incentivo. Acho que deveria valer para quem contratasse idosos também. A quem cumprir cotas na contratação de pessoas com deficiência, de jovens aprendizes, por exemplo, que haja dedução de impostos para estimular a contratação de cidadãos que têm necessidade de ser empregados.

TERRENOS PARA EMPRESAS

A intenção do Pró-DF era dar oportunidade para que os empresários se instalassem e gerassem empregos e renda para a cidade. Se tivesse tido continuidade nessa linha, teria sido excelente, mas o programa perdeu o foco. Agora, temos uma situação muito delicada. Não sei se de fato o programa vale a pena, precisa ser revisto. Vale a pena no caso em que houve responsabilidade do empresário nas obrigações determinadas pelo governo, de geração de emprego e renda. Precisamos saber se essas pessoas contempladas com esses imóveis cumpriram a contrapartida, se continuam com o mesmo propósito. Senão, de reaver o lote. Há muitas empresas querendo se instalar e não conseguem, porque os terrenos são muito caros. Aí a gente as afasta, e elas vão procurar em Goiás, em Minas Gerais. Os terrenos valem fortunas aqui no DF. As pessoas querem trabalhar, mas como é que faz?

TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Estive recentemente no México e vi uma experiência lá que acho que governos daqui deveriam adotar. Toda empresa responsável por um empreendimento hoteleiro ou imobiliário muito grande tem de cuidar do seu próprio esgoto, tem de fazer sua própria usina. A sociedade não pode arcar com esse ônus do tratamento de resíduos das indústrias. Vou estudar a possibilidade de apresentar um projeto de lei para que as empresas tenham obrigação de tratar seus lixos, seus esgotos, para Brasília ser

EM 1999, ASSUMIU A FUNÇÃO DE SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO COMITÊ DE ENTIDADES NO COMBATE À FOME E PELA VIDA NO DISTRITO FEDERAL (COEP-DF). POR SEIS ANOS, APRESENTOU UM PROGRAMA DE VARIEDADES NA TV LOCAL. JÁ FOI FILIADA AO PMDB, AO PRTB E AO PSD E RETORNOU AO PRTB EM 2013.

realmente sustentável. Isso tem de começar da iniciativa privada. A gente poderia até pensar em incentivos, descontos em impostos para empresas sustentáveis. Brasília não tem problema de água e não terá tão cedo, mas, se São Paulo tivesse pensado em sistemas de reaproveitamento de água da chuva, a situação de hoje poderia estar diferente. Então Brasília tem possibilidade de pensar nesse futuro. Todas as indústrias que necessitam da nossa água, que o Estado busca, que o Estado trata, poderiam ser estimuladas a guardar água da chuva. É melhor pensar nisso agora, porque lá na frente pode ser tornar muito mais problemático.

BUROCRACIA

Era importante que se criasse na Secretaria de Desenvolvimento uma central pela qual passariam as licenças. Assim, o empresário não teria de ir a todos os órgãos. Ele perde tempo quando muitas vezes já fez investimentos e já paga aluguel, energia, água. O Estado tem de ter essa visão de empreendedorismo para o empresário não desistir da atividade. Tem de abraçar o empresário e ajudá-lo. Não se pode dificultar a inserção das indústrias em Brasília.

POSSIBILIDADES DE CRESCIMENTO

Aqui na Casa, temos a discussão de Lei de Uso e Ocupação do Solo, que vai facilitar a vida das pessoas. Foram detectadas as necessidades de cada lugar. Acho que a discussão da destinação das áreas tem de ser mais aberta para a comunidade, para os interesses da

cidade. Tem-se um projeto que atende especificamente a alguns setores. A população tem de saber quais as possibilidades de crescimento da nossa cidade. A discussão não é tão pequena, não é só sobre a altura dos prédios, não é só isso. É muito maior, então temos de fazer fóruns, dentro da própria Fibra e de outras entidades. Aqui tem de ser um lugar de fomento, que tem de ter uma visão diferente. O Estado tem de oferecer infraestrutura e condições de as indústrias virem para cá. Não adianta dar um terreno se você não tem a infraestrutura básica para oferecer.

DIÁLOGO ENTRE O SETOR PRODUTIVO E A CÂMARA LEGISLATIVA

Os projetos de lei não podem ser analisados só por deputados. Têm de ser analisados pela cidade, pela classe produtiva. Brasília só tem 50 anos e era a cidade das oportunidades. Hoje está amarrada, não consegue sobreviver sozinha. Temos que dar esse novo impulso para a cidade. Tem de haver diálogo. Temos agora a TV Câmara. Espero que nesta legislatura possamos utilizá-la dessa forma, para que se saiba o que estamos fazendo, o que está se propondo aqui dentro. É importante o setor produtivo participar das atividades da Casa. Gosto muito dos fóruns de discussão, quero trazer todas as entidades empresariais para discutir a nossa cidade. Cada governo, cada político, tem afinidade com certa área, mas esse setor é fundamental. Depois do Pró-DF, ninguém nunca mais pensou nisso. Não há política industrial.

LIRA | PHS



**Ivonildo Antônio Lira
de Medeiros da Silva**

São Rafael (RN), 12/4/1962

Em Brasília desde 1983

Jornalista

Cristão



Cargos públicos anteriores:

*Secretário-adjunto da Secretaria de Proteção
e Defesa Civil do DF (2013–2014)*

BANDEIRAS DE CAMPANHA

Posicionei-me em três pontos: social, saúde e geração de empregos. Na saúde, tenho como meta a construção de um hospital em São Sebastião. É uma demanda antiga da comunidade que terá atenção e cuidado de minha parte para que saia do papel. Defendo também a construção do hospital geriátrico de Brasília. Da mesma forma que existe o hospital da criança, deve existir o hospital do idoso, com foco na acessibilidade e com tratamento mais humanizado. Nas questões sociais, meu trabalho será voltado para a inclusão, da periferia para o centro. Vou lutar para levar políticas públicas de justiça social a áreas carentes. Quero investir no terceiro setor, em trabalhos sérios com jovens, crianças. Isso é combater a violência de forma preventiva, inibindo o envolvimento dos jovens com drogas e tirando do vício os que já se envolveram. E aí entra o terceiro item, a geração de empregos. Se você recuperou o jovem, precisa dar a ele uma ocupação. Entendo que Brasília, sendo a capital do Brasil, é a capital do serviço público, mas o Estado por si só não tem mais condições de absorver a mão de obra local com o crescimento populacional. Temos de gerar emprego para essa nova geração. A cada dia que passa, temos jovens mais qualificados, são novos cursos superiores, mais jovens entrando na universidade. Quando saírem da faculdade e não tiverem mercado de trabalho, sabe o que vai acontecer? Vão embora para o Rio e para São Paulo, e o DF acabará perdendo mão de obra especializada.

”

IMPOSTO ÚNICO DISTRITAL

É muito importante diminuir a burocracia e defendo a criação do imposto único distrital. Temos de minimizar ao máximo os impostos para dar mais fluidez à economia. Essas empresas precisam ter menos peso tributário. O Estado deve gastar menos do que arrecada para ter condições de investir. Precisa ser mais enxuto e viabilizar novos empreendimentos, dando a estes oportunidade de sobreviver.

EDUCAÇÃO TÉCNICA

Temos poucas escolas técnicas em Brasília, então precisamos construir mais e levá-las para cidades mais distantes e mais carentes. É para essa classe de pessoas que o governo tem que dar maior atenção, porque é onde se encontram os maiores problemas sociais. Algumas pessoas desempregadas, sem qualificação, acabam fazendo coisas erradas. Por isso defendo que as escolas técnicas estejam em lugares mais distantes e carentes, o que também vai facilitar a mobilidade.

UNIVERSIDADE DISTRITAL

Defendo que seja construída a universidade pública do Distrito Federal, para ser uma segunda opção de curso superior gratuito. Hoje temos apenas a UnB. O DF também precisa ter sua universidade pública. Quanto mais pessoas tiverem cursos técnicos e superiores, significa que vão poder cuidar melhor

**Minha meta é
criar o distrito
industrial às
margens da
BR-251, voltado
para empresas
de grande e
médio portes,
não poluentes.**



da saúde e vão saber como ser cidadãos melhores. Precisamos investir no conhecimento científico. O Estado precisa incentivar a pesquisa, incluindo projetos de inovação das empresas. Quando o governo começar a investir na pesquisa, o setor industrial vai alavancar, e o DF não ser visto apenas como a sede do serviço público.

FRENTES DE TRABALHO DE EMERGÊNCIA

Defendo a criação de frentes de trabalho de emergência. Por exemplo: o governo contrata pessoas dentro dessas frentes de trabalho para recuperar parquinhos abandonados, carteiras escolares quebradas. Lá no Setor de Indústrias, em uma unidade da Secretaria de Educação, há salas e mais salas lotadas até o teto de carteiras quebradas que, com um pequeno conserto, poderiam voltar a ser utilizadas. Isso significaria economia para o Estado. Um pai de família precisa colocar comida na mesa. Sem qualificação, não tem emprego, isso causa um transtorno familiar. As frentes seriam um paliativo para suprir a falta de emprego na iniciativa privada, com prazo específico, como se fosse um seguro-desemprego. Essas frentes poderiam ser usadas na recuperação de estradas, na pintura de meios-fios, dando empregabilidade a essas pessoas. O próprio Estado as capacitaria.

ATRAÇÃO DE INDÚSTRIAS

Devemos conceder incentivos fiscais e econômicos para atrair indústrias de fora. Seria uma espécie

de Pró-DF mais sofisticado, para trazer empresas de grande porte para gerar emprego e renda para a região e aumentar a arrecadação do Estado. Os terrenos seriam concedidos, digamos, por 30 anos. Depois desse tempo, voltariam ao Estado ou poderiam ser comprados pela empresa, se esta estiver consolidada.

DISTRITO INDUSTRIAL

As áreas de desenvolvimento econômico (ADEs) surgiram comigo lutando pela criação do polo industrial em São Sebastião em meados dos anos 1990. Tive a ideia de criar o polo industrial ainda quando era Agrovila São Sebastião. Na Câmara Legislativa, os deputados me disseram que o projeto não poderia ser aprovado porque na agrovila não existiam indústrias que justificassem um polo industrial. Não havia condomínios na época, mas seria um polo de desenvolvimento devido à proximidade com o Lago Sul. Eles não tinham essa visão. Depois de muita conversa, sugeri que aprovassem o projeto, mas criando áreas industriais em todo o DF, beneficiando todas as cidades. E assim surgiram as ADEs. Foram criadas para acomodar pequenas empresas que poderiam se desenvolver. Hoje existe outro problema em Brasília: o governo não só não incentiva a vinda de novas empresas para o DF como perde as poucas que temos para o estado de Goiás. Qual minha meta para o futuro? Criar o distrito industrial às margens da BR-251. Temos ali o Programa de Assentamento Dirigido do DF, vários

ATUOU COMO LÍDER COMUNITÁRIO DE SÃO SEBASTIÃO, ONDE VIVE. EM 2002, FILIOU-SE AO PRONA, PARTIDO PELO QUAL DISPUTOU AS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA LEGISLATIVA EM 2006. NO MESMO ANO, FILIOU-SE AO PHS. FOI ELEITO DEPUTADO DISTRITAL PELA PRIMEIRA VEZ NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES.

condomínios, o Gama, o Setor Habitacional Tororó e a nova cidade que será erguida na região da Marinha. Está prevista ali a criação de uma cidade para 1 milhão de habitantes. Como construir uma cidade tão grande sem pensar em gerar empregos nas proximidades? Esse distrito industrial será voltado para empresas de grande e médio portes, não poluentes. Ali você tem como escoar a produção por via terrestre, pela proximidade da BR-251, e por via aérea, com o aeroporto de São Sebastião, o aeroporto Botelho, e também pelo aeroporto de cargas que será erguido no PAD-DF. Estará muito bem localizado.

PREFERÊNCIA A EMPRESAS DO DF EM COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Sou favorável e vou além: defendo que as administrações regionais deem preferência para as empresas da região. Digamos que Sobradinho vai abrir licitações para construir calçadas ou uma escola. Dentro de Sobradinho mesmo existem pequenas empresas que podem fazer isso. Ou seja, podemos privilegiá-las. Se o Estado ajudar a fortalecer essas pequenas empresas, elas terão condições de crescer e de se consolidar.

SUSTENTABILIDADE

Sou totalmente favorável ao incentivo a empresas sustentáveis. É uma forma de se preservar o meio ambiente. Temos aqui o Rio São Bartolomeu, que está morrendo. E sou a favor da política do lixo zero. Devemos transformar lixo em energia. Para

incentivar, podemos usar a redução de impostos, com um tratamento diferenciado.

RELAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO

Tenho a Fibra como uma das entidades de mais alto conceito no DF e pretendo ter um bom relacionamento com toda a indústria. A partir do momento em que eu desenvolver políticas para a área industrial, empresarial, acabo por gerar empregos, que é um dos meus objetivos. Sobre projetos, os que eu não conseguir aprovar por interesses de A ou de B, recorrerei à população para me apoiar. Faço parte da base de apoio ao governo de Rodrigo Rollemberg, mas nosso bloco tem ideias próprias, temos projetos e pensamos Brasília integralmente. Moro em São Sebastião, mas serei deputado do DF como um todo.

LUZIA DE PAULA | PEN



Luzia de Lourdes Moreira de Paula
Patos de Minas (MG), 2/3/1955
Em Brasília desde 1971
Professora
Católica

 **Cargos públicos anteriores:**
Deputada distrital (2007–2009 e 2011–2013)

BANDEIRAS DE CAMPANHA

Foram a defesa dos direitos da criança, as políticas da educação, a política social e a política de apoio ao desenvolvimento sustentável, passando pelo apoio à cidade onde moro, Ceilândia. É uma cidade que pulsa, mas que encontra muitos problemas, principalmente na instalação de empresas. Precisa de melhoria da infraestrutura para receber grupos de empreendedores que promovam o crescimento e se desenvolvam com sustentabilidade.

SUPORTE AO CRESCIMENTO

A grande maioria da população veio para o Distrito Federal ligada ao Estado, por um cargo público. É necessário que haja compreensão de que o Estado tem que investir e valorizar os empreendedores para que nós possamos ter a condição de ter a empregabilidade, que passa por políticas principalmente de infraestrutura. O segmento empreendedor, por si, tem capacidade muito grande. O restante das questões vai se resolvendo com essa capacidade que tem o empreendedor brasiliense e brasileiro, e temos que ver a questão do investimento. Há um problema sério em Brasília que deve ser trabalhado que é a questão dos impostos. Não tem como você pensar em políticas para a mulher e outras políticas sociais sem pensar na sustentabilidade dos negócios. Hoje há mais condições de haver crescimento se você não passar pelo setor privado, pela empregabilidade

do setor privado. Brasília não comporta mais ter empregos somente no Estado.

INDÚSTRIAS LIMPAS

Temos que ter aqui apenas indústrias não poluentes. Nós precisamos ter condição de filtrar determinados tipos de indústrias porque Brasília não tem vocação para qualquer tipo de empreendimento. Aí tem que se ter cuidado, fazer estudos e trazer indústrias de segmentos que se adéquem à realidade do Distrito Federal.

OLHAR DIFERENCIADO SOBRE O ORDENAMENTO TERRITORIAL

Tem que haver muito cuidado com o ordenamento. O PDOT vem para revisão e é o momento de termos olhar diferenciado. Todo mundo que pensa em Brasília pensa na cidade administrativa. Brasília, sim, mas o Distrito Federal não pode mais ter esse pensamento, do contrário teremos problemas seriíssimos em uma década ou em até menos tempo se não tivermos esse zelo e um pensamento diferenciado. O Pró-DF é um grande programa. Infelizmente, todo projeto tem seus vieses e, muita vezes, quando entramos em alguns locais, vemos a falta de compromisso de gestores, que não são todos, com o andamento. Mas foi um projeto que veio para dar condição ao pequeno e ao microempresário e que lhes deu um lugar ao sol. Houve também grupos que aproveitaram o

”

**Quando optaram
por tirar o
ensino técnico
do currículo, se
abriu um vácuo
na sociedade, na
formação.**



Pró-DF para especulação, que não tiveram a visão de responsabilidade com o Estado.

MAIS TÉCNICOS PARA O MERCADO

Desde os 20 anos, quando me formei no magistério, antiga escola normal, sou professora. Quando optaram por tirar o ensino técnico do currículo, se abriu um vácuo na sociedade, na formação. A Câmara Legislativa nesse quesito só tem condição de fazer essa intervenção no Distrito Federal, que, por ser muito novo, nem a educação básica ainda conseguiu implantar como nós precisamos. Temos de criar motivação para que tenhamos a escola de período integral, começando pelas creches até o ensino médio, e dentro da escola ir criando formas de motivação paralelas à criação de escolas técnicas. Em Ceilândia temos duas, uma federal e uma distrital. A Secretaria de Educação precisa criar mais escolas técnicas. Tudo isso passa pela Câmara, que tem que ter essa visão, essa mudança de pensamento, da necessidade da formação de mão de obra, que não é problema só do Distrito Federal, mas do Brasil. Hoje você tem emprego, mas não tem mão de obra qualificada para ocupar as vagas disponíveis. E não é só no setor privado. Quando você caminha para o setor público, faltam também muitos técnicos para ocuparem os espaços. E talvez seja esse um dos motivos de não darem muito certo os programas e projetos implantados – pela falta da formação de técnicos.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO NAS EMPRESAS

Quando não se cumpre o respeito ao direito de todos, quando não há avanço, é preciso obrigar e limitar. Se estivéssemos em um país desenvolvido, não precisaríamos de cotas como essas. Mas, infelizmente, a coisa é tão deficiente que é necessário obrigar. A cota, quando parte para ter que obrigar, é justamente porque está faltando alguma coisa. Pela discrepância que temos, pela desigualdade: um percentual mínimo de quem tem muito, um percentual pequeno de quem tem pouco e um percentual grande de quem não tem nada. Precisamos muito trabalhar em conjunto para melhorar a distribuição de renda. A partir do momento em que você der condição ao ser humano de tomar seu espaço no mundo é que você vai começar a resolver essa situação. Estamos ainda longe disso, no entanto. Nós ainda não temos nem escola para todo mundo no Distrito Federal.

PREFERÊNCIA A EMPRESAS LOCAIS EM COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Isso é uma maneira de equilíbrio, de valorização. Se você não valoriza o que é seu, não adianta buscar o que é dos outros. Isso seria desequilibrar a balança. Temos que incentivar e dar condição de o nosso produto ser competitivo. Além disso, temos que comprar o que é produzido na nossa unidade da Federação.

PROFESSORA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DF, CRIOU EM 1986 O CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA, QUE PRESIDIU ATÉ 2005. FOI CONSELHEIRA TUTELAR EM CEILÂNDIA. INGRESSOU NO PPS EM 1996. EM 2006, FOI CANDIDATA A DEPUTADA DISTRITAL PELO PSL. EM 2010, VOLTOU AO PPS. FOI UMA DAS FUNDADORAS DO PEN, EM 2012.

RELAÇÃO ENTRE ENTIDADES EMPRESARIAIS E PARLAMENTARES

Se não houver essa troca de informações, teremos um avanço pífio. É necessário que haja informação para que possamos trabalhar melhor. Se não houver essa via, se não tivermos condições de construir essa relação e ter essas informações, acho que a coisa não caminha como deveria. Começa a existir uma separação. O Legislativo não foi instalado para se isolar, muito pelo contrário. Sem essa relação, as coisas ficam inacabadas. Ficariam, em uma linguagem muito minha, aleijadas.

PROFESSOR ISRAEL | PV



Israel Matos Batista

Brasília (DF), 2/5/1982

*Professor de história, atualidades
e cientista político*

Protestante



Cargos públicos anteriores:

*Assessor especial da Subsecretaria de
Juventude do DF (2007)*

*Coordenador do Departamento de Pesquisas
em Economia Solidária do Ministério do
Trabalho e Emprego (2007–2008)*

Secretário de Trabalho do DF (2008–2009)

Deputado distrital (2011–2014)

GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES

Fizemos leis importantes na área de educação, que é o nosso tema fundamental. A gente foca em propostas realmente úteis, que façam a diferença. Optamos por um processo legislativo de qualidade, mas eu diria que geração de oportunidades é o mais importante, especialmente para o estudante, para o jovem. Quando você trata de educação, trata disso.

ALÉM DO SERVIÇO PÚBLICO

Nossa economia está baseada no serviço público e isso nos leva à falência a médio prazo. Estamos mal-acostumados. O Estado recebe os impostos já tirados dos vencimentos do servidor e assim vamos nos retroalimentando. As populações das cidades mais humildes ficam desassistidas. Temos o Entorno, que é um cemitério de sonhos. A cidade não planeja outra fórmula de desenvolvimento. Brasília pode ser um *hub* das linhas aéreas nacionais. Foram tomadas providências, mas é preciso consolidar isso. Pode ser um polo de economia criativa. Hoje esse é o setor econômico que mais cresce no Reino Unido. A dificuldade é que a economia criativa é baseada em ideias, especialmente no campo da informática, que se desenvolve muito rápido. Com o processo burocrático brasileiro, as ideias se tornam ultrapassadas antes de ser colocadas em prática dentro da legalidade.

”

VOCAÇÕES DA CIDADE

Brasília não combina com a indústria das chaminés. Não foi criada para isso, então temos de buscar um modelo industrial que se adéque à cidade. Guardamos as Águas Emendadas. Aqui nascem as maiores bacias hidrográficas do País e temos o dever de preservá-las. Mas há tantas formas de desenvolver a cidade. Um sistema aeroportuário de cargas, um *hub* de voos, uma zona industrial criativa e de informática – tudo isso poderia ser feito.

OBSTÁCULOS AO EMPREENDEDORISMO

O empresário tem recursos para investir, tem boa vontade, está disposto a correr o risco, porque isso é pertinente à vida empresarial, mas não tem tempo. Para reunir a documentação para a abertura de uma empresa no Brasil, o tempo médio é 150 dias. Com sorte, 50 dias. É desanimador. O Estado recebe impostos, tem servidores, paga salários, mas está demorando 150 dias. Depois que resolvermos isso, conseguiremos dar andamento às outras coisas. Não sei a quem beneficia esse processo burocrático e acho que deve haver muita perversidade por trás disso. É isso que alimenta a corrupção, a propina, o jeitinho, o poder discricionário do servidor público, que pode adiantar ou atrasar um processo.

**A maioria dos
meus alunos
não sabe que
ser azulejista dá
mais dinheiro do
que trabalhar
como auxiliar de
escritório.**



COMO ATRAIR INDÚSTRIAS

Precisamos nos posicionar nesta guerra fiscal, de maneira a cobrar impostos justos. Depois disso, temos de melhorar a fiscalização da entrada de mercadorias no DF pelas rodovias. Hoje não há infraestrutura para essa cobrança. Se tiver retorno, o empresário se sente seguro, tem como se planejar. É preciso modernizar a legislação para a abertura de empresas no DF, para então estabelecer quais são as áreas empresariais que nos interessam. Há empresas que manifestam intenções de virem para cá, mas ficam em dúvida porque não há certeza da região onde se instalar. A questão territorial no DF é um problema. A legislação do Pró-DF não é clara e hoje os empresários que aderiram estão muito insatisfeitos. É preciso criar um programa realmente decente de distribuição desses terrenos. Se a gente não resolver esses aspectos, não adianta vir com leis pontuais, nada vai para a frente.

PREFERÊNCIA A EMPRESAS LOCAIS EM COMPRAS PÚBLICAS

Acho que seria um grande incentivo. A nossa cidade é rica, temos o Fundo Constitucional, que injeta recursos na nossa economia. Precisamos aproveitar essas condições, e não nos acomodarmos. Se estabelecermos preferência a empresas daqui na venda de produtos para o poder público, estaremos beneficiando a cidade.

CULTURA DO BACHARELISMO

O Brasil passou recentemente por uma revolução técnica. Nunca se criaram tantas escolas técnicas

na nossa história, mas sobram vagas. É o nosso bacharelismo. A maioria dos meus alunos não sabe que ser azulejista dá mais dinheiro do que trabalhar como auxiliar de escritório. Qualquer trabalho manual, por mais bem remunerado que seja, ainda não é bem visto na nossa sociedade. Criamos um programa de qualificação profissional atrelado à oferta de empregos em Brasília, que foi o Qualificopa. Conseguimos qualificar mais de 6 mil pessoas, colocamos mais de 4 mil no mercado. Mas era difícil conseguir pessoas que quisessem fazer os cursos. O sonho da maioria das mulheres de classe C no Brasil hoje, segundo pesquisa, é fazer um curso superior, o que nem sempre lhes dá empregabilidade. Algumas vão se formar em jornalismo e nunca vão conseguir emprego, mas a emissora que poderia contratá-las precisa mesmo de operador de câmera. A indústria padece desse problema aqui em Brasília. Nosso instituto federal tem vagas ociosas, embora o nível de aproveitamento dos alunos no mercado seja de 100%. Quando fui secretário de Trabalho, recebemos uma oferta de 90 vagas para construtores de paredes pré-moldadas. O salário inicial era de R\$ 2,7 mil. Qual é o trabalhador de nível superior que tem um salário inicial desses hoje em dia? Só que não tínhamos mão de obra, porque tinha que pegar pesado. É um trabalho manual, embora cheio de técnica. É um trabalho em que se usa capacete, e não terno e gravata. Há um erro histórico no Brasil. Acho que a oferta de vagas está corrigindo isso.

FUNDADOR DA ASSOCIAÇÃO DOS ALUNOS DE BAIXA RENDA, NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. EM 2000, CRIOU O PRÉ-UNB, CURSINHO COMUNITÁRIO PARA ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS. FOI ELEITO DEPUTADO DISTRITAL PELA PRIMEIRA VEZ EM 2010.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO NAS EMPRESAS

No caso da lei federal que estabelece cotas para pessoas com necessidades especiais, um problema é que às vezes não há procura. Muitos têm medo de perder benefícios de assistência social. A verdade é que as empresas que conseguem trazer essas pessoas para a equipe ficam muito satisfeitas, faz bem para o grupo. Mas estabelecer uma obrigatoriedade de 5%? A procura de qualificação profissional por pessoas com deficiência é muito baixa. E isso passa por outro problema: nossa falta de civilidade, de respeito. A falta de acessibilidade na cidade é absurda e dificulta a locomoção para os cursos.

A FORÇA DOS EMPRESÁRIOS

Acho que a sociedade tem de se mobilizar, e isso inclui entidades como a Fibra. É preciso exercer a influência que tem, juntar o setor. Eu não venho do setor industrial, mas podem contar comigo porque sou pela geração de oportunidades. Acho que a sociedade brasileira em geral ainda espera muito do Estado, mas o setor empresarial tem poder imenso. Tem de haver diálogo tanto com o Legislativo quanto com o Executivo. Deve ser uma relação republicana. Eu, por exemplo, não tenho nenhuma vergonha de defender meus colegas professores e as escolas. Os problemas que exponho aqui na Casa são reais e consigo mostrar isso. É republicano.

INCENTIVOS A EMPRESAS SUSTENTÁVEIS

Já que o governo vive dando isenções fiscais, abrindo mão de recursos, acho que isso poderia ser canalizado para aquela empresa que conseguir reaproveitar água da chuva. Vamos fazer o IPTU Verde empresarial, por exemplo. Vamos dar àquela empresa que tenha sistema de energia solar isenção de um imposto por alguns anos. Acho isso justo, sou do Partido Verde. Temos de mostrar que investimento em ações de sustentabilidade pode gerar economia, pode aumentar a lucratividade de uma empresa, além de dar a ela outro *status* perante a sociedade. Uma iniciativa que o Estado poderia adotar de imediato é um conjunto de descontos gradativos e pontuais: se o empresário colocou energia solar, tem um desconto de 5% no IPTU, por exemplo. Implantou sistema de recolhimento de água, mais 5%.

PROFESSOR REGINALDO VERAS | PDT



Reginaldo Veras Coelho
Crateús (CE), 2/1/1973
Em Brasília desde 1976
Professor
Cristão

EDUCAÇÃO E ÉTICA NA POLÍTICA

Os compromissos que assumi foram poucos, bem pragmáticos e voltados para a área da educação. Além disso, até por demanda da sociedade, tem a questão da transparência e da ética na política. Trabalho com alunos muito bem informados, que leem bastante, que se preparam para concursos. Eles acompanharam todo esse processo de manifestação e de demandas por mudanças na estrutura política. Logo, se eu não defendesse isso, não teria sido eleito. Sempre fui crítico feroz dessas posturas da política tradicional.

A INDUSTRIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA

O desenvolvimento da cidade ficou muito ligado à questão político-administrativa até a Constituição de 1988. Qualquer atividade que não fosse ligada a essa função foi limitada e até desestimulada, dentro de uma lógica geográfica e espacial que diz que indústria atrai gente, gente atrai indústria. A gente não atraiu indústria com medo de atrair gente, mas outros mecanismos governamentais, como distribuição de lotes, essa gente. Amarras estruturais, como a política fiscal do País e o alto ICMS no Distrito Federal, acabaram não só barrando a atividade industrial como até expulsando indústrias daqui para municípios vizinhos, a exemplo de Anápolis (GO). Qualquer lógica de desenvolvimento atual passa por criar mecanismos de atração de empresas.

”

O PERFIL DA CAPITAL

Há a limitação territorial e as amarras legais, porque a Lei Orgânica estabelece limites para os tipos de indústrias que podem ser instaladas em Brasília. Por ser o centro político-administrativo, tem perfil tecnológico. Indústrias dessa área devem ser o carro-chefe, mas não podemos nos limitar a um setor. A verdade é que nunca houve política clara de incentivo à atividade industrial no DF. São medidas pontuais, e não estruturais. Tem de ser uma política de Estado.

A FALTA QUE FAZ UMA POLÍTICA INDUSTRIAL

Nos últimos governos, o que se viu foi a política do Pró-DF. Consistia na concessão de terrenos, com subsídios, pagamentos facilitados, mas faltou acompanhamento. Não houve compromisso de empresários em desenvolver efetivamente aquilo a que se propuseram, não houve critério na distribuição dos lotes e o próprio Estado não ofereceu condições na infraestrutura nem na linha de crédito. Precisamos de uma política mais abrangente, considerando as diversas variáveis para a atividade industrial, como mão de obra, terreno, energia e transporte. Aí vêm os incentivos financeiros: linha de crédito facilitada e subsídio fiscal. O Porto Seco, no Polo JK, é interessante, mas falta melhorar. Está na beira de uma BR, em uma área onde há mão de obra. Talvez seja uma das coisas mais produtivas dos últimos tempos nessa área de desenvolvimento.

**Qualquer
lógica de
desenvolvimento
atual passa
por criar
mecanismos
de atração de
empresas.**



VALORIZAÇÃO DAS EMPRESAS BRASILIENSES

Tem que haver prioridade de compra para as indústrias locais, naturalmente respeitando critérios da Lei de Licitações. Se a empresa daqui ficar num patamar de concorrência ou minimamente fora dele, deve ter prioridade. Tem de se estabelecer um percentual para isso, por exemplo, de 10%. Aí, mesmo se o Estado pagar 10% a mais a uma empresa de Brasília, serão gerados empregos e arrecadados tributos. No final das contas, o Estado ganha esses 10%. Quando uma empresa recebe incentivo e terreno do governo do DF, o Estado deveria exigir em troca a contratação de moradores daqui. Muitos empresários preferem contratar mão de obra no Entorno porque é mais barata. Isso cria problemas para o transporte. Temos de ver o todo.

FALTA DE TÉCNICOS NO MERCADO

Até os anos 1990, havia educação técnica, fruto da própria formação do País. Aí houve uma ruptura paradigmática e resolveu-se investir na formação acadêmica. O problema foi abandonar a educação técnica. Chegou um momento em que formamos um monte de universitários, mas sem capacidade de desenvolvimento técnico. Agora, por meio do Pronatec, do Sistema S, a gente volta a incentivar o ensino técnico, desta vez paralelamente à formação acadêmica. A participação do setor empresarial nas escolas técnicas públicas, como a de Cellândia e a de Brasília, ainda é pequena. A indústria deveria estar lá dentro, com o Estado, formando essa mão de obra.

INCENTIVO À EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

Em geral, o aluno do ensino médio de hoje acha determinados empregos subalternos. Quando a gente for para dentro da escola pública e mostrar a esse menino o potencial do mercado de trabalho e a boa remuneração dessas profissões, vai conseguir atraí-lo. A educação de jovens e adultos seria o lugar ideal para captar essa mão de obra que a indústria procura e não tem. Não é uma política difícil, só requer planejamento. A gente pode usar as estruturas das escolas, oferecer cursos de qualificação nos fins de semana, o custo seria mínimo. A Câmara Legislativa pode ajudar criando políticas de incentivo.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO NAS EMPRESAS

Sou a favor de quase todo tipo de cota, contanto que não seja a cota pela cota. Tem de estar somada ao mínimo de meritocracia, de qualificação. Não posso obrigar o empresário a contratar a pessoa só porque ela tem uma condição. Tem de ser considerada a demanda da empresa também. A lei estabelece uma cota x, mas o Estado entra com o que para qualificar os beneficiários?

EXPANSÃO INDUSTRIAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Ainda falta muita discussão sobre esse assunto. O zoneamento tem de ser feito, respeitando o plano urbanístico de Brasília e a questão ambiental, quase

GEÓGRAFO, TRABALHA EM ESCOLA PÚBLICA EM CEILÂNDIA DESDE A DÉCADA DE 1990. TAMBÉM ENSINA EM CURSOS PREPARATÓRIOS PARA CONCURSOS. QUANDO JOVEM, MILITOU PELO PT, MAS NUNCA FOI FILIADO AO PARTIDO. CANDIDATOU-SE PELA PRIMEIRA VEZ NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES.

sempre colocada em segundo plano. Sei da ânsia de desenvolvimento e entendo a lógica capitalista, mas tem de haver limite. Vou ter participação ativa nesse assunto. É necessário haver planejamento, para que não haja deseconomia de escala, para que os lugares não fiquem saturados. Esse planejamento tem de respeitar princípios de sustentabilidade e o tombamento. Mas, no caso do tombamento, algumas coisas poderiam ser flexibilizadas. A rigidez compromete a mobilidade urbana, políticas de desenvolvimento e até a segurança das pessoas. O espaço geográfico é mutante. As leis devem se adaptar às demandas da sociedade.

DESBUROCRATIZAÇÃO

A burocracia para a abertura de empresas não é problema de Brasília, é nacional. No nosso caso, a criação do centro administrativo em Taguatinga, onde secretarias e órgãos estarão próximos, já será um primeiro sinal de facilidade. Defendo a criação de uma estrutura como um "Na Hora da Desburocratização". O Na Hora talvez seja uma das coisas mais úteis que já criaram. Junta tudo no mesmo espaço, com soluções relativamente rápidas. Setenta por cento do processo para abertura de empresa é composto por coisas básicas. São documentos que o empresário precisa juntar. Daria para fazer tudo num único setor, pois a tecnologia permite isso. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico deveria ter um setor de desburocratização. É claro que será preciso modificar a lei para resolver outros problemas, mas esse setor pode listar os gargalos e mandar o projeto para a Câmara

Legislativa. Eu adoraria apresentar um projeto desses, mas acho que ele tem de partir do setor empresarial.

DIÁLOGO PELO DESENVOLVIMENTO

O diálogo entre o Legislativo, o Executivo e o setor empresarial tem de ser permanente e maduro. Só não pode ser no jogo de interesses. Essa relação tem de ser séria, com interesses no desenvolvimento, e não pessoais. Tem coisas boas para o setor empresarial, mas não para a sociedade como um todo.

INCENTIVO À SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade e lucro imediato se contrapõem no primeiro momento. A gente vive uma fase de transição de um desenvolvimento predatório, que domina desde a revolução industrial, para o desenvolvimento que se quer para o futuro. Quando se adotam projetos sustentáveis, no primeiro momento ficarão mais caros, é inevitável. Ninguém salva o planeta sem gastar dinheiro. Ninguém vai conscientizar a população sem políticas de educação, que também têm custo. Então, todo incentivo para desenvolvimento sustentável é válido – na verdade, necessário. A legislação federal já prevê que empresas sustentáveis tenham preferência em processos licitatórios. É uma forma de incentivo. Vai custar um pouco mais caro para a empresa e para o Estado, mas a longo prazo, não. Sou totalmente a favor desses incentivos, desde que beneficiem empresas sustentáveis de verdade, com certificação ambiental. O Estado tem de dispor de estrutura para fiscalizar se a empresa é mesmo sustentável.

RAFAEL PRUDENTE | PMDB



Rafael Cavalcanti Prudente

Brasília (DF), 5/11/1983

*Administrador de empresas e empresário dos
ramos de tecnologia e de segurança privada
Evangélico*

NECESSIDADES DO SETOR PRODUTIVO

Agora estou na vida pública, mas sou empresário. Na vida empresarial, a gente passa por muitas dificuldades. A principal é a parte de documentação, de burocracia. Hoje a gente tem estudos que mostram que o empresário, para colocar toda a documentação em dia, precisa de dois anos. A gente tem que simplificar isso. Temos que ampliar e fortalecer o Na Hora Empresarial, criando unidades em todas as cidades do DF. Isso é muito importante para dar agilidade ao processo. E o principal: temos de facilitar o acesso ao crédito do BRB para o empresário poder trabalhar. Quem está começando geralmente não tem recursos, acaba pegando emprestado com familiares. Temos o privilégio de ter o BRB, que é um banco nosso e que pode fomentar isso. Acho que o BRB pode melhorar. Conversei com muitos microempresários na campanha eleitoral. Temos a questão da regularização fundiária, que causa problemas de documentação, e temos problemas de expansão para áreas de desenvolvimento econômico justamente para tirar esse pessoal do aluguel. Quando há uma linha de crédito disponível, a burocracia é muito grande dentro do banco e o dinheiro é pequenininho. Os poucos que conseguiram receberam R\$ 2,5 mil, R\$ 5 mil, R\$ 10 mil, quantias que dificilmente viabilizam um negócio. Dando condições ao empresário, com menos burocracia e acesso mais fácil ao crédito, conseguiremos fomentar o setor produtivo.

”

DF EM DESVANTAGEM

Planaltina, por exemplo, perdeu muitas empresas por falta de áreas de desenvolvimento econômico. Perdeu para Formosa, para Planaltina de Goiás. Lá tem agilidade muito maior, com o programa Produzir. Conheço bem isso, porque temos empresa também em Goiás, em Minas Gerais, em São Paulo, em Mato Grosso e sabemos que a maior dificuldade está aqui no DF. Enquanto uma empresa nossa cresce 15% num estado, 20% em outro, aqui cresce muito menos. Infelizmente nossa realidade é essa. O que o empresário quer é condição de trabalhar. Vontade existe, mas precisa de meios. O brasiliense é muito empreendedor. Boa parte das pessoas gostaria de ter o próprio negócio, mas precisamos criar meios para isso.

INCENTIVOS E ÁREAS PARA EMPREENDER

O que temos de trazer para cá é indústria. Perdemos indústrias automobilísticas que se instalariam aqui para outras unidades federativas por falta de incentivo econômico. Área nós temos, só que está tudo travado junto à Terracap. No que diz respeito à questão ambiental, temos de avaliar. Mas a indústria tem uma tecnologia que evoluiu muito nesse aspecto, polui cada vez menos. O que falta é um trabalho mais incisivo. Temos o Itapoã, que tem uma área que pode ser expandida para o desenvolvimento econômico. Temos Planaltina, temos Brazlândia, temos outras áreas de Pró-DF que podem ser ampliadas. Não

**Dando condições
ao empresário,
com menos
burocracia e
acesso mais
fácil ao crédito,
conseguiremos
fomentar o setor
produtivo.**



adianta só ceder a área. A maioria do que temos hoje no Pró-DF, infelizmente, são cemitérios de empresas. Faltam asfalto, boa iluminação, transporte urbano. O funcionário não quer trabalhar nas áreas de desenvolvimento do Gama ou de Ceilândia, por exemplo. Não basta ter a área. Tem que revitalizar as que já existem, dando infraestrutura para o empresário ter condição de efetivamente trabalhar. O Pró-DF precisa de transparência maior. Hoje algumas pessoas são contempladas e outras não, e não vejo critério muito claro quanto a isso. Sou favorável também a incentivos por meio de dedução nos impostos recolhidos no DF: IPTU, IPVA, ISS. Acho que a gente tem de pensar grande. Isso significa sangrar um pouquinho agora e deixar aquela ânsia de arrecadar. No fim, você até arrecada mais. Não temos de pensar que vamos perder receita, temos de nos preocupar com o que vamos ganhar no futuro.

PRÓ-DF CANDANGO

Acho que a gente vê no Pró-DF muitos galpões grandes. A gente poderia separar terrenos de 200, 400 e 800 metros quadrados para o micro e o pequeno empresário. Dessa forma, ele também poderá participar do programa, sair do aluguel. Temos que dar incentivo ao pequeno empreendedor. Nossa ideia é dar a ele incentivo econômico por três anos, com isenção de impostos, porque estatísticas mostram que os primeiros três anos são os mais difíceis para a sobrevivência das empresas. Com incentivo econômico e fiscal por

esse período, com certeza o pequeno negócio vai durar por mais tempo. Essa é a nossa ideia.

PREFERÊNCIA A EMPRESAS LOCAIS EM COMPRAS PÚBLICAS

Poderia ser discutida, da mesma forma que temos incentivo para microempresários darem lances nos pregões públicos. Tem questionamento jurídico sobre esse assunto, mas acho que seria viável para a economia do DF. Se a gente pode beneficiar a economia daqui, por que não? Temos que fomentar a indústria e o comércio para gerar emprego aqui. O jovem de hoje normalmente cresceu com a mentalidade de ser funcionário público, mas não há vagas para todo mundo. Brasília já passou dos 50 anos e precisa ter alternativa. Já passou da hora de a capital ser conhecida também como a cidade das oportunidades, que vai ter uma indústria forte, um empresariado forte. A gente tem de pensar no futuro desta forma: gerando empregos para as pessoas.

FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA

Vi muita gente desempregada nas minhas caminhadas durante a campanha eleitoral, mas a maioria sem qualificação profissional alguma. Em muitas áreas, por outro lado, há gente apta a ser contratada. Por exemplo, no segmento de vigilância, temos 50 mil profissionais formados aguardando oportunidade. A gente vê muito o governo formando cabeleireiro, manicure. Será que o mercado precisa só disso? Vou brigar para que isso seja

ATUOU EM CAUSAS SINDICAIS E É MEMBRO DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA DO DF E DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA. FILIOU-SE AO PMDB EM 2013 E CANDIDATOU-SE PELA PRIMEIRA VEZ NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES.

mais inteligente, por meio da Secretaria de Trabalho. Precisamos identificar quais são os profissionais necessários. A Secretaria de Trabalho pode contratar uma consultoria e fazer um levantamento das vagas em aberto. Não é fácil, mas é possível. Identificadas as necessidades das empresas, o governo pode fazer um contrato por meio do qual ele forma esse pessoal e as empresas se comprometem a contratá-lo. Tenho certeza de que todo empresário, se receber um profissional certificado, vai querer contratá-lo. Isso vai beneficiar as famílias, os trabalhadores, as empresas, a economia. O problema é que o governo forma sem muito critério e oferece poucas vagas. Acho que, com pouco custo, podemos formar muito mais em algumas categorias cuja capacitação não requer grandes investimentos. Podemos fazer parcerias com igrejas para utilizar salas de aula boas que ficam ociosas. Temos escolas fechadas no fim de semana, de noite. Há as vilas olímpicas, que podem ser usadas no turno contrário ao das aulas. É um processo trabalhoso, que demanda tempo, mas que tem de começar.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO NAS EMPRESAS

Ex-presidiários precisam de uma segunda chance. Normalmente, são dedicados. Há pessoas que erraram e vão continuar errando, mas a grande parte merece uma segunda chance. E as empresas têm preconceito imenso quanto a isso. É semelhante com pessoas mais velhas, que precisam ser requalificadas, e com mulheres. Só temos uma forma de colocar

categorias exclusas ou que têm dificuldade imensa de entrar no mercado de trabalho: é mexendo no bolso do empresário, não tem outra modo. Vamos propor um trabalho conjunto com as Secretarias de Trabalho, de Educação e de Fazenda, para que haja também uma forma de dar algum benefício às empresas, não uma cota. Acho que tudo o que é impositivo não fica muito bom. Seria um atrativo para o empresário contratar essas pessoas. Acredito que, com diálogo entre o governo, o Legislativo e as empresas, podemos estudar uma forma de colocar essas pessoas nas empresas. Todo mundo sai ganhando. Aprendi que temos de escutar todos, principalmente entidades de classe como a Fibra. A gente tem de ter o gabinete aberto. Eu pretendo pautar meu mandato em cima disso, para pegar novas ideias e, juntos, montar uma estrutura benéfica para todos.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Já vi em outros países residências que fazem um pequeno investimento e vendem energia à companhia elétrica. Beneficiam-se com a redução da conta e ainda ganham um dinheiro, revertendo essa geração de energia para o Estado. Isso é o futuro. Temos de preservar cada dia mais o meio em que vivemos. É tudo muito novo ainda no Brasil, mas em outros países isso está adiantado. Acho que podemos ter tecnologia própria ou trazer de outros países para fazer investimentos e dar benefícios também a esses investidores.

RAIMUNDO RIBEIRO | PSDB



Raimundo da Silva Ribeiro Neto
Piracuruca (PI), 2/8/1957
Em Brasília desde 1967
Advogado
Católico



Cargos públicos anteriores:
Gerente regional do Patrimônio da União
(2000–2002)
Secretário de Estado de Justiça, Direitos
Humanos e Cidadania do DF (2007–2008)
Deputado distrital (2007–2010)

RESGATE DE BRASÍLIA

O principal desafio desta legislatura, não só meu, mas de todos que agora ocupam funções públicas dessa envergadura, é resgatar Brasília. Não há geração de empregos e as três áreas vitais do Estado – saúde, educação e segurança pública – ficaram paralisadas e desmotivadas. O primeiro desafio de todos, então, é recuperar a autoestima da população. A partir daí, poderemos resgatar o Distrito Federal como polo de desenvolvimento, não apenas no aspecto produtivo, mas no aspecto cultural e artístico.

PREJUÍZOS DA FALTA DE PLANEJAMENTO

Brasília foi criada para hospedar o poder federal. Entretanto, a vinda natural de pessoas de várias regiões do País terminou colocando a cidade como outra capital. Infelizmente, houve toda uma imprevidência da década de 1990 para cá e, em vez de agirmos preventivamente, passamos a apenas agir na busca de soluções quando o problema já acontece, o que torna tudo muito mais difícil. Hoje temos mais de 4 milhões de habitantes, incluindo a população flutuante. O Plano Piloto, que está no foco de atração, não tem capacidade de absorver todos. Isso causa uma série de problemas: o trânsito é caótico, a insegurança chegou a índices alarmantes e, evidentemente, a qualidade de vida decaiu. Isso não faz jus a Brasília, que não nasceu para isso, nasceu para ser a melhor capital do mundo. À medida que o

”

tempo passou, os governantes não tiveram o cuidado de prever os problemas que viriam e a cidade foi se deteriorando. Hoje temos mais de 30 regiões administrativas com problemas habitacionais, de infraestrutura, de saneamento.

MECANISMOS TRIBUTÁRIOS

Eu pessoalmente defendo que façamos uma reavaliação do sistema tributário local, que engloba tanto a esfera estadual quanto a municipal, para que a gente possa rapidamente criar mecanismos que facilitem e estimulem o investimento na capital. O que não podemos é ver aqueles empresários estabelecidos em Brasília serem expulsos para outras regiões em função de uma falta de compreensão do governo de que o setor produtivo gera receita, gera renda e gera soluções para os problemas, uma vez que oferece os empregos. A Câmara Legislativa pode ser uma grande parceira do Poder Executivo nisso.

FACILIDADES PARA AS INDÚSTRIAS BRASILIENSES

No que diz respeito à legislação para a abertura de empresas, temos duas esferas de atuação, nos âmbitos federal e distrital. No âmbito distrital, o que for possível tem de ser feito. Temos de simplificar, não dá mais para o empresário enfrentar tantas dificuldades para se estabelecer. Precisamos que o setor produtivo se sinta estimulado, e estímulo se dá com facilidades dentro do campo legal. Isso

**Precisamos
que o setor
produtivo se
sinta estimulado,
e estímulo se dá
com facilidades
dentro do
campo legal.**



incluir incentivos financeiros. Temos um banco que está no século passado no que diz respeito à operacionalização. O BRB já era há muito tempo para ser instrumento de desenvolvimento, para que a gente pudesse realmente financiar as atividades. Não precisa se pensar no grande capital. Mas não acho que deva haver preferência a empresas locais em compras públicas. Devem competir em igualdade de condições. Naturalmente, têm todas as facilidades de competitividade.

VENDA DE TERRENOS

Sou favorável à concessão do terreno ao empresário por prazo determinado e, após cumpridas todas as formalidades, pode se efetivar a venda. Tem de ser algo muito transparente, para que o empresário saiba quais são seus compromissos. Acho que o principal é exatamente a geração de empregos e de receita. Esse é um impulso, mas acho que podemos incentivar muito também com a redução da carga tributária. Poderíamos, por exemplo, estimular as empresas a oferecer assistência médica particular para os seus empregados, por meio de incentivos fiscais.

EXPANSÃO INDUSTRIAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Temos de aproveitar as cidades em torno de Brasília. Refiro-me a Santa Maria, a Planaltina, esta com vocação notória no setor agrícola. Ceilândia tem outro tipo de vocação, São Sebastião tem outro.

Acho que a gente pode criar quatro grandes polos de desenvolvimento, no norte, no sul, no leste e no oeste. Com isso, a gente vai desafogar o centro, porque onde houver empregos é onde haverá o fluxo de pessoas. Evidentemente, temos de preservar o Plano Piloto com seu projeto original. O caso dos condomínios, por exemplo, envolve três questões: ambiental, fundiária e urbanística. Temos uma situação de fato, que precisa ser regularizada definitivamente, e precisamos de atuação firme e rápida do Estado para não admitir mais que surjam ocupações irregulares.

CARÊNCIA DE MÃO DE OBRA

A Câmara Legislativa, o Executivo e o setor produtivo podem trabalhar em parceria para resolver isso. Precisamos urgentemente começar a usar a estrutura física das escolas para promover a profissionalização a partir do primeiro ano do ensino médio. Dessa forma, em três anos – menos que a duração de um mandato –, conseguiremos ter pessoal qualificado para empregos na indústria. É importante o papel do setor produtivo, porque ele vai dizer do que precisa, e aí a escola pública vai formar aquele profissional. É semelhante a um programa de que participei no Ministério da Educação, quando foram criados, em 1979, os Centros Federais de Educação Tecnológica. Não é preciso inventar a roda, não. O aluno hoje não procura a educação técnica porque não tem atrativo. Mas, se entrar no ensino médio já fazendo opção por um curso, sabendo que tem mercado, terá interesse.

PRESIDIU A ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA EM 1985. FOI MEMBRO DO PSL DE 2005 A 2009. FILIOU-SE AO PSDB EM 2009.

RESERVA DE VAGAS NAS EMPRESAS

Sou autor da lei que reserva vagas para ex-apenados e apenados em regime semiaberto nas empresas do DF. Mas é algo que precisa ser revisto. Aliás, não é só uma revisão. É uma revisão para aperfeiçoamento, porque a lei tem de atingir a sua finalidade. Qual é a finalidade? É corrigir uma distorção. A partir do momento em que está corrigida, não precisa mais de lei. Ou, se não corrigiu, temos de identificar onde está o gargalo e, a partir daí, corrigir. No caso dos apenados, a reserva de 2% das vagas tem um fundamento: ninguém dá emprego para apenado. Mas não basta garantir a ele acesso ao mercado de trabalho, é necessário que o profissionalizemos. Quando fui secretário de Justiça, fizemos isso.

INCENTIVOS A EMPRESAS SUSTENTÁVEIS

Acho que essas empresas têm de receber incentivos como todas as outras. Não gosto muito de segmentar, porque, quando a gente começa com isso, cria uma situação que não acaba nunca. Uma questão pontual se perpetua. Tenho receio de ficar normatizando, criando situações que tendem a se perpetuar. Acho que temos de ter um programa de duração de quatro anos, até para coincidir com o tempo de um governo, no sentido de ter um desenvolvimento acima dos índices nacionais. Mas tem de ficar muito claro que é por um período, que pode ser prorrogado, mas não pode ser eternizado. É como um carro que quebrou no meio da rua e

tem de ser empurrado. Depois disso, você tem de passar na oficina e comprar uma bateria, senão não resolve o problema.

A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO

Não apenas com o setor produtivo, mas com todos os setores da sociedade tem de haver diálogo. Tive o privilégio de ser o primeiro secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. Essa secretaria tinha a função de servir como instrumento de interlocução entre o Poder Executivo e a sociedade, incluindo aí os órgãos de controle social, o Judiciário, o Ministério Público, polícias, sindicatos. Dali surgiu, por exemplo, o termo de ajuste de conduta que resultou na regularização de 38 condomínios. Mas, acima de tudo, resultou no caminho legal para a solução. Foi assim com os chamados puxadinhos, os quiosques, os camelôs, estes transferidos para os shoppings populares. Com o setor produtivo, não só é bom que haja diálogo. É necessário. Os poderes constituídos têm de ser mediadores entre as classes produtiva e trabalhadora. Significa procurar sempre unir o capital e o trabalho. O diálogo, então, é necessário porque, quando o setor produtivo tem sua tarefa facilitada para continuar sendo produtivo, ele ajuda o Estado e também ajuda o trabalho. Gera mais empregos, mais receita. Quando gera receita, gera capacidade de investimento do Estado, de modo que isso possa se converter em saúde, segurança e educação. Esse diálogo tem de existir. Sem isso, o Estado deixa de cumprir seu principal papel.

RICARDO VALE | PT



Ricardo Vale da Silva
Brasília (DF), 29/7/1965
Gestor de negócios
Católico



Cargos públicos anteriores:

Diretor de Esportes da Administração de Sobradinho (1997–1998)
Coordenador do Departamento de Políticas de Desenvolvimento do Desporto e do Lazer do Ministério dos Esportes (2003–2005)
Secretário-adjunto da Secretaria de Governo do DF (2012–2013)

PLANOS PARA GERAR EMPREGOS

Farei um mandato de muita participação social, pautado nas demandas daqueles que acreditaram no nosso projeto. Lutarei pela defesa do trabalhador, pela valorização dos salários, pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, por um serviço público de qualidade e pelo fortalecimento do comércio e da própria indústria. O setor público não tem condições de absorver a mão de obra crescente. Diante disso, a indústria passa a ter papel central no desenvolvimento econômico. É necessário garantir a oferta de trabalho de qualidade para as próximas gerações. Nada melhor do que gerar empregos inteligentes, que agreguem valor. Para isso, o Estado deve atrair empresas limpas, de alta tecnologia. Brasília tem mão de obra qualificada – são quase cem faculdades – apta a trabalhar nessas indústrias. O que se vê hoje é a perda dessa mão de obra para outras cidades e para o exterior. Ela deve ser absorvida aqui, com o desenvolvimento de indústrias de ponta – a farmacotécnica, a digital, a de logística, a financeira – e do turismo.

NECESSIDADE DE ATRAIR INDÚSTRIAS

O DF tem vocação e precisa da industrialização. Os desenvolvimentos econômico e social de Brasília estão intimamente ligados ao crescimento do parque industrial nas regiões administrativas.

”

É necessário defender junto à esfera federal o fim definitivo da guerra fiscal, para que haja equiparação do ICMS. Respeitar a vocação industrial das cidades para evitar que políticas de fomento à indústria se frustrem e se tornem instrumento de especulação imobiliária. Devemos fomentar, com redução de IPTU e de outros impostos, a instalação de indústrias limpas, de tecnologia e outras definidas com a sociedade brasiliense.

FOMENTO PARA O SETOR EMPRESARIAL

Além de incentivos fiscais para atrair o segmento produtivo, precisamos investir em formações dos cursos técnicos que levem em consideração as especificidades de cada uma das regiões administrativas do DF. Não é possível pensar Brasília apenas pelo centro, pelo Plano Piloto. Existem aqui cidades com grande potencial para absorver indústrias. É preciso avaliar o perfil de cada uma dessas cidades e então criar atrativos para empreendedores específicos.

DESENVOLVIMENTO LIMPO

Pelas características do DF, deveríamos trazer para cá indústrias não poluentes. Setores como o de tecnologia e de farmacotécnica são exemplos positivos. Precisamos trabalhar essa questão do parque tecnológico. Trazer indústrias pesadas

**Não é possível
pensar Brasília
apenas pelo
centro, pelo
Plano Piloto.
Existem aqui
cidades com
grande potencial
para absorver
indústrias.**



para a nossa região já é mais complicado. Mesmo assim, dependendo do local, podemos planejar uma ação nesse sentido. O DF precisa crescer, trata-se de uma forma de oferecer oportunidade de emprego para os nossos jovens, para os filhos dos servidores públicos. O serviço público não absorve mais a nossa oferta de mão de obra. A população está crescendo e não tenho dúvida de que a indústria, assim como o setor produtivo em geral, precisa crescer também para acompanhar esse ritmo.

SUSTENTABILIDADE COMO TENDÊNCIA MUNDIAL

Sou favorável, defensor e fomentador. Precisamos garantir que venham para Brasília indústrias limpas, sustentáveis, para desenvolver economicamente o DF com respeito ao meio ambiente e à sociedade, gerando emprego digno, de qualidade e combatendo a precarização da mão de obra. Vou trabalhar para que possamos ter uma contrapartida para empresas que preservem o meio ambiente. A busca por um desenvolvimento sustentável é uma responsabilidade coletiva: das indústrias, do governo e da sociedade.

PRIORIDADE PARA PRODUTOS LOCAIS EM COMPRAS PÚBLICAS

Incentivar que se consuma o que é produzido aqui é uma forma de oferecer contrapartidas e atrair investimentos. O Estado compra muito e, na

maioria das vezes, compra fora do DF, o que acaba gerando emprego e oportunidades em outros lugares. É claro que precisamos ter uma indústria competitiva, que produza com qualidade e preços condizentes ao restante do País.

BRASÍLIA ENGESSADA

Creio que essa questão do engessamento tenha mais impacto na região tombada de Brasília. Devemos achar soluções para o desenvolvimento dessas áreas sem perder essa importante característica que torna nossa capital única em todo o mundo. Em relação ao restante do Distrito Federal, as possibilidades são imensas no que diz respeito ao debate da industrialização, claro que com as ressalvas ambientais e vocacionais necessárias. É preciso trazer investimentos para Brasília, mas existe uma burocracia muito grande no DF por conta da questão fundiária, o que prejudica muito nosso crescimento. Precisamos quebrar essa barreira preservando com cuidado o meio ambiente e o patrimônio histórico da capital. Mas precisamos prezar também por um processo político que possa oferecer áreas atraentes para o setor industrial e produtivo. Sem receio, sem medo. Tudo isso dentro de um processo de debate e construção conjunta, mas que deixe as coisas andarem. Quando falamos da Lei de Uso e Ocupação do Solo, não sei por que tanto medo, tanto receio de promover um processo estudado, planejado, como ocorre em todos os países. Na

AJUDOU A FUNDAR O PT REGIONAL, DO QUAL É SECRETÁRIO-GERAL. FORMADO EM MARKETING E MILITANTE DOS ESPORTES DESDE O INÍCIO DA VIDA POLÍTICA, É PRESIDENTE DO SOBRADINHO ESPORTE CLUBE.

Câmara, vou trabalhar muito no sentido de ajudar a resolver isso, pois o debate está ficando muito longo. Está se estendendo por muitos anos e as soluções estão demorando demais.

QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA

No DF já existem muitas universidades, faculdades, cursos técnicos e a gente acaba perdendo essa mão de obra porque há poucas indústrias, poucos segmentos para empregar essas pessoas. Acredito que a formação técnica e que os cursos profissionais estejam no mercado. Mas vamos estudar esse assunto mais a fundo para analisar o que é preciso fazer. Se houver algum segmento novo para o qual ainda não tenhamos capacitação, será necessário qualificar mão de obra nessa área de trabalho. Estamos perdendo uma grande quantidade de jovens, pessoas capacitadas, por falta de indústrias e oportunidades de trabalho.

ENSINO TÉCNICO

Houve um processo no Brasil para acabar com os cursos técnicos e isso fez com que muitas escolas técnicas fossem fechadas e praticamente nenhuma construída durante décadas. Nos últimos anos, o governo federal e alguns estados mudaram essa lógica e construíram, investiram pesado no ensino técnico, e o Distrito Federal não ficou fora desse processo. No entanto, entendo que em Brasília o maior problema não seja a carência de mão de obra qualificada. Precisamos fortalecer a parceria entre

o setor produtivo e as universidades/faculdades brasilienses, nacionais e de outros países. Isso é fundamental para despertar no jovem o interesse pela indústria e o Estado tem papel essencial de fomentar essa parceria. Brasília já conta com muitas universidades, faculdades e cursos técnicos. Precisamos é garantir que o jovem formado nesses centros de conhecimento tenha emprego em Brasília e não precise ir para outras cidades.

CRITÉRIO PARA AS COTAS DE CONTRATAÇÃO

Considero as cotas uma questão correta, pertinente, que deve existir, mas também devemos levar em conta a demanda do segmento produtivo. Sabemos que pessoas com deficiência, os jovens e os negros acabam de certa forma sendo prejudicados na hora de uma contratação, por isso a necessidade de haver essas vagas. Porém, você não pode empurrar uma quantidade de vagas de cotas para indústria, comércio ou o próprio serviço público sem que haja essa necessidade. É preciso caminhar à medida que a demanda existe, sem prejudicar o comércio, a indústria ou o serviço público. Tem que ser uma coisa feita com critério. Não adianta empregar uma pessoa com deficiência apenas para cumprir a lei e a pessoa se sentir inútil.

ROBÉRIO NEGREIROS | PMDB



Robério Bandeira de Negreiros Filho
Brasília (DF), 7/9/1978
Empresário do setor de serviços e tecnologia
Católico



Cargos públicos anteriores:

Deputado distrital (2012–2014)
Assessor Especial da Presidência
da Caesb (2011)
Assessor Especial Parlamentar na Câmara
Legislativa do Distrito Federal (2007 a 2011)

GERAÇÃO DE EMPREGOS

O que chamam de compromissos de campanha para mim são os valores morais que devem nortear as ações de todo aquele que se pretende homem público. Criar oportunidades de emprego, por exemplo, é obrigação, pelo menos da minha parte, que venho do setor produtivo. Sei que precisamos investir mais nas empresas locais para alimentar o círculo virtuoso da economia. Com as empresas aqui funcionando a todo vapor, teremos mais empregos, mais consumo, mais impostos, mais investimentos. Só a força de todos que querem um Distrito Federal melhor pode viabilizar as melhorias de que nossa cidade precisa. Meu mandato será voltado para tudo que for bom para o setor produtivo, principalmente para a geração de empregos. Minha energia será 100% direcionada para isso. Se o Estado não trabalha para fomentar a indústria e o setor de serviços, a arrecadação cai, ou não aumenta. O empresário vai recolher mais impostos se crescer. É o empresariado que viabiliza a justiça social, com a oferta do emprego.

O FUTURO DE BRASÍLIA

O serviço público é importante? É, mas nós que temos filhos e netos aqui no DF temos de começar a pensar nas oportunidades que eles terão daqui a 20 anos. O Distrito Federal é a convergência de vários Brasis, até mesmo pela localização, de acordo com a visão de Juscelino Kubitschek naquela época [anos 50], de unir os estados. O nosso setor produtivo é

”

diferente. O DF está crescendo a toque de caixa. Nosso empresariado, apesar das dificuldades – quando o governo e a Câmara Legislativa não criam obstáculos – acompanha a demanda e ainda exporta produtos e tecnologia. Os exemplos de sucesso são muitos. Mesmo com as dificuldades, ainda inovam, mas precisam de muito apoio e de novas políticas tributárias.

INCENTIVOS AO EMPREENDEDORISMO

O Pró-DF tem de ser discutido urgentemente. É um dos programas mais inteligentes criados no governo do DF, nos anos 2000, e faltou fiscalização. Hoje 90% virou moradia. A isenção fiscal é dinheiro nosso. Se o beneficiário não está criando emprego, a empresa não está mais lá, já está alugando, ou pior, vendeu para outro, não pode ficar assim. Tem que ter fiscalização profunda. Nesta legislatura, vou acionar a Comissão de Fiscalização para isso. Muitos não seguiram o projeto de viabilidade econômica. Cem empregos são cem empregos. Se for mais, melhor ainda. Menos não pode.

PREFERÊNCIA A EMPRESAS LOCAIS EM COMPRAS PÚBLICAS

Tenho formação jurídica e sei que fazer isso de forma direta é muito difícil. Agora, se foi criada legalmente preferência em algumas compras para micro e pequenas empresas, por que não colocar o

**Meu mandato
será voltado
para tudo que
for bom para o
setor produtivo,
principalmente
para a geração
de empregos.**



tema em discussão? Acho importante. Logicamente, empresas das outras unidades da Federação vão criticar, mas, quando nós temos como estabelecer um paradigma, é possível.

COMO INCENTIVAR A INDUSTRIALIZAÇÃO DO DF

O governo tem a obrigação de fazer a parte dele com o setor produtivo, desonerando, por exemplo, a produção e os serviços, dando a primazia nas compras estatais, oferecendo políticas de educação profissional. É o empresariado local que movimenta a economia e garante boa parte da nossa receita. Não adianta falar em desenvolvimento industrial sem haver gente capacitada para contratação. Há funções na área da indústria, como na construção civil, em que sobram vagas. São importantes também incentivos financeiros, por meio de financiamentos, principalmente utilizando o BRB, porque pode haver sintonia maior com o governo e com a Câmara Legislativa. Um banco público tem de ter visão mais estatal. Quanto à desburocratização do processo de abertura de empresas, o governo federal com apoio do governo local e entidades empresariais lançaram em 2014 um programa para isso. Cabe à nova legislatura ver se está saindo do papel. Eu estarei atento.

LEGALIDADE E JUSTIÇA SOCIAL

O crescimento desordenado das cidades não é problema apenas do DF. Muitas áreas estão consolidadas e já experimentam arranjos produtivos.

Quando digo arranjos, são locais que às vezes têm até uma licença, mas não têm o alvará, que é a identidade da empresa. Quando você vai ao banco pegar capital de giro, o banco não lhe dá se você não está completamente regularizado. As empresas às vezes por isso contraem créditos não oficiais, o que é muito ruim, pois os juros são abusivos. Acabam, assim, colocando o negócio em risco. Daí a importância do alvará. Precisamos construir uma cultura da legalidade, dando tranquilidade aos pais de família que ajudam essas comunidades que brotam em contraposição à inércia do Estado. Precisamos continuar criando áreas de desenvolvimento econômico. Lutarei por esse tema na Casa, aumentando a fiscalização, atendendo a essas regiões e criando oportunidades justas para empresários que, mesmo esmagados pela alta carga tributária, acreditam na transformação da realidade. Precisamos de um choque de legalidade, sim, mas temos de atrelar essas ações à ideia da justiça social. Quando se fala de justiça social em ordenamento, no meu entendimento é a segurança jurídica. Justiça social não é jeitinho para legalizar gente que agiu de má-fé. Isso tudo aconteceu por falta de legislação específica. No Plano Piloto, foi diferente por causa das regras do tombamento, por isso não tem bagunça. As cidades precisam de um norte de legalização em relação ao ordenamento.

MAIS ESCOLAS TÉCNICAS

Sempre que alguém me diz que quer fazer um curso, eu digo que faça de técnico em edificações. Sempre

FOI VICE-PRESIDENTE PARA ASSUNTOS FINANCEIROS FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES (FENAVIST). FILIOU-SE AO PMDB EM 2009. FOI TAMBÉM DIRETOR 1º SECRETÁRIO DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA, SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA E CURSOS DE FORMAÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES DO DISTRITO FEDERAL (SINDESP-DF).

há vagas. Muitos construtores reclamam da carência desses profissionais. Criou-se a mentalidade errônea de que todos precisam de curso superior. Para se inserir no mercado de trabalho, um curso técnico pode ser muito mais produtivo do que alguns cursos superiores que se criaram por aí só para angariar recursos para as faculdades. É claro que um bom curso superior ajuda, mas não é fundamental para se inserir no mercado. Os cursos profissionalizantes por muitos anos garantiram que uma massa de trabalhadores tivesse acesso a empregos, como é o caso do setor metalúrgico. O Brasil conseguiu retomar esse caminho. A Câmara Legislativa tem de exigir que o governo local crie mais escolas técnicas ou faça o meio de campo para que venham mais dessas escolas federais, sem falar nas parcerias com o Sistema S. Essa é a negociação que pretendo fazer pessoalmente com o novo governo. Venho do setor produtivo e sinto na pele a carência de mão de obra qualificada. É um retrocesso que não podemos continuar experimentando. Não há crescimento do setor produtivo sem a qualificação profissional.

IPTU VERDE

Sou a favor de incentivos ambientais. Fui por dois anos presidente da Comissão de Meio Ambiente. Temos o projeto do IPTU Verde, pelo qual qualquer investimento que envolva sustentabilidade, como energia solar, reúso de água, teto verde, receba descontos progressivos até 20% do total do imposto. Há todo um escalonamento no projeto. Nós nos

inspiramos em municípios de São Paulo e queremos trazer isso para cá. O prazo máximo do incentivo seria de cinco anos. Qualquer incentivo fiscal tem de ter um tempo limite. Temos experimentado reveses graves em função da falta de responsabilidade socioambiental que há no Brasil.

DIÁLOGO COM A INDÚSTRIA

Acho que o diálogo tem de ser permanente. O que a Fibra faz por meio da publicação anual da *Agenda Legislativa* ajuda a nos dizer o que o empresário pensa. Tem projeto que faço pensando em um aspecto que às vezes pode ser muito ruim por outro lado, então tem de haver o diálogo, especialmente com parlamentares que, como eu, vêm do setor produtivo. Um servidor público não tem a mesma visão de quem vem do setor produtivo. Tem gente que não sabe o que é o Estado atrasar pagamento. Qual a diferença entre não pagar às empresas de garis e não pagar a um servidor público? É a mesma coisa, senão pior, porque a empresa ainda tem de pagar o imposto, sem receber. Estou, portanto, aberto ao diálogo.

RODRIGO DELMASSO | PTN



Rodrigo Germano Delmasso Martins
Maringá (PR), 9/6/1980
Em Brasília desde 1984
Gestor público
Evangélico



Cargos públicos anteriores:

Secretário de Trabalho do DF (2009–2010)
Subsecretário de Administração Geral da
Secretaria de Estado de Meio Ambiente do DF
(2011–2014)

CIDADÃO É O CLIENTE

Quero melhorar a qualidade da gestão pública do DF e mudar um pouco a visão de que o cidadão é dependente do Estado. Na verdade, acredito que o Estado tenha de tratar o cidadão como cliente e prestar o melhor serviço para que a população se sinta bem atendida. Ainda entre os enfoques do meu trabalho está a defesa dos valores e princípios da família. O Estado precisa ter a família como aliada na implantação de políticas públicas. Vou me opor a tudo que venha contra ou querendo destruir a família. Para trabalhar o conceito de fortalecimento da família dentro do Legislativo, é preciso fazer investimentos em projetos estruturantes de mobilidade urbana, saúde e educação. Vamos trabalhar nesses pontos usando instrumentos como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

GESTÃO PARA ATRAIR MÉDIAS INDÚSTRIAS

Acho que o DF precisa investir mais no desenvolvimento econômico. Eu sei que nossa matriz já está mudando, saindo daquela situação de cidade administrativa e se tornando mais vinculada aos serviços. Podemos investir mais, principalmente na captação de médias indústrias. Grandes indústrias já estão bem instaladas no País, mas você pode trabalhar com médias indústrias por aqui, fazendo um programa de investimento, até mesmo

”

de benefícios, para que venham para Brasília. Se utilizarmos as regiões administrativas como polos de instalação das médias indústrias, como polos de geração de desenvolvimento econômico, com certeza vamos combater a principal mazela que existe aqui, que é o desemprego. Brasília detém o maior índice de desemprego do País, justamente porque falta um investimento na política de desenvolvimento econômico. É preciso melhorar os critérios de atendimento do Pró-DF. Falta ainda uma política fiscal que atraia o médio e o grande empresário para o DF. Brasília tem potencial enorme, mas cabe aos gestores e ao Poder Legislativo usar tudo isso.

CADA LUGAR, UM PROJETO

Brasília precisa fortalecer os arranjos produtivos locais. Temos de definir as vocações das regiões administrativas e fortalecê-las. Por exemplo, Brazlândia tem vocação natural para o agronegócio, já no Paranoá você tem grande número de costureiras. Eu acredito que o DF, por ser uma unidade da Federação pequena, tenha condições de fazer isso. Podemos descobrir a vocação de Taguatinga, a de Ceilândia e assim por diante. Isso é necessário para que se formule uma política eficiente. De outro lado, a política industrial e a política de desenvolvimento econômico não passam somente pela redução de impostos. É preciso haver crédito, fomentar o comércio e orientar o consumidor. No BRB, é necessário fortalecer as linhas de crédito. Hoje

**É preciso
melhorar os
critérios de
atendimento
do Pró-DF.
Falta ainda
uma política
fiscal que
atraia o médio
e o grande
empresário.**



temos um fundo dentro da Secretaria de Trabalho, o Fundo para a Geração de Emprego e Renda, que defendo que seja expandido para justamente atender o médio empresário, com o objetivo de gerar emprego e assim começarmos a construir essa rede.

INDÚSTRIA LIMPA

Seria ruim trazer para o DF indústrias muito poluentes. Primeiro por causa do clima, segundo devido à questão do abastecimento de água. Nosso lençol freático é muito limitado. Apesar de termos tecnologia para resolver tudo isso, creio que Brasília possa captar outros tipos de indústrias, como de fabricação de *software* e de *hardware*. A indústria têxtil também é uma opção.

QUALIFICAÇÃO E NECESSIDADES DE LOGÍSTICA

Quando fui secretário do Trabalho no DF, no governo de José Roberto Arruda, identificamos que os cursos de qualificação existiam. O Senai, por exemplo, é um grande formador de profissionais. O problema está no que eu chamo de “logística do desempregado”. Mesmo que o curso pague a sua passagem, a pessoa que precisa se qualificar pode ser uma mãe que não tem com quem deixar o filho. O curso muitas vezes fica distante da casa dela. Olha aí logística. Por isso, na época, em parceria com o Senai, criamos um programa chamado de A-Tenda Trabalhador. O objetivo era levar todos os serviços da Secretaria de Trabalho, inclusive a qualificação, para as

regiões administrativas. Os cursos eram montados dentro de tendas. Dessa forma, qualificamos mais de 30 mil pessoas e empregamos mais de 15 mil. Demonstramos que o curso precisa estar perto da casa da pessoa. Nosso índice de evasão foi de 2%, enquanto o índice normal é de 30%. Assim, acho que precisamos retomar os cursos itinerantes de qualificação profissional, ampliar isso e o Estado deve assumir essa responsabilidade.

SEM TER PARA ONDE CRESCER

As leis de ordenamento territorial – o Plano Diretor e a própria Lei de Uso e Ocupação do Solo – precisam se adequar ao desenvolvimento produtivo e industrial. A Luos hoje não consegue fazer uma avaliação da expansão da indústria no DF. Não prevê espaço para a instalação de novas indústrias ou, se o faz, é muito limitado. A situação é ainda mais grave por não haver, mais uma vez, um estudo vocacional prévio.

PROFISSIONALIZAÇÃO PARA COTISTAS

É preciso fazer uma qualificação específica para as pessoas que ocupam vagas de trabalho por meio das cotas e promover um certo tipo de compensação. Mexer nas cotas, diminuí-las, é muito ruim. A pessoa com deficiência, por exemplo, já tem dificuldade em arrumar algum emprego que a aceite, já sofre em tese a discriminação. Se você retira as cotas, acaba excluindo essas pessoas desse processo de reinserção

PASTOR DA IGREJA SARA NOSSA TERRA, INICIOU A VIDA POLÍTICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL. FOI PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETÁRIO-GERAL DA JUVENTUDE NACIONAL DO PSDB. FILIOU-SE AO PTN EM 2009 E, EM 2013, ASSUMIU A PRESIDÊNCIA REGIONAL DO PARTIDO.

social. Muitas vezes nos apegamos apenas ao sentimento de pena e essas pessoas com deficiência nos provam que conseguem fazer. Eu tenho uma filha que é deficiente e essa é uma temática da qual quero tratar. O meio empresarial precisa, sim, incentivar a pessoa com deficiência, mostrando que aquele problema não é limitador. Acho que o setor faz isso muito bem, mas também acredito que tenhamos que fortalecer a inclusão. Não é uma deficiência que vai fazer você ser diferente.

SUSTENTABILIDADE REAL

Precisamos implantar a Agenda 21 dentro das empresas. Estabelecer uma agenda vinculada ao setor público na iniciativa privada seria muito interessante. Brasília é muito incipiente ainda, precisamos criar nosso banco de créditos de carbono. Se a gente quer fomentar a indústria, precisa ter o crédito de carbono como um dos fatores de compensação ambiental, para que possa ser utilizado na revitalização das unidades de conservação, nos parques e para proteger as nascentes. Acredito que precisemos ter um compromisso, tanto o empresário quanto o Estado: uma indústria que venha se instalar aqui poderia adotar uma nascente, um parque, uma unidade de conservação para que possa implementar suas compensações e entregar à sociedade aquela unidade para utilização. É necessária uma política de fomento vinculada ao desenvolvimento ambiental, à proteção ambiental. Assim, vamos ter uma cidade bem mais limpa, a

qualidade de vida vai melhorar e a cidade vai ser mais feliz, com índice de desemprego bem menor.

DIÁLOGO 24 HORAS

Eu não tomo uma decisão sem conversar com os interessados. Meu mandato vai ser pautado em cima disso. Criamos um aplicativo para celular chamado de Gabinete 24 Horas para interagir com a sociedade, para o cidadão comum enviar suas propostas e avaliar as nossas. Por meio dele, vamos ter debates de projetos de lei que estarão em tramitação na Câmara. Também vou chamar os setores e ir ao encontro deles para escutá-los. O legislador precisa ser um grande conciliador de interesses. Para se conciliar, o setor envolvido e a sociedade precisam abrir mão de certos pontos. É preciso também ser mediador. No meu mandato, vou ouvir muito e serei contra tudo aquilo que vier a prejudicar qualquer parte.

SANDRA FARAJ | SD



Sandra Faraj Cavalcante
Brasília (DF), 12/2/1975
Administradora de empresas
Evangélica

- Cargos públicos anteriores:**
*Subsecretária de Articulação Política da
Secretaria de Estado do Entorno do DF (2011)
Subsecretária de Apoio à Realização de
Eventos da Secretaria de Publicidade
Institucional do DF (2011-2012)
Administradora regional do Lago Norte
(2012-2014)*

BASE FAMILIAR

Um dos focos do meu mandato será o trabalho com a família, por meio do fortalecimento dessa instituição. Ao mesmo tempo, quero dedicar atenção especial ao meio empresarial, que tem impacto direto no fortalecimento de nossa cidade. Sendo assim, na área da família, o importante é trabalhar mais especificamente com programas sociais, creches e recuperação de dependentes químicos. Em conjunto com as empresas, por sua vez, buscarei projetos e leis que viabilizem o crescimento do Distrito Federal. Isso inclui programas, convênios e mais incentivos e oportunidades para o desenvolvimento dos diferentes segmentos do setor produtivo.

OPORTUNIDADES NA CAPITAL DO PAÍS

É importante lembrar que Brasília é uma cidade diferente das outras, por isso temos que trabalhar com a sua vocação. Não podemos transformar a capital federal em uma cidade como São Paulo, ou perderemos a qualidade de vida que temos aqui. A capital do País veio para o Planalto Central, saindo do Rio de Janeiro, justamente porque é um polo logístico. Estamos no centro do Brasil. Sendo assim, tem de haver mais oportunidades de as empresas se desenvolverem aqui. Não falo de indústrias pesadas, mas sim das que valorizam o comércio e o crescimento local. É preciso conceder incentivos

”

para contratar pessoas e matérias-primas daqui, mecanismos para que Brasília seja a cidade da oportunidade. Nesse sentido, entram também o turismo religioso, o cívico e o de negócios. Temos muito que crescer e podemos deixar a nossa economia pujante sem desrespeitar a vocação da cidade em que vivemos.

COMÉRCIO E INDÚSTRIA SUFOCADOS

Um setor específico em que deveria haver preferência para as empresas locais são as compras governamentais. Nos fins de governo, quase sempre as empresas da cidade são prejudicadas pela falta de pagamentos e os serviços são suspensos. É importante dar mais valor para esses empreendimentos. Temos que estimulá-los e viabilizá-los, priorizando também os pagamentos. Muitas empresas de Brasília sobrevivem do serviço público e, em situações adversas, acabam quebrando, o que, consequentemente, gera problemas sociais. Brasília é uma cidade administrativa com alto custo de vida e poucas oportunidades. Não temos hoje uma indústria que absorva toda a massa populacional desempregada. O que temos é um serviço público em torno do qual giram empresas que prestam serviço. O comércio e a indústria ainda aparecem sufocados, querendo despontar. Nesse quesito, o BRB tem tentado cumprir seu papel de banco de fomento, mas ainda há muito a crescer nessa área.

**O crescimento
da nossa
economia local
não é privilégio,
é necessidade.**



A NECESSIDADE DE REVISÃO DO PRÓ-DF

É preciso incentivar os diferentes segmentos do DF. O estado de Goiás tem um programa fantástico nesse sentido. Se você quer montar uma indústria lá, eles fornecem área e incentivo. O Banco do Brasil entra fomentando os negócios, como parceiro do governo goiano. Você contrata a mão de obra da região, compra matéria-prima do local, tem incentivo fiscal e prazo para começar a pagar. Gostaria de trazer para cá esse programa. Ele permite um interstício muito bom para que a empresa, produzindo, crescendo e ganhando mercado, possa levantar capital de giro e depois começar a pagar por todo esse investimento inicial. Em Brasília não temos incentivo fiscal nem de área. O Pró DF é um programa cheio de limitações, que não oferece oportunidades a todos, mas a poucos. Fiscalizar programas como esse é uma função da Câmara Legislativa. Trata-se de um programa bom, mas que está indo por outros caminhos na maioria dos casos. Esse programa tem que passar por revisão, mas não pode deixar de existir. O pequeno ou o médio empresário, em geral, buscam nele oportunidades para criar uma empresa, se estabelecer, não pagar mais aluguel e investir no que é dele.

GESTÃO PARA DESBUROCRATIZAR

A vontade política é muito importante no processo de desenvolvimento de uma cidade. A

minha vida inteira eu passei no setor privado e sei como é preciso ter alguém que abrace as causas dos empresários. Um exemplo disso é São Paulo. Lá existe um setor em que você entra com a documentação para abrir uma empresa e, no mesmo local, resolve todas as pendências. É um programa de gestão desse tipo que tem de ser adotado em Brasília. Não necessariamente esse modelo, mas nós precisamos de um programa de desburocratização que ajude o empresário. Hoje, pior que abrir uma empresa é fechar um negócio. Outra dificuldade é conseguir licença de funcionamento. Existe uma lei federal para esse tema, que deixa leques de oportunidade, mas o governo do DF fez um decreto que engessou tudo. É preciso deixar a classe média viver, as pessoas terem o direito de tocar seus negócios. Para tanto, o atual sistema tem que ser revisto. Da forma como está, você acaba com a economia local. Uma empresa fechada, por menor que seja, representa problemas. Acarreta famílias sem emprego e jovens enveredados pelo mundo das drogas. O crescimento da nossa economia local não é privilégio, é necessidade.

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Acredito que seja possível um desenvolvimento ordenado, respeitando as características da cidade. Algo que deve ser muito avaliado são as limitações ambientais. É preciso pensar no crescimento com sustentabilidade, rever conceitos, deixar a cidade

É INTEGRANTE DO PROJETO SIM PARA FAMÍLIA, QUE ATENDE DEPENDENTES QUÍMICOS E DETENTOS EM RECUPERAÇÃO. EM 2010, FOI CANDIDATA A DEPUTADA DISTRITAL PELO PSDB. SAIU DO PARTIDO EM 2012 E FILIOU-SE AO PRB. EM 2013, FILIOU-SE AO SD.

crescer sem transformá-la em uma São Paulo. As empresas que respeitam os limites do meio ambiente devem ser reconhecidas com incentivos. Isso gera uma cadeia, fazendo com que outros empreendimentos adotem a mesma prática. Há uns anos, Brasília era mais arborizada, mais tranquila de morar. Hoje vemos uma cidade grande, com o nível de poluição aumentando.

FORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO

Um grave problema em Brasília é não haver mão de obra qualificada. Na construção de Águas Claras, as empreiteiras trouxeram mão de obra de fora de Brasília, já que aqui esse recurso é restrito e caro. O Legislativo pode criar projetos de capacitação sérios e isso é necessário. Sou a favor de que nos presídios, por exemplo, haja cursos de capacitação. Jovens em conflito com a lei também devem ser formados e as empresas, incentivadas a empregá-los. Tudo isso, no fim, volta, mais uma vez, para a família, atendendo à necessidade social e também ajudando o segmento empreendedor. Um complementa o outro.

IDEIAS PARA CRESCER

Sou a favor do mandato democrático, de poder legislar em favor das pessoas e de ser o instrumento de expressão das entidades na Câmara Legislativa. Se mantivermos o diálogo constante com os empresários, contribuímos para o desenvolvimento do DF. Precisamos descomplicar o sistema e incentivar o que for necessário para o crescimento.

TELMA RUFINO | PPL



Telma Rufino Alves

Brasília (DF), 12/8/1968

Técnica em contabilidade e administração



Cargos públicos anteriores:

Gerente regional de Arniqueira da

Administração de Águas Claras (2013–2014)

TRABALHO PELO POVO

Eu trabalho muito em prol da regularização fundiária. Fui gerente do Setor Habitacional Arniqueira, que faz parte de Águas Claras. Lá nós temos uma ação cível federal, então foi por isso que eu entrei na política. Sempre trabalhei em prol do povo, é algo que me satisfaz. Gosto de ajudar, independentemente de quem seja. Levantei essa bandeira da regularização porque os governos passados foram lá e derrubaram a casa de uma senhora e as casas de outras pessoas que têm poder aquisitivo alto estão lá até hoje. Eu comecei a pensar: a lei não é para todos? Então que se cumpra isso. E foi aí que entrei na política. Há muita carência na área social. Vou defender as moradias, desde que estejam nos lugares certos, e a regularização. Se o governo trabalhar em prol disso, com técnicos ambientais e urbanísticos, fizer projetos e estabelecer metas, as coisas vão para a frente. Mas é claro que, quando assumimos uma cadeira na Câmara Legislativa, temos de legislar para todos. O que posso afirmar é que vou trabalhar pelo povo.

DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Esse é um assunto que tem muitas nuances. No Setor Habitacional Arniqueira, há uma ação cível federal em razão da questão ambiental. Por esse motivo, lá não podemos receber uma área de desenvolvimento econômico. Mas vai colocar onde? A cidade precisa

”

disso. Cada caso é um caso que requer análise e estudo. Em Taguatinga, há problema semelhante. É claro que qualquer regularização tem de levar em conta fatores ambientais. Precisamos mostrar que o meio ambiente e o ser humano têm condições de andar juntos, explicar à comunidade o que pode ser feito, promover a educação sobre isso.

INDUSTRIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA

Por Brasília ser a capital do País, acho que não há vocação restrita. Tudo que vier para cá em termos de indústria é bem-vindo. Brasília tem condições de agregar indústrias de dimensões diversas. É preciso abrir mais espaços para o pequeno empresário, mas também para o médio e o grande. Precisamos dessa geração de empregos. Isso para nós é muito bom, para a cidade crescer e especialmente para gerar empregos e reduzir impostos. Há várias indústrias na divisa entre o DF e Goiás exatamente porque no estado vizinho o imposto é bem mais baixo. Nós temos condições de abrigar essas empresas, há áreas disponíveis. É importante descentralizar essas áreas de desenvolvimento, para diminuir o tempo de deslocamento, o trânsito e facilitar a vida das pessoas que vivem nas regiões administrativas mais distantes do centro, como Planaltina.

BUROCRACIA PARA CONSTRUIR

O problema é que tudo que depende do governo no DF é excessivamente burocrático. Faltam pessoas

**Como vou atuar
em prol do povo,
é claro que
vou trabalhar
em prol das
indústrias,
porque são
elas as maiores
geradoras de
empregos.**



competentes, faltam técnicos. Há processos que demoram um, dois anos. Muda o governo e o processo continua parado, como se as autoridades não soubessem o prejuízo que as indústrias e os comércios têm por aquele processo não caminhar em um tempo razoável. O segmento de construção civil é um dos que mais sofrem com essa situação. O terreno é licitado pela Terracap e demora um ano ou mais para que o projeto da construtora seja aprovado. É um prejuízo, porque a empresa já começou a pagar pelo terreno. Depois que se constrói o prédio, vem outro processo para o alvará e para tirar o habite-se, passando por órgãos diferentes. Sem falar na falta de infraestrutura, um problema sério. Na Novacap, são anos para se conseguir qualquer coisa.

FALTA DE PLANEJAMENTO

Em termos de planejamento, Brasília peca muito na área técnica. Há projetos referentes à regularização de Arniqueira parados justamente por falta de arquiteto. Isso prejudica quem? A comunidade e o próprio governo. Isso porque, enquanto não regularizarmos a terra, as pessoas se sentem no direito de ocupá-la. Não importa se está em uma área de preservação ambiental ou em uma área de preservação permanente, vão ocupar. Acho que em certos aspectos o Estado é omissivo. Brasília foi pensada para ter população bem menor, mas a quantidade de gente aqui cresceu muito. A população foi aumentando e as áreas técnicas do governo não souberam lidar com isso. Não se

planejaram para a chegada do desenvolvimento e a infraestrutura não foi adequada a esse cenário. É claro que isso tem de ser feito com critério e com fiscalização. Quando fizemos o projeto de regularização de Arniqueira, pensamos em escola, creche, delegacia, hospital, então há áreas que serão destinadas a isso e precisamos delas. Não podemos permitir que sejam invadidas. Mas o governo fica quieto. As pessoas vão ocupando, construindo. É um erro dos órgãos fiscalizadores.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

É necessário dar incentivo às empresas para que adotem ações de sustentabilidade. A gente vê o que acontece quando não se cuida do meio ambiente. Isso hoje se faz necessário. É importante também conscientizar a comunidade, educar os cidadãos. Tem de começar nas escolas. Se não começarmos a reduzir o consumo de água em Brasília, vamos ter problemas como os de São Paulo. Temos de reduzir a poluição e destinar o lixo adequadamente, isso é fundamental. Temos de estar de olho no futuro.

REVISÃO DO PRÓ-DF

Acho que o Pró-DF funciona em certos pontos, mas na verdade virou um programa para quem tem indústria grande e dinheiro, não beneficia os pequenos. Então acho que tem de mudar muita coisa, o programa deve ser revisto. Não podemos conceder um benefício desse a empresários que não fazem a parte deles, não dão a contrapartida

DE 2010 A 2012, PRESIDIU A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO SETOR HABITACIONAL ARNIQUEIRA E ÁREAS DE REGULARIZAÇÃO. FILIOU-SE AO PRP EM 2009 E FICOU NO PARTIDO ATÉ 2012, ANO EM QUE ENTROU NO PPL.

de geração de empregos. Sem falar nos casos em que se fazem quitinetes para alugar nesses lotes. Há também o outro lado, da falta de estrutura, de transporte. Os terrenos só deveriam ser entregues depois que o governo tivesse toda a infraestrutura pronta para o funcionamento das empresas. Não dá para colocar a empresa lá e prometer que depois vêm asfalto, drenagem, esgoto.

TERRENOS PARA EMPREENDER

Não temos de dar nada de graça a ninguém. É claro que, se a indústria faz a parte dela na geração de empregos, é justo que tenha abatimento em impostos, que tenha prazo para pagar pelo lote. Mas o terreno tem de ser pago, até para que o governo possa fazer a infraestrutura. De modo geral, não sou favorável à concessão de uso, acho que os terrenos devem ser vendidos. Uma contrapartida da indústria para ter benefícios na aquisição de um terreno pode ser também a qualificação de mão de obra.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O governo tem a obrigação de criar cursos profissionalizantes de graça. A pessoa carente mal tem condições de pagar a passagem, como vai pagar por um curso? Isso tem de começar já desde os 14 anos, na própria escola, no turno contrário ao das aulas. Precisamos estimular a formação profissional. Esses programas de acesso à universidade, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), não adiantam muito. Quando a pessoa se forma, já sai

endividada, porque vai ter de pagar depois. Além disso, nem todo mundo que sai da faculdade tem experiência, que é o que as empresas procuram. Então temos de qualificar a mão de obra. Poderia haver, por exemplo, parceria das faculdades com as indústrias para isso.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO NAS EMPRESAS

No caso do presidiário e do ex-presidiário, a rejeição no mercado de trabalho é grande. O Estado então necessita intervir. Há gente que não tem jeito, mas há os que querem mudar de vida. Então é preciso qualificá-los para que ocupem essas vagas. Temos de estimular a entrada dessas pessoas no mercado de trabalho, mas, para isso, elas têm de ser qualificadas.

GESTÃO COMPARTILHADA

Farei uma gestão compartilhada com o povo. Não pretendo ficar dentro do gabinete, vou para a rua. Temos, como parlamentares, de ouvir os empresários, saber do que precisam. Com todo mundo colaborando, todos serão beneficiados com qualidade de vida. Como vou atuar em prol do povo, é claro que vou trabalhar em prol das indústrias porque são elas as maiores geradoras de empregos. Falo das grandes, das médias e das de pequeno porte. Temos de dar condições para que elas possam cumprir o seu papel.

WASNY | PT



Wasny Nakle de Roure

Goiânia (GO), 10/5/1951

Em Brasília desde 1959

Economista

Evangélico



Cargos públicos anteriores:

Deputado distrital (1991–1994, 1995–1998, 1999–2002 e 2011–2014)

Secretário de Fazenda do DF (1995)

Deputado federal (2003–2006)

O MAIOR DESAFIO

Creio que a grande questão no Distrito Federal seja a fundiária. Ela tem travado o equacionamento de diversos problemas, tanto para fins habitacionais e para fins produtivos como também para a própria preservação das áreas ambientais e rurais. A questão fundiária em Brasília é o grande dificultador do processo, até porque hoje por volta de 50% dela está numa situação à margem da legalidade.

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO DF

Brasília nunca valorizou a implantação de grandes complexos industriais, nunca deu muita importância. Assim, a grande demanda vinha do eixo Rio-São Paulo-Minas e outros complexos acabaram viabilizando-se ao redor de Brasília. Hoje começa a surgir um conjunto de atividade industrial produtiva que demonstra que há condições de, ainda que de maneira modesta, participarmos desse processo, até mesmo como exportadores para os estados. Brasília é uma cidade muito legislada do ponto de vista de ocupação. Há muita área de preservação, muita área pública. Esses grandes complexos que puderam se instalar no início da cidade, como as indústrias de cimento, hoje não cabem mais, uma vez que demandam grandes extensões de terra e têm forte impacto de produção de resíduos sólidos. Mas isso não significa que não calza a implantação de um setor industrial na cidade.

”

OBSTÁCULOS AO EMPREENDEDORISMO

Acredito que nosso problema não seja apenas a questão tributária. Ela é uma questão, inclusive para as empresas daqui exportarem. As alíquotas de operação interestadual têm dificultado muito, mas há todo um conjunto de elementos, como alvarás, treinamento de mão de obra. São demandas acessórias que acabam competindo e aumentando o preço desses insumos. É preciso permitir que o setor produtivo encontre espaço e fôlego para administrar um conjunto de variáveis de competitividade em Brasília que acaba colocando o preço acima da média. Por exemplo: os preços da terra, da mão de obra, do transporte. Brasília é, em geral, acima da média. É um conjunto de fatores de produção com custos inviabilizados que acaba impedindo a eficiência do setor produtivo. A Câmara Legislativa deveria ter um fórum permanente para discutir essas questões a partir de casos concretos. Não dá para trabalhar de maneira só genérica. A partir dessas identidades específicas, você consegue captar um perfil de demanda.

PREFERÊNCIA A EMPRESAS LOCAIS EM COMPRAS PÚBLICAS

Houve essa discussão quando se debateu a merenda escolar: a utilização dos produtos regionais. Demorou muito para o País entender que não adiantava mandar produtos industrializados a uma região da

**Brasília tem
um conjunto
de variáveis de
competitividade
que acaba
impedindo a
eficiência do
setor produtivo.**



Amazônia. São coisas que não fazem parte dos hábitos culturais. A isso acabou se somando a possibilidade de apoiar a produção de pequena escala e o Estado ser um agente de aquisição e, conseqüentemente, de fomento ao setor produtivo. Essas e outras iniciativas acabam auxiliando a nossa indústria. Por exemplo, a indústria poderia fornecer mobiliário para a rede de escolas, espaços do setor público. É muito oneroso o transporte desses produtos, então o Estado também se beneficia, evitando custos colaterais do deslocamento.

BUROCRACIA PARA A INSTALAÇÃO DE EMPRESAS

Quando tratadas de maneira muito isolada, algumas coisas podem parecer problema. Da mesma forma que as empresas demoram a se formatar, rapidamente saem do mercado. E às vezes saem em situações extremamente desfavorecidas, principalmente para aqueles que dependem dos serviços e do produto dela. Nós temos, sim, uma legislação dificultosa, parte dela com características locais. Brasília tem certas particularidades. O Plano Piloto não é o mesmo que outras cidades, como Planaltina, Brazlândia, Santa Maria. E as regras nem sempre se adaptam às circunstâncias de cada uma. Por isso, aparentemente, é tão severa a legislação no Distrito Federal. A mesma severidade adotada para uma empresa que vai se instalar no Plano Piloto provavelmente é adotada no Setor Veredas de Brazlândia. Temos procurado fazer o dever de casa no sentido de facilitar, reduzir, sintetizar, e percebemos que não é fácil.

QUALIFICAÇÃO PARA O MERCADO

Tanto o Sistema S como o Instituto Federal de Brasília têm tratado da captação do perfil do profissional para melhor atender o setor produtivo e, a partir daí, formar a mão de obra. Vejo muita morosidade por parte do poder público em captar essa demanda e preparar as escolas. O governo federal tem conseguido atender com mais rapidez que o do DF. Conheci há alguns anos uma empresa no Polo JK em que quase toda a mão de obra tinha de vir de São Paulo. E não era trabalho de alta complexidade, mas de média. Era trabalho braçal no processo produtivo, mas mesmo assim ela ressentia a falta de preparo.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO TÉCNICA

O problema hoje é que falta oferta, o jovem tem interesse na educação técnica. As universidades privadas são extremamente caras e nem sempre há mercado para aquele que se forma. Uma área que tende a crescer bastante é a de moda – indústria muito apropriada para um padrão de renda como o de Brasília. Em Goiânia e em algumas cidades em Minas Gerais, há oferta de produção de vestuário significativa. Brasília importa tudo. Hoje, uma das grandes demandas na moda é de pessoas que saibam costurar. Não ensinam isso nessas faculdades. Você tem de saber para orientar aquele que eventualmente vai costurar para você, senão não consegue detectar dificuldades e óbices. Outro espaço que vejo como muito positivo para Brasília é a indústria de eventos, muito associada

INICIOU A TRAJETÓRIA POLÍTICA COMO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. FOI DIRETOR DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DF DE 1989 A 1991 E DO DIEESE-DF DE 1991 A 1993. PRESIDIU O PT REGIONAL DE 2000 A 2001. EM 2013 E 2014, PRESIDIU A CÂMARA LEGISLATIVA.

ao turismo, muito associada às instalações. Traz renda para a cidade e atividades.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO NAS EMPRESAS

A questão de cotas deve ser uma política provisória. Nenhuma política de cota pode ser entendida como permanente. Ela nasceu pela dívida que o País tinha com o segmento dos negros, que ficou defasado socialmente. As ações são no sentido de mitigar as dificuldades de distanciamento social do povo brasileiro. Podemos ter problemas? Podemos, mas deixar de, identificado o problema, ter atitude propositiva para criar alternativa é no mínimo protelá-lo. A cota tem sua importância, vai gerar a médio prazo outro panorama para o País. Mas é perfeitamente passível de revisão, até porque o percentual vai se alterando no tempo.

INCENTIVO À SUSTENTABILIDADE

É um dos pontos que temos de trabalhar de forma sistêmica, porque é a única forma de semear para colher algum retorno a médio prazo. Há uma série de medidas que podem se adotar para aproveitamento de água, para reciclar a madeira, dar destinação aos resíduos da construção civil. Temos que criar uma política de incentivo para diminuir a produção de resíduos e reduzir o impacto ambiental da expansão industrial. Uma das indústrias que melhor traduzem isso é a mobiliária. A madeira hoje tem vários substitutos. Temos de trabalhar a sustentabilidade

desde a criança na escola. Estou preocupado aqui em Brasília em particular com essa nossa cultura de licenciosidade com o uso da água. Retenção de água da chuva para reutilização, por exemplo, é uma medida até rudimentar. Falta ao setor industrial avançar no sentido de ofertar produtos que ensejem a economicidade de água e de certos insumos escassos. As autoridades, por sua vez, pensam muito as questões de curto prazo. Não há mecanismo de proteção das nossas águas, das nascentes. Não trabalhamos na dimensão da escassez.

FÓRUNS PERMANENTES E SIMPÓSIOS ESTRATIFICADOS

Defendo que em algumas áreas criemos fóruns permanentes de debate na Câmara Legislativa. Primeiro para analisar as proposições que tramitam. Segundo para ver a agenda da cidade e do setor afeto. Precisamos trabalhar de maneira mais sistêmica, envolvendo outros órgãos e dando continuidade às matérias. Um dos exemplos que tivemos foi no processo de regularização das áreas de igrejas e de entidades sociais. Envolveu, além dos parlamentares, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, a Ordem dos Advogados do Brasil, para que conseguíssemos ver o problema e também a solução. Seria interessante ter simpósios estratificados, não apenas com visão geral da indústria. Temos de entender os entraves de cada segmentos, fazer mesas-redondas, ver as ideias dos estados. É impressionante a criatividade do pequeno empresário.

WELLINGTON LUIZ | PMDB



Wellington Luiz de Souza Silva
Brasília (DF), 23/11/1966
Agente da Polícia Civil
Católico



Cargos públicos anteriores:

Deputado distrital (2011–2014)
Secretário de Regularização de Condomínios
do Governo do DF (2012)

PRINCIPAIS BANDEIRAS

Temos a questão da segurança, inerente à nossa origem, e um trabalho que me satisfaz muito como ser humano, que é o trabalho com os deficientes. Eu sou autor da lei que criou a Escola Bilíngue Integral, com aulas na Língua Brasileira de Sinais e que ensina também o português escrito. Há ainda a prevenção e o combate às drogas, que é com certeza uma atuação persistente do nosso grupo. As drogas são a maior mazela que a sociedade já experimentou.

POR UMA BRASÍLIA PRODUTIVA

Vejo Brasília como uma cidade administrativa com necessidade de ser de fato produtiva. É um anseio da sociedade e um caminho natural. Nós não podemos travar a cidade. Pelo contrário, temos de estimular o desenvolvimento, claro que de modo responsável. Parar a cidade, jamais. É uma receita para o fracasso. Acho que, para a cidade dar certo, temos de estimular o desenvolvimento de Brasília.

SENSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E HUMANA

Precisamos estimular as vocações da cidade. Há espaço para isso. Preocupa-me essa relação que a gente tem com arquitetos, urbanistas. É claro que temos de zelar pelo patrimônio, mas acho que o principal patrimônio de uma nação é o próprio povo. O caso do Eixão é um exemplo. Para atravessar, ou se corre risco de ser vítima de

”

violência nos túneis, especialmente as mulheres, ou de ser atropelado na pista. Brasília é uma cidade engessada. Projetos não avançam por isso, por conta de filosofias e convicções de pessoas que não deixam a cidade crescer. Por que a passarela tem de ser uma coisa feia? Por que não pode ser integrada ao projeto da cidade? Paris (França), por exemplo, manteve suas tradições históricas, mas não parou no tempo. O estacionamento subterrâneo no centro de Brasília é uma necessidade. Não vejo como isso fere o patrimônio histórico de Brasília, até porque é debaixo da terra. O cidadão não tem opção. É claro que precisamos avançar muito na questão do transporte coletivo. Acho que essa é a saída, uma malha metروviária que funcione. Mas até lá o que se faz? Precisamos repensar a cidade, não podemos perder de vista o povo. Senão a gente mantém a sensibilidade arquitetônica e perde a sensibilidade humana. A terra é finita, temos de criar condições de construção. Aqui não se pode mudar a fachada, não se pode mudar nada. Acho que as pessoas precisam ser mais bem tratadas.

COMO ATRAIR INDÚSTRIAS

Acho que falta boa vontade política para trazer indústrias para Brasília, principalmente quanto a incentivos fiscais. Se Goiás pode, nós também podemos. A gente sabe a importância disso: vai gerar empregos, vai gerar impostos para o DF. Goiás também tem suas dificuldades. Se hoje os Poderes

**O poder público
tem de ter prazo
para atender
o cidadão e
tem de haver
punição para o
gestor que não
cumpri-lo.**



Executivo e Legislativo, de forma responsável, quiserem reduzir o problema, é possível. Nós viabilizamos um estádio de bilhões. Sou favorável à atração de indústrias, ao fortalecimento de nossa atividade comercial. Hoje há evasão muito grande de valores, de pessoas. Acho que é preciso que tenhamos especialistas de verdade nessa área para nos ajudar a chegar a uma solução. Não sou especialista, mas estou pronto para ajudar. Quero contribuir para isso. A Câmara tem responsabilidade muito grande e não pode mais se acovardar. Acho que ao longo dos anos talvez esse seja um de nossos maiores prejuízos políticos. Temos uma dívida muito grande com as indústrias.

PRAZO PARA O ESTADO

Acho que tínhamos de rasgar o que temos hoje na legislação para abertura de empresas porque não funciona. Existe para atrapalhar. Cria uma série de obstáculos que não leva a lugar nenhum. A legislação tem de ser simples. Temos de criar prazo para tudo, como tem na Justiça Eleitoral. Se o empresário entrou com o pedido, a administração tem que ter prazo para responder. A burocracia estimula a corrupção. Às vezes, o processo está parado há um ano e o que falta é só uma assinatura. Por que um alvará de funcionamento fica um ano em uma gaveta? Se o gestor tiver prazos, com certeza vamos evitar um monte de problemas. A gente tem de tirar vários entraves da nossa legislação. O que há hoje não é por cuidado, não é por zelo, é entrave mesmo. Essa discussão tem de acontecer de forma ágil, pois as empresas geram empregos e impostos. Não

podemos acanhar o crescimento da indústria. A ideia é a gente trabalhar por uma legislação muito mais simples. O poder público tem de ter prazo para atender o cidadão e tem de haver punição para o gestor que não cumpri-lo. Se tiver prazo e fiscalização, as coisas vão andar e atender muito mais às necessidades do setor produtivo e da sociedade em geral, porque o setor produtivo faz um trabalho social. Mesmo que lucre, é legítimo.

TERRAS PARA EMPREENDER

Sou a favor da venda, e não da concessão. Acho que no segundo caso o empresário fica na mão do governo – não gosto disso. A venda dá ao empresário a possibilidade de evitar essa burocracia. Se a terra está disponível para venda e o que vai ser instalado atende às necessidades da população, por que não vender? Dá mais segurança para o empresário. É claro que tem de haver limites. Depois de vendido, não se pode fazer o que quiser da área. Dentro de um conjunto de regras, ele vai fazer o que a legislação permite, mas a área é dele. Se eu tiver de manifestar isso de forma institucional, vou me manifestar pela venda, pela licitação, que é um processo mais democrático e mais transparente.

QUALIFICAÇÃO DE TRABALHADORES PARA O MERCADO

Acho que a educação desde o ensino fundamental tem de ser mais objetiva. A falta de qualificação

EM 1988, INGRESSOU COMO SERVIDOR PÚBLICO NO CORPO DE BOMBEIROS. EM 1991, TORNOU-SE AGENTE DA POLÍCIA CIVIL DO DF. FOI PRESIDENTE DO SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO DF (SINPOL) DE 1999 A 2011. EM 2006, DISPUTOU PELA PRIMEIRA VEZ O CARGO DE DEPUTADO DISTRITAL, PELO PRP. EM 2009, INGRESSOU NO PSC. EM 2013, FILIOU-SE AO PMDB.

talvez seja um dos problemas mais graves da nossa sociedade. Acho que temos de intensificar as escolas técnicas, os cursos técnicos. Isso tem de ser feito em sintonia com as próprias indústrias, para atender às necessidades delas e às do próprio trabalhador. Se a gente conseguir fazer isso, de forma institucional, vai diminuir o desemprego. Se a gente criar condições para as pessoas fazerem um curso e depois serem atendidas em um emprego, tenho certeza de que isso vai se resolver. Acho que está na hora de o público estar em sintonia com o privado. Eles têm de se comunicar. A mão de obra deixa a desejar bastante. Temos desemprego alto, mas temos oferta de empregos. O que falta é qualificação.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

Das cotas, temos de tratar com muita seriedade. Eu sou a favor, porque acho que temos de dar responsabilidade para as pessoas, mas com muito cuidado. Por mais que sejamos sensíveis a essa necessidade, há casos em que não tem jeito, tem coisas que são incompatíveis. Acho que se buscou atender às necessidades de alguns grupos, mas não se buscaram critérios para que as empresas possam fazer sua parte. O Estado não pode simplesmente sobrecarregar o setor produtivo sem lhe dar condições. Acho que o Executivo, o Legislativo e o setor privado têm de sentar na mesma mesa, cada um apresentar sua proposta, tendo como objetivo achar uma saída. Dá para fazer política de forma simples e efetiva.

INCENTIVO A EMPRESAS SUSTENTÁVEIS

Quando o assunto é sustentabilidade, as empresas têm de servir de exemplo, e os bons têm de ser copiados. Se incentivarmos ações como essas, o poder público vai ganhar, o Estado como um todo é o grande beneficiado. O setor privado faz a parte dele e o poder público contribui com isso. Há lucro para toda a sociedade. Deve ser por meio de incentivo, seja redução de impostos, subsídios. Como cidadão, vejo isso com muitos bons olhos. Eu gostaria de ver isso um dia implantado. Todas as vezes que criamos incentivos de forma séria funcionou. Tem de ser permanente. Acho que é válido que recursos públicos sejam utilizados com isso. Se for instado a discutir a matéria, vou defender o incentivo. Até porque a carga tributária é extraordinária.



DEPUTADOS FEDERAIS



AUGUSTO CARVALHO | SD



Augusto Silveira de Carvalho

Patos de Minas (MG), 27/7/1953

Bancário e sociólogo



Cargos públicos anteriores:

Deputado federal (1987–1991, 1991–1995, 1995–1999, 2007–2011 e 2011–2015)

Secretário de Estado de Saúde do DF (2008–2009)

REFORMA POLÍTICA CONTRA A CORRUPÇÃO

O que me motivou a mais uma vez disputar as eleições foi a necessidade premente de lutar por reformas de que o País precisa, a começar por uma reforma política. Neste presidencialismo de coalizão, muitas vezes a base de apoio parlamentar é montada e financiada de maneira espúria. Há uma lógica perversa que empurra os parlamentares e os partidos para esse tipo de relação promíscua com o capital, com as empresas. Tem de haver uma revisão da forma de financiamento das campanhas, com pelo menos limite de captação de dinheiro privado. A reforma política é necessária para o enfrentamento da corrupção hoje endêmica no Brasil.

UNIFICAÇÃO DO ICMS

A legislação tributária coloca estados contra estados na chamada guerra fiscal, que prejudica todos, especialmente os mais fracos. No caso do Distrito Federal, não temos capacidade de oferecer o que Goiás oferece. Aí as empresas migram daqui. Centenas atravessaram a fronteira. Tem de haver uma reforma tributária que repactue as relações federativas. Sou favorável à unificação do ICMS. É impossível que uma empresa tenha especialistas nos 27 conjuntos de regras do ICMS de cada unidade da Federação. A burocracia e o ônus das empresas para terem capacidade de se entender com os diferentes sistemas tributários atrapalham. É algo que só existe no Brasil e temos de dar um fim a isso.

”

REFORMA TRIBUTÁRIA

A carga tributária é pesada e o Estado gasta mal. É péssimo gestor, *vide* os serviços públicos. Não apenas saúde, segurança e educação, mas também infraestrutura, tema sensível para a indústria. As nossas estradas são esburacadas; nossos portos, completamente estrangulados. A reforma tributária tem de partir do Executivo, que hoje pauta o Congresso Nacional. As medidas provisórias, caudalosas, sufocam o Legislativo. A presidente Dilma Rousseff tem base de sustentação confortável. Significa dizer que, se o Executivo quiser, o Poder Legislativo fará. Tem de ter coragem política de apresentar uma proposta para que se busque o maior consenso possível, discutindo com os agentes econômicos e as unidades federadas, mesmo que isso leve meses, anos, talvez. Mas tem de resultar em alguma coisa diferente, porque essa parafernália fiscal e essa injustiça inviabilizam o País. Prejudicam a competitividade da indústria nacional.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Meu partido tem compromisso histórico em defesa da jornada de 40 horas semanais. Achemos possível ela ser adotada, a exemplo de outros países. Claro que tem de haver um processo de negociação para definir quando e como adotá-la. Ao mesmo tempo, há conquistas que não podem ser tocadas, como o 13º salário e o FGTS. Não se pode aproveitar o mote para derrogar direitos conquistados ao longo de um processo histórico de luta. No caso da modernização que signifique certas

**Tem de haver
uma reforma
tributária
que repactue
as relações
federativas.
Sou favorável à
unificação
do ICMS.**



flexibilidades que possam ser negociadas na mesa de debates entre sindicatos patronais e laborais, não tenho repulsa. Há situações da vida moderna. Várias ferramentas de trabalho são muito diferenciadas em relação ao que havia antes. Essa revolução técnico-científica coloca a humanidade diante de um desafio. Temos de compatibilizar modernas tecnologias com a capacidade de absorção de mão de obra.

INDUSTRIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA

Temos território exíguo comparado a outras unidades federativas. O ecossistema é frágil, ainda mais com a devastação do Cerrado e o estresse hídrico. A pressão sobre os nossos mananciais, resultado da expansão dos aglomerados urbanos, já está no limite. Mas as limitações ambientais não impedem o nosso desenvolvimento. Temos outros impedimentos, como a falta de crédito ou a tardia mudança dos critérios de utilização do FCO. Temos de criar segurança jurídica para os investimentos produtivos. Não podemos depender apenas dos empregos públicos. A participação da indústria no PIB aqui do DF é a menor do País, porque tivemos a fuga de empresas para outras unidades da Federação em razão de política de crédito ineficiente, política industrial ausente.

PREFERÊNCIA A EMPRESAS LOCAIS EM COMPRAS PÚBLICAS

Ainda que sejam contratadas empresas de fora, estas devem ocupar a mão de obra de Brasília, fabricar em Brasília, para que os impostos sejam gerados aqui.

Acho possível a preferência às empresas locais, diante de um concerto com o Ministério Público, o Tribunal de Contas, monitorando preços, custos e oportunidades, em um padrão de competitividade aceitável de preço e qualidade. Há estados que têm essa experiência de fortalecer as iniciativas geradas no próprio local, como Pernambuco. Temos uma especificidade que é a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride). Nada acontece no DF se você não estiver com o olhar posto nas suas cercanias. Se falta emprego em Águas Lindas (GO), essa população pressiona o DF. Se falta hospital em Planaltina de Goiás, essa população pressiona os equipamentos públicos daqui. É preciso ter parceria mais ativa e mais forte entre os governos do DF, de Goiás e de Minas Gerais. É possível, em um projeto integrado de desenvolvimento desse universo constituído pela Ride, haver políticas tributária e industrial.

INCENTIVOS À SUSTENTABILIDADE

Alguém já disse: "Não existe indústria poluente, existe indústria porca". Com a tecnologia de hoje, há filtros para controlar a emissão de gases e tecnologias de reúso, de reciclagem. Eram dilemas do passado hoje perfeitamente superáveis com tecnologias à disposição. Falta ao Brasil essa política de estimular a sustentabilidade dos processos industriais. Por exemplo, você quer colocar placas de energia solar no seu empreendimento, de tal maneira que gere sua própria energia e jogue o excedente na rede. Não há regulação sobre isso nem política de incentivo. Não há

PRESIDIU O SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA DE 1980 A 1986. FOI DIRETOR DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL DE 1999 A 2002 E MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA MESMA ENTIDADE DE 2003 A 2006. FOI FILIADO AO PCB DE 1986 A 1992, QUANDO SEGUIU PARA O PPS. EM 2013, FILIOU-SE AO SOLIDARIEDADE.

sequer acesso a um crédito que estimule as empresas a mudarem a energia utilizada. Na Alemanha, com cinco meses sem sol, mais de 20% da matriz energética é de energia fotovoltaica. Tem de haver política nacional e política local sobre isso.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

Não se pode ter esta visão punitiva: se você não cumprir, vem a multa. O objetivo do legislador foi a inclusão, dar oportunidades. Mas não se pode colocar na vala comum de delinquentes aquele empresário que não consegue por um motivo ou outro – falta de qualificação, inclusive – preencher essas exigências. As cotas dão dignidade às pessoas, então não podemos admitir o retrocesso. Se você não consegue qualificação, porém, há de se buscar termos de ajuste de conduta com os órgãos de fiscalização.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INOVAÇÃO

Se há uma coisa que os governos do PT fizeram de positivo foi a reativação das escolas técnicas. O mérito tem de ser dado ao ex-presidente Lula, que retomou essa política e prosseguiu com ela. As ciências humanas são importantes, mas a multiplicação de cursos superiores – alguns de baixa qualidade –, aliada às facilidades de acesso, joga no mercado milhares de jovens sem perspectiva de empregabilidade. Outro problema é que há descasamento entre a indústria e a

universidade brasileira. Quando falamos em jungir o conhecimento científico com a produção, com o desenvolvimento de tecnologias fomentado pela indústria, por meio do investimento nos laboratórios, na qualificação, na pesquisa, parece que se está profanando a universidade pública. Por que não pode haver, como em outros países, integração com a comunidade e com a própria comunidade produtiva? A inovação tecnológica, a busca de novos medicamentos, patentes e de novos processos de trabalho tem de se dar por meio dessa parceria entre a universidade e o capital privado. Do jeito que está, a gente vai ficando para trás e perdendo competitividade. Nossa indústria fica estagnada, dependendo de transferência de tecnologia.

DIÁLOGO ENTRE PARLAMENTARES E O EMPRESARIADO

Acho que deve ser uma relação aberta. Receber um empresário no gabinete não é pecaminoso quando você tem uma discussão sobre matéria relevante que repercute na indústria local e brasileira em geral. Certamente, várias discussões tratadas no Congresso têm repercussão em Brasília, então acho positivo esse intercâmbio de posições. A Fibra tem sua visão sobre o que seria uma reforma tributária eficiente, assim como outras entidades. É importante esse confronto das ideias e a contribuição do setor produtivo. Muitas vezes, escapa ao parlamentar a repercussão de determinada votação, então deve haver essa interação.

ERIKA KOKAY | PT



Érika Jucá Kokay
Fortaleza (CE), 15/8/1957
Em Brasília desde 1975
Bancária e psicóloga

 **Cargos públicos anteriores:**
Deputada distrital (2003–2006 e 2007–2010)
Deputada federal (2011–2015)

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Minha trajetória é de luta pelos direitos humanos. O direito de as pessoas viverem pressupõe políticas públicas inter-relacionadas, indivisíveis. Quero trabalhar por reformas mais estruturais, como a reforma política e a reforma tributária. Quero que meu mandato seja um espaço de transformação da sociedade, de dignificação do ser humano e de diálogo com o movimento social.

REFORMA POLÍTICA

Nós temos uma democracia representativa que pode ser aprimorada e essa é uma das minhas lutas. Hoje, a democracia representativa está muito relacionada ao peso do poder econômico, o que faz com que tenhamos um Congresso que expresse segmentos da elite do nosso país. Nós temos, por exemplo, uma bancada ruralista que não corresponde ao peso do setor ruralista na nossa sociedade. Ao mesmo tempo, temos uma bancada feminina que nos equipara a alguns países em que as mulheres usam burca. É como se tivéssemos nossas burcas invisíveis. Uma reforma política significa financiamento público de campanha, valorização das ideias e das propostas em detrimento das características individuais, para que nós não tenhamos as celebridades eleitas sem que saibamos as propostas que defendem. Essa reforma também pressupõe a alternância de gênero, para que o parlamento represente de

maneira mais real a formação da sociedade. A reforma política é urgente.

TRIBUTOS BEM DISTRIBUÍDOS

É preciso criar uma política tributária que distribua a riqueza, que penalize menos os assalariados. Hoje nós temos, proporcionalmente, os bancos pagando menos impostos do que os trabalhadores e as trabalhadoras. É preciso – no lugar de termos o consumo extremamente taxado, em que existe um imposto invisível que recai em cada produto e que a população nem sequer sabe que está pagando – fazer uma reforma que distribua a renda do nosso país.

AS DIVERSAS Vocações DO DF

Há um peso muito grande da área de serviços e do próprio serviço público. É preciso que definamos qual a vocação de desenvolvimento do DF. É evidente que as regiões administrativas são diferenciadas. A vocação econômica de desenvolvimento de uma região como o Itapoã não é igual à do Gama, ou à de Taguatinga. Então é importante que se estabeleçam fóruns de discussão para definição das vocações econômicas, para que se identifiquem quais são os gargalos de desenvolvimento – desde os processos de infraestrutura até a capacitação de pessoas. É óbvio que existem algumas experiências mais gerais, como a indústria do turismo, que é pouco

**Não podemos
pensar nenhuma
política
pública sem a
participação da
sociedade civil
organizada.**



desenvolvida no DF, mas tem grande potencial. Um turismo cívico, já que nós falamos aqui da capital da República, Patrimônio Cultural da Humanidade. Também temos uma vocação tecnológica, inclusive com a proposta da Cidade Digital, que não conseguimos implantar ainda, mas que traz elementos importantes para um local que é o centro do poder. Somando-se a isso, as áreas de desenvolvimento econômico e o Pró-DF foram criados de forma muito pontual. Você pode, no entanto, partir deles para criar *clusters*, em que se promova uma sinergia de desenvolvimento econômico, uma sinergia das atividades. A gente não viu isso aqui até hoje.

ZELO PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

A modernização da legislação trabalhista muitas vezes é a forma pela qual se quer disfarçar a retirada de direitos. Eu acho que os direitos dos trabalhadores custaram muito para o País e precisam ser preservados. É possível fazer qualquer discussão nesse tema, desde que haja a preservação de direitos. Além disso, nós não queremos mais viver o que aconteceu no fim do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que encaminhou para a Câmara um projeto que flexibilizava a própria Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A CLT custou muita dor do trabalhador brasileiro, representa espaços de construção cidadã que não podem ser negociados.

INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO

Para fomentar economicamente o setor produtivo, precisamos definir primeiro para onde caminha a vocação do DF. Não é necessário contratar uma empresa de Cingapura para isso, como foi feito. Nós temos uma inteligência aqui no DF, temos apoio social, base acadêmica, representação dos trabalhadores e dos empresários. Podemos promover uma discussão e construir um plano de desenvolvimento econômico com base nas características de cada área. A partir daí, é possível desenhar quais são as ações necessárias do ponto de vista de capacitação, de infraestrutura, de incentivo fiscal. Além disso, só se definem políticas de qualidade se estas são tecidas de forma democrática. Todos os segmentos têm que participar do processo de discussão. O DF tem que ser pensado a partir das pessoas que o constroem diariamente e contar com instrumentos, como um muito poderoso, que é o BRB. Trata-se de um dos braços para o desenvolvimento social e econômico da capital.

FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Antes de capacitar, você precisa ver qual a prospecção do mercado. Não é possível fazer uma política de capacitação sem ter um plano de desenvolvimento econômico e sem que exista prospecção do próprio mercado. É preciso capacitar as pessoas a partir da demanda que existe na sociedade ou então criar uma determinada demanda, estimular o

É FILIADA AO PT DESDE 1989. MILITOU NO MOVIMENTO ESTUDANTIL, PRESIDIU O SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA DE 1992 A 1998 E A CUT-DF DE 2000 A 2002. FOI SECRETÁRIA-GERAL DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO DE 1994 A 1996.

desenvolvimento de um segmento empresarial e, a partir daí, a capacitação. A capacitação é um meio, ela não pode ser um fim em si mesma. Trata-se de um meio para qualificar os trabalhadores e ao mesmo tempo formar pessoas que possam atender ao que o mercado pede.

DESENVOLVIMENTO E CONTRAPARTIDAS SOCIAIS

É importante desenvolver em Brasília a economia criativa. Nós temos uma cidade com muitas expressões culturais, com muita vida cultural, e é preciso e possível criar arranjos produtivos locais a partir dessa lógica. A mesma coisa vale para a economia verde. É muito importante que nas políticas creditícia, de capacitação, de desenvolvimento econômico haja preocupação com a preservação ambiental – inclusive que isso possa ser uma condicionante para o incentivo. Qualquer política de desenvolvimento econômico tem que estar acoplada a uma política global e tem que ter as contrapartidas importantes para a inclusão social.

DIÁLOGO COM OS SEGMENTOS EMPRESARIAIS

A sociedade civil organizada é fundamental para termos uma comunidade viva. Não podemos pensar nenhuma política pública sem a participação da sociedade civil organizada. É preciso que a gente aprimore a democracia direta

e participativa, inclusive para que tenhamos uma democracia representativa mais coadunada com os interesses e a composição da sociedade. Então eu diria que os segmentos precisam dialogar uns com os outros. É importante que se fortaleçam os fóruns de desenvolvimento econômico, que unem o olhar empresarial, o olhar da política pública, o do Estado, o dos próprios trabalhadores, e possibilitam pensar as políticas a partir da participação da sociedade civil.

UMA CIDADE COMPLETA

É preciso que se descentralize, que se construa uma cidade onde a atividade produtiva não se concentre no Plano Piloto. A cidade tem que ser um espaço em que o ser humano possa se encontrar e ver atendidos todos os seus direitos, não só o de morar, mas o de trabalhar, estudar. Cada cidade deve ser desenvolvida a partir das suas potencialidades, a fim de desafogar as vias e assegurar qualidade de vida.

FRAGA | DEM



João Alberto Fraga Silva

Estância (SE), 2/6/1956

Em Brasília desde 1966

Coronel da reserva da PM-DF

Evangélico



Cargos públicos anteriores:

Deputado federal (1999–2002, 2003–2006, 2007–2010)

Secretário de Transportes (2007–2010)

FOCO NA SEGURANÇA

Minha prioridade é continuar a luta pela segurança pública. Tive como bandeira principal na minha campanha o fim da maioria penal. Os menores estão a cada dia se tornando mais violentos e mais ativos na violência. São cruéis, mas há pessoas que os defendem com o argumento de que “não sabem o que estão fazendo”. Precisamos dar um jeito nisso. Outras bandeiras são o fim do “saidão” dos presos, que contribui muito para o aumento da violência, principalmente nas datas festivas. O cumprimento integral da pena precisa ser levado em consideração. Caso contrário, continuaremos desmoralizando o sistema prisional. O cidadão é condenado a três anos e só cumpre dois, então ninguém mais tem medo de ser preso. Passou da hora também de o País adotar o trabalho obrigatório para o preso. Não é trabalho forçado, é obrigatório. Isso é importante até mesmo para a gente ressocializá-lo e reintegrá-lo à sociedade. São essas as minhas metas principais, mas há outras coisas. Pretendo acabar com o auxílio-reclusão, que a família do preso recebe. A família da vítima não recebe nada. Na verdade, o Estado tinha de protegê-la, não protegeu e ainda vai dar dinheiro a quem cometeu o mal contra aquela família. Beira a sandice. Vou trabalhar mais na área da segurança pública e é evidente que, com mais segurança, teremos uma cidade com maior probabilidade de desenvolvimento na área industrial e na geração de empregos.

”

INDUSTRIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA

A capital foi criada com um modelo que já está totalmente ultrapassado. Temos que tirar essa barreira de que aqui não pode haver indústria. Tem de haver, sim. Temos que criar polos industriais para que possamos ter desenvolvimento gerando mais empregos, mais arrecadação. Uma cidade sem indústria é uma cidade que acaba importando de outras unidades da Federação produtos que poderiam ser feitos aqui. Isso é lamentável. Temos lugares, como a área rural de Planaltina, a de Brazlândia. São áreas que podem ser utilizadas como polos industriais, algo que traria grandes benefícios para a população do DF. E aí eu associo até mesmo a segurança. Um povo empregado, trabalhando, é um povo que vai delinquir menos. Temos de tirar essas amarras do DF. Não sei por que se limitam as indústrias em Brasília. O modelo inicial era para que tivéssemos um número de habitantes muito menor, sem falar que ainda temos a população da região do Entorno. Alguém precisa assumi-la para dar melhor condição de vida às pessoas que vivem nesses municípios.

COOPERAÇÃO PELO ENTORNO

As soluções para a região têm de passar pelo entendimento entre os governadores do DF e de Goiás. Ouvi recentemente uma frase que me marcou: “A região do Entorno é em torno de Brasília”. É verdade, não é de Goiânia, que é o principal centro de Goiás. Eu tento ajudar com emendas parlamentares para essa

**Um povo
empregado,
trabalhando, é
um povo que vai
delinquir menos.**



região. Sou um dos responsáveis pelo asfaltamento de Valparaíso, pelo hospital de Santo Antônio do Descoberto e por boa parte da pavimentação de lá também. Por quê? Se eu colocar um hospital de boa qualidade lá, as pessoas não virão procurar atendimento em Brasília e tirar a vez do morador daqui. Mas me parece que esse tipo de ação não é vista ou não é lembrada pelos governadores. Acho que os dois governadores têm de sentar e combinar, por exemplo, que um construa o hospital e o outro coloque lá os funcionários. Não pode também o DF assumir tudo, tem de haver contrapartida de Goiás. Esse cinturão de miséria em volta de Brasília está sufocando a cidade e tirando a qualidade de vida que o brasiliense tinha.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

A unificação do ICMS é o caminho. Você não pode atravessar uma divisa e ter essa diferença. Tem de haver uma unificação, até mesmo para não haver concorrência desleal ou a evasão de empresários do DF para Goiás porque lá o ICMS é menor. E já aconteceu. Isso nos tira empregos. Falta bom senso.

INCENTIVOS AO EMPREENDEDORISMO

Sou favorável à venda de terrenos aos empresários, desde que haja carência para que aquela empresa possa realmente se estabelecer. Tem que ser uma coisa diferenciada, não pode se transformar num mercado imobiliário. Outra maneira de incentivar o empreendedorismo é simplificando o processo para

a formalização de um negócio. Não há explicação, não faz sentido passar meses ou anos para se abrir uma empresa. Em alguns países desenvolvidos, isso se faz em um ou dois dias. O máximo que se poderia tolerar para fazer averiguação, ver se não é empresa-fantasma, seriam 30 dias. Mas me parece que as coisas não andam dessa forma porque tem sempre a corrupção.

FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA

O próprio Sistema S tem de identificar as vagas mais solicitadas e promover cursos de capacitação da mão de obra. O governo federal, por sua vez, tem de pensar duas vezes ao aperfeiçoar essa questão do seguro-desemprego. Fui a Portugal e lá o seguro-desemprego foi tão aperfeiçoado que hoje em Lisboa há várias pessoas que preferem ficar à custa desse benefício a trabalhar. É mais vantajoso do que um emprego na indústria, por exemplo. Isso aconteceu em alguns países da Europa e é uma das razões pela crise do continente. O nosso país precisa, portanto, deixar de fazer essa política populista e pensar um pouco mais na questão empresarial e até mesmo trabalhista. É preciso que promovamos cursos de capacitação para que tenhamos mão de obra qualificada para integrar as empresas.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO NAS EMPRESAS

Acho que esse sistema de cotas é uma das coisas que arrebatam o País, seja de cor, de classe. Ressalvo o

INGRESSOU NA POLÍCIA MILITAR DO DF AOS 18 ANOS. EM 1997, TORNOU-SE ASSESSOR PARLAMENTAR DA CLASSE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E PRESIDENTE DO CLUBE DOS OFICIAIS DA PM-DF. FOI FILIADO AO PMDB DE 1998 A 2003, ANO EM QUE ENTROU NO PTB. EM 2005, SEGUIU PARA O PFL, PARTIDO QUE POSTERIORMENTE DEU ORIGEM AO DEM, DO QUAL É PRESIDENTE REGIONAL.

caso da pessoa com deficiência. É evidente que ela não pode trabalhar em determinadas indústrias, mas um cadeirante, por exemplo, pode fazer um serviço que exija só o uso das mãos e não requeira tanta mobilidade. Sabe-se que essas pessoas muitas vezes têm desempenho melhor que os colegas. Agora, em uma empresa na qual predomina o trabalho braçal, você não pode impor cotas. Tem de haver bom senso. Os legisladores e o governo têm de entender que há limitações para os empregadores e isso precisa ser corrigido. São lacunas no texto da lei que travam sua aplicação. No que diz respeito a apenados e expenados, tenho um projeto de lei na Câmara dos Deputados que concede incentivo fiscal à empresa que der emprego a essas pessoas. Eu mesmo sou um dos mais críticos ao sistema e quero que o preso trabalhe, mas há uma barreira grande. A reincidência é de mais de 70%, talvez porque a mesma sociedade que discrimina o ex-detento seja a mesma que não permite que ele tenha oportunidade de recuperação.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Não sei por que o Congresso Nacional não se dispõe a discutir esse conjunto de leis, que é tão antigo. Há certa resistência em atualizar as coisas, mas as pessoas têm de entender que nossas leis trabalhistas são da época do presidente Getúlio Vargas, têm mais de 70 anos. O Código Penal é de 1940. As maiores legislações que temos são de muitas décadas atrás e os tempos mudaram. Os costumes mudaram, temos de evoluir. Antigamente, não havia previsão de terceirização. As

leis precisam ser adaptadas de acordo com o tempo. Lamentavelmente, para se conseguir a aprovação de um texto como esse, tem de ser com a força e a iniciativa do próprio governo federal. Não vai ser por iniciativa de apenas um parlamentar que vamos conseguir alterar uma legislação tão extensa e complexa como a trabalhista. Para algumas coisas, se quer a evolução, mas, para outras, há blindagem, como se a intenção fosse retirar direitos trabalhistas. Quando se fala em redução da jornada, é evidente que o empresário terá de criar mais um turno para completar as tarefas. Não podemos esquecer o custo do emprego, os altos encargos trabalhistas.

INCENTIVOS A EMPRESAS SUSTENTÁVEIS

Acho que tem de haver incentivo. São Paulo, diante da falta de água, com certeza vai começar a adotar medidas nessa linha. O desperdício de água e o de energia são grandes. Aquele que economiza para o Estado tem de ter incentivo fiscal.

INTEGRAÇÃO ENTRE A INDÚSTRIA E OS PARLAMENTARES

Temos de ter encontros propositivos. A Fibra, por exemplo, deve ter várias ideias, então tem de chamar parlamentares do DF para que cada um apresente um projeto importante para o setor industrial. É uma forma de a indústria se integrar com os parlamentares, tanto federais como distritais, por meio de proposições. Tem de haver esse entrosamento.

IZALCI | PSDB



Izalci Lucas Ferreira

Araújos (MG), 7/4/1956

Em Brasília desde 1970

Professor, contador e auditor

Católico



Cargos públicos anteriores:

Deputado distrital (2003–2006)

Deputado federal (2007–2011)

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia

do Distrito Federal (2004–2006 e 2007–2010)

Deputado federal (2011–2015)

PROJETOS NO CONGRESSO NACIONAL

A educação continuará sendo a minha principal bandeira de atuação. Quando falo em educação, automaticamente estou falando em ciência, tecnologia e também em inovação. Mas, por ser contador, por ser auditor e por ter experiência grande em gestão, também acompanho de perto o orçamento e o fiscalizo.

A RELAÇÃO DE BRASÍLIA COM A INOVAÇÃO

Sempre foi uma esperança consolidar Brasília como a capital da tecnologia, a capital do conhecimento. Espero que o novo governo tenha olhar especial para essa vocação. Desde 2004, estamos participando do planejamento do Parque Capital Digital. O último governo chegou a lançar um decreto dizendo que o parque era prioridade, mas não evoluiu. Nós temos que gerar conhecimento, gerar novas patentes, novas empresas. Isso se faz por meio do incentivo às incubadoras, exatamente para que a médio e a longo prazo o Distrito Federal tenha retorno de mais empresas, de mais impostos e de mais desenvolvimento. Apesar de ser uma visão de futuro, alguém tem que começar. É necessário que se faça em todas as regiões administrativas um programa de desenvolvimento econômico. Essas áreas de desenvolvimento econômico que existem hoje não são sérias. A política já implementada é muito ruim.

”

O IMPASSE TERRITORIAL NO DF

O governo precisa trabalhar de uma forma mais sintonizada com a Câmara dos Deputados e com o Senado. Existem muitos parlamentares dos estados que veem o Distrito Federal como privilegiado em função do Fundo Constitucional e devemos estar atentos a isso. Quando você discute o plano territorial, não existem por parte do Executivo propostas concretas que possam convencer. Querem mudar o segmento territorial sem ter um planejamento viável, que possa justificar a alteração. O que falta no DF é um planejamento global, um planejamento territorial no sentido de regularizar as terras e os muitos condomínios. Isso depende de vontade política para fazer e também de competência. É preciso planejar em conjunto com a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride). Às vezes, se determinadas indústrias não interessam ao DF, podem interessar ao Entorno e seriam importantes para a geração de empregos lá, fazendo com que parte da população não precisasse vir trabalhar em Brasília. Nós não vamos resolver nossa situação aqui se não conseguirmos ajudar nos problemas do Entorno.

VALORIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO

Temos todas as ferramentas para qualificar a mão de obra brasiliense, o que falta é iniciativa. Quando fui secretário, eu destinei, praticamente em todas as cidades, uma área para escolas técnicas. No Brasil, hoje 6% dos jovens estão nas escolas técnicas. Entre os países

O grande problema da reforma tributária é que ninguém quer perder. A primeira coisa que temos de fazer é um pacto federativo.



desenvolvidos – como Japão, Coreia do Sul, Alemanha e França – não há nenhum que tenha menos de 50% dos jovens na educação profissional. Em Brasília, nós já temos dez escolas técnicas, inclusive federais. O problema está na gestão da escola. A burocracia também atrapalha muito. Até você conseguir aprovar um curso, ele já está desatualizado. Mas é fundamental trabalhar isso. Sem educação, nós não vamos a lugar nenhum. Até porque a Cidade Digital, por exemplo, depende exclusivamente de muita qualificação. A questão da educação profissional no Brasil é muito mais cultural. Antigamente, os ricos mandavam os filhos estudarem no exterior e os cursos oferecidos aqui, para as pessoas de menor poder aquisitivo, eram os cursos técnicos. Ainda hoje essa cultura relacionada à formação técnica continua. Temos que tentar mudar isso dentro do Pronatec. Hoje, a estrutura das escolas técnicas é muito boa, inclusive a remuneração dos profissionais. O quadro de carreira das escolas técnicas, das escolas federais é o mesmo das universidades. Infelizmente, a mãe ainda prefere ter o filho com o canudo de curso superior e desempregado do que com o canudo de curso técnico empregado. E hoje você tem muito curso técnico que remunera melhor do que cursos superiores. O mercado de trabalho hoje para técnico é muito grande.

COTAS E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Eu acho que a questão das cotas é importante, mas provisoriamente. É inviável ficar a vida toda com as

cotas. Se você fizer uma análise real da situação do País, vê que o percentual dos negros empregados é muito baixo, porque eles não tiveram oportunidades. É preciso agora compensar esse segmento da sociedade, mas todo esse processo depende muito da qualificação. As cotas não prejudicam em termo de qualidade do trabalho prestado, desde que esses profissionais sejam formados para atuar. Da mesma forma, se o processo de capacitação for bom, você consegue incluir também as pessoas com deficiência. Nesse último caso, seria importante uma capacitação específica para que o profissional possa, com suas limitações, desempenhar atividades. Além disso, é necessário compatibilizar a deficiência com o espaço que está sendo oferecido. Por isso é que dentro do programa de educação profissional você tem os cursos técnicos e tem também os cursos de educação inicial continuada.

NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO DA CLT À TECNOLOGIA

É fundamental modernizar a legislação trabalhista. Não tem sentido você usar a CLT, que tem mais de 70 anos, numa realidade totalmente distinta. Por exemplo, o artigo 318 da CLT diz que nenhum professor pode dar mais que quatro aulas consecutivas, ou seis intercaladas, no mesmo estabelecimento. Hoje isso é totalmente incompatível, o que pregamos é que o professor esteja na mesma escola todo o tempo, com dedicação exclusiva. Não dá pra você pegar um professor que dá uma aula hoje no Plano Piloto e querer que, depois, ele dê quatro aulas em Taguatinga. Outra

FOI PRESIDENTE DO SINDICATO DOS CONTADORES DO DF DE 1992 A 1994. DE 1995 A 1998, PRESIDIU O SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO DO DF. INICIOU A VIDA POLÍTICO-PARTIDÁRIA EM 1997, PELO PSDB. EM 2001, FILIOU-SE AO PFL E FICOU NO PARTIDO ATÉ 2008. NO MESMO ANO, VOLTOU PARA O PSDB. EM 2009, FILIOU-SE AO PR E PRESIDIU O DIRETÓRIO-REGIONAL DO PARTIDO. EM 2012 VOLTOU PARA O PSDB.

compatibilização necessária na CLT é com relação à tecnologia. Muitos trabalhos atuais você desenvolve sem sair de casa e isso não está previsto na legislação. O grande instrumento de universalização da educação, por exemplo, é a educação a distância. Há 70 anos, nem sequer existia computador.

PACTO FEDERATIVO ANTERIOR À REFORMA TRIBUTÁRIA

O grande problema da reforma tributária é que ninguém quer perder. Sendo assim, a primeira coisa que temos que fazer é um pacto federativo. Definir quem vai fazer o que, com qual montante de recursos, e de onde virá o dinheiro. É preciso descentralizar ao máximo, porque as pessoas não moram na União, nem no estado, moram nos municípios e é lá que cobram educação, saúde e segurança. Quando há uma desoneração do IPI, por exemplo, que afeta diretamente o município, quem decide é a União. Na prática, a União faz muita graça com o chapéu dos outros. É preciso observar para não prejudicar os estados e os municípios, por isso um pacto federativo é fundamental. Além disso, se trata de uma reforma que tem que ser trabalhada para diminuir os impostos e não aumentar. Ninguém aguenta mais pagar tanto para não ter nada de volta.

A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE

Toda forma possível de incentivar a indústria, para que trabalhe com selo de sustentabilidade, deve ser apoiada.

Não só apoiar, como trabalhar um pouco também para induzir, permitir ou até mesmo exigir que as empresas mudem. A natureza dá o troco rapidamente, estamos sofrendo isso. Tudo que está acontecendo no Brasil hoje, em termos de seca, de chuva, já é reflexo dessa não observância da sustentabilidade. Na prática, o que falta mesmo é planejamento.

DIÁLOGO ATIVO DO SETOR PRODUTIVO COM EMPRESARIADO

As entidades representativas da sociedade precisam incentivar que os empresários participem ativamente do processo legislativo no Congresso Nacional. Os empresários são muito passivos e acomodados, sendo que têm muito mais condição, capacidade técnica e financeira de fazer uma proposta do que de esperar o governo fazer.

LAERTE BESSA | PR



Laerte Rodrigues de Bessa

Goiânia (GO), 1º/5/1954

Delegado da Polícia Civil do DF



Cargos públicos anteriores:

Diretor da Polícia Civil do Distrito Federal
(1999–2006)

Deputado federal (2007–2011)

Por motivos de agenda, o deputado Laerte Bessa não pôde conceder entrevista para a realização do perfil. As informações ao lado, por essa razão, foram retiradas dos sites do Tribunal Superior Eleitoral e da Câmara dos Deputados.

ROGÉRIO ROSSO | PSD



Rogério Schumann Rosso

Rio de Janeiro (RJ), 30/8/1968

Em Brasília desde 1969

Advogado

Católico



Cargos públicos anteriores:

*Secretário de Desenvolvimento Econômico
do DF (2003–2004)*

*Administrador regional de Ceilândia
(2004–2006)*

Presidente da Codeplan (2007–2009)

Governador do Distrito Federal (2010–2011)

O ENTORNO É NOSSO

Defendo uma reconfiguração da região metropolitana do Distrito Federal, chamada de Entorno por alguns e tecnicamente de Ride. É a única região metropolitana que não é da própria unidade da Federação. Então o DF tem essa especificidade, e isso se tornou um grande desafio para o planejamento econômico, social e urbano. Como lidar com uma região que não é nossa do ponto de vista de fiscalização, de jurisdição? Devemos enfrentar uma rediscussão, até mesmo debater a ampliação do território, a incorporação desses municípios limítrofes e a ampliação dos fundos de investimento.

REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO DF

Sou favorável a uma redução forte da carga tributária no DF, mesmo na condição de parlamentar federal. Defendo que a gente troque impostos por empregos, troque impostos por conhecimento e inovação, troque impostos por capacitação, troque impostos por educação. Temos de voltar a ser referência nacional em qualidade do serviço público e em ambiente institucional favorável ao investimento privado.

VOCAÇÃO PARA SERVIÇOS

Temos a grande vantagem de ser governo federal, sede dos poderes constituídos, grandes compradores e grandes provedores de serviços. Temos, sim, grande potencial nessa indústria limpa, de tecnologia,



conhecimento e inovação, que temos que explorar verdadeiramente, sem burocracia. Há vários arranjos produtivos importantes, mas a grande vocação do DF é oferecer serviços de qualidade, indústrias limpas, conhecimento, tecnologia e inovação.

PREFERÊNCIA A EMPRESAS LOCAIS EM COMPRAS GOVERNAMENTAIS

É uma das bandeiras do PSD. Não é correto imaginar que os grandes compradores do Brasil estejam no DF e que empresas de fora vençam as licitações. Dentro das bases legais, do que rege a Constituição, temos que, sim, criar nosso sistema de proteção às empresas locais, como alguns estados fizeram. Toda e qualquer política pública precisa levar em consideração as empresas já instaladas, o tecido econômico vigente, para que não haja desequilíbrio em setores historicamente importantes que, com um movimento errado, podem ficar em situação difícil. Temos que privilegiar quem historicamente investiu e investe no DF.

MODERNIZAÇÃO DO PRÓ-DF

Fui secretário de Desenvolvimento Econômico e tive a oportunidade de ser o formulador do Pró-DF com a Fibra, que teve essa visão de descentralização, da criação de distritos e polos industriais e econômicos. O Pró-DF teve como espinha dorsal a descentralização dos investimentos, mas precisa ser repensado sempre. Toda política pública precisa ser repensada e atualizada. O Pró-DF é um instrumento de política

Temos de voltar a ser referência nacional em qualidade do serviço público e em ambiente institucional favorável ao investimento privado.



econômica e social, que, tal qual outros programas de desenvolvimento econômico, precisa existir para fortalecer a geração de emprego e renda, obviamente respeitando o mercado. É importante, mas precisa ser sempre modernizado, atualizado. Acima de tudo, tem de ser executado com muita transparência, conduzido por técnicos eficientes e com participação efetiva das entidades de cada segmento.

POR UMA JUNTA COMERCIAL LOCAL

A Junta Comercial do DF é federal. Quando o DF ainda não tinha autonomia política, era vinculada a algum órgão federal e assim ficou. O governo federal lançou um programa que tornou vários serviços digitais para se abrir e fechar uma empresa rapidamente. Mas no DF ainda vamos esbarrar no fato de a nossa junta comercial não ser local. Talvez seja a hora de o DF receber uma junta própria para que possamos customizar os serviços às nossas necessidades.

INVERSÃO DO ÔNUS NA CONCESSÃO DO ALVARÁ

Defendo a desburocratização do governo e a criação de um ambiente institucional favorável aos investimentos no DF. Vou trabalhar muito para que sejam aplicados aqui recursos e investimentos exatamente para que a gente possa tornar o DF uma referência em inovação, tecnologia e em capacitação de servidores. Quem sabe vai chegar um dia em que os alvarás serão concedidos com a inversão do ônus, como em alguns países. A ideia é que, quando pedir o alvará de funcionamento,

o empresário o tenha automaticamente. A empresa já pode funcionar e a documentação será entregue em determinado prazo com o devido acompanhamento dos órgãos fiscalizadores. Quando o empresário protocolar o pedido, deverá estar seguro de que está cumprindo as normas para não ter o funcionamento impedido em um segundo momento.

FALTA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Os grandes gargalos ao investimento no DF e no Brasil são infraestrutura, excesso de burocracia com falta de transparência e eficiência e carência de qualificação técnica. Existem muitas vagas no mercado que não são ocupadas pela falta de qualificação. A gente precisa e deve fortalecer o sistema de qualificação tanto pelo Sistema S quanto por unidades locais e federais de ensino técnico. Temos que resgatar essa qualificação direcionada em uma interação entre governo federal, governo do DF e setor produtivo para criarmos um ambiente de qualificação permanente para as vocações do DF.

UNIVERSIDADE DISTRITAL

É chegada a hora de não só a UnB prover ensino superior público, mas também a própria universidade dos brasilienses, obviamente capitaneada pelo governo do DF, com cada região administrativa utilizando as escolas de ensino médio e fundamental, principalmente no período noturno, no qual a maioria não funciona, e aproveitando as estruturas existentes e os professores da rede que sejam mestres ou doutores.

INGRESSOU NA VIDA PÚBLICA EM 2003, COMO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF. EM 2006, CANDIDATOU-SE A DEPUTADO FEDERAL PELO PMDB E DESLIGOU-SE DO PARTIDO EM 2011. FILIOU-SE AO PSD EM 2011 E ASSUMIU A PRESIDÊNCIA DA LEGENDA. TAMBÉM É PRODUTOR MUSICAL E MÚSICO.

Temos mais de mil professores na rede que poderiam dar hoje aulas em nível universitário.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO NAS EMPRESAS

Eu concordo com algumas leis que criaram mecanismos de atenção especial para quem precisa de atenção especial, mas não adianta fazer lei que não pode ser implantada nem fiscalizada. Existe distância da legislação ao mundo real. Como suprir isso? A partir da criação de um fórum permanente do empreendedorismo no DF, com as entidades do setor produtivo, os trabalhadores e o governo. Com um fórum permanente de debates, você vai organizando as questões, as deficiências, vai modernizando as coisas. Assim, situações como essas podem ser evitadas ou minimizadas. Sou favorável a um sistema de proteção. Se for necessário, que seja em cotas, mas que seja eficiente. Não adianta ter a obrigatoriedade de fazer, mas a impossibilidade de executar na prática.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

O Brasil é um país continental e, obviamente, cada estado vai defender seus interesses. Há estados produtores e não produtores e há que se respeitar obviamente a especificidade de cada um. Ao mesmo tempo, o que percebemos é que a legislação tributária estadual, em especial de circulação de mercadorias, principalmente no que toca à substituição tributária, foi importante para equalizar a questão de receita, de arrecadação, mas criou, no caso do DF, desequilíbrios

como no setor atacadista. No caso do ICMS, tenho dúvidas sobre a eficiência de uma eventual unificação. É uma questão que deveria ser tratada em uma reforma tributária mais ampla e nacional. No Congresso, não contem comigo para criar impostos nem para aumentar os que há. Precisamos trabalhar daqui para a frente na redução da carga tributária, senão não teremos segmentos produtivos competitivos.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Há que se encontrar mecanismos de não mexer em direitos adquiridos e ao mesmo tempo encontrar novas formas de contratações para que sejamos competitivos. O desafio está aí: como equacionar essas duas questões. No direito comparado, há exemplos de manutenção de direitos do trabalhador, mas com a criação de mecanismos mais eficientes, ágeis, com custos menores e formas de contratos diferenciadas, que não engessaram a economia dos países.

ESTÍMULOS À SUSTENTABILIDADE

Sou 100% favorável a incentivos a empresas que investem em sustentabilidade. Quando você gera passivo ambiental, tem que pagar por isso, tem que compensar. Para aquelas que estão verdadeiramente preocupadas com a questão da sustentabilidade, com a preservação verdadeira dos recursos naturais, eu sou favorável, sim. Até como mecanismo de exemplo a ser seguido. Claro que com critérios claros, rígidos, não bastando apenas a empresa dizer que é ambientalmente correta sem processos certificados.

RONALDO FONSECA | PROS



Ronaldo Fonseca de Souza
Volta Redonda (RJ), 4/4/1959
Em Brasília desde 1994
Advogado
Evangélico

 **Cargos públicos anteriores:**
Deputado federal (2011–2015)

OBJETIVOS NO CONGRESSO

Continuo com a mesma bandeira de 2010: a defesa da família brasileira. Quando defendo a família, falo de educação, de segurança, de saúde. Como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Redução de Impostos, trabalhei muito pela popularização da reforma tributária, sem redução de receita, e pretendo continuar nesse caminho. Se essa reforma não saiu, é porque a população que paga os impostos não conseguiu entender que ela é importante. A população imagina que a reforma tributária só interesse a empresários e a enxerga como muito distante. Temos a responsabilidade de popularizar esse tema. A reforma tributária tem que vir do povo para o Congresso, porque, da forma que está, nunca vai sair. O Legislativo só funciona por pressão e o Executivo não tem interesse nessa mudança.

OS ENTRAVES PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA

Da maneira como estão querendo fazer, uma reforma tributária ampla, acho absolutamente difícil sair do papel. Temos que pontuar a reforma, com alternativas, como a de trabalhar pelo Imposto de Valor Agregado (IVA), que facilitem e possibilitem somar inteligência ao pagamento de impostos. Precisamos manter o foco em cinco ou seis itens, e não generalizar, o que inviabiliza o processo. Hoje, temos mais de 60 tipos de impostos no Brasil. Não adianta querer reduzir para um tipo de imposto só. Temos que trabalhar a

questão do ICMS, a guerra fiscal, e o IVA possibilita isso. Tivemos desonerações feitas no governo de Dilma Rousseff – o IPI dos automóveis, da linha branca, do material de construção –, e isso não trouxe prejuízos para o Executivo. Pesquisas mostram que, em um ano de redução de impostos, o governo renunciou a R\$ 4 bilhões e, mesmo assim, arrecadou R\$ 6 bilhões a mais. A reforma tributária tem que vir em pelo menos três fases. O empresário não suporta mais tantos encargos e isso é repassado para a população. O Estado tem que deixar de ser avarento e organizar a cobrança de impostos no Brasil. Temos que racionalizar isso.

BRASÍLIA É A CIDADE DO FUNCIONALISMO

O Distrito Federal precisa utilizar melhor o Entorno, criar uma vocação para essa região. A minha tese é de que não cabem grandes indústrias aqui. O Entorno poderia, por exemplo, ser uma sede de *call centers* no Brasil, que é um emprego barato. Hoje, os *call centers* dos Estados Unidos são sediados na China, justamente porque a mão de obra é de menor custo lá. Brasília é a cidade do funcionalismo e tem que continuar assim. Tenho uma proposta de emenda à Constituição que organiza essa questão do serviço público, que diminui o número de comissionados para aumentar o número de concursados. Brasília precisa ser a cidade do concurso público, dos concursados e dos efetivos, e não de comissionados. A minha proposta é para, em oito anos, reduzirmos para 5% o montante de

”

A legislação trabalhista no Brasil tem de ser revista o mais rápido possível. Não podemos continuar do jeito que está.



comissionados em relação aos concursados. Assim estaremos trabalhando para que Brasília tenha um emprego digno. Não acho que tenhamos vocação para indústrias no DF. Para a indústria, você precisa de mão de obra qualificada, o que nós não temos aqui. Temos espaço para fomentar apenas indústrias que venham trabalhar para servir o DF, aquelas de pequeno porte e microempresas. Estas precisam de atendimento melhor, atenção maior, porque prestam um serviço muito grande. São as responsáveis por grande parte dos empregos gerados.

ORDENAMENTO TERRITORIAL

Não vejo que o avanço produtivo concorra com a questão geográfica. Nós temos aqui muito espaço para crescer. Devemos delimitar o Entorno, fortalecer a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride). Não sou a favor de criar aqui um estado, cuja capital seja Taguatinga, mas acho que nós precisamos, definitivamente, pontuar a questão do Entorno. Ele não pode ser um estorvo e tem que ser atendido pelo DF.

QUALIFICAÇÃO POR MEIO DO ESTADO

A Secretaria de Trabalho fez no último mandato um trabalho muito bom de capacitação dentro da vocação do DF. A Copa do Mundo provou que é possível fazer isso. Esse tipo de trabalho deveria ser permanente, a fim de atender à demanda das empresas daqui. O que falta no Brasil todo hoje é qualificação, tanto que vamos buscar por ela fora do País. Emprego nós temos.

REVISÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Nós temos um problema com as cotas no segmento produtivo. Muitas vezes, você tem a vaga e não tem quem a ocupe, pois não há qualificação. Isso deve ser discutido com a indústria, com as empresas do DF. Você não pode obrigar a indústria a contratar um percentual de pessoas com deficiência se você não tem essas pessoas no mercado. Eu acho que o governo deveria trabalhar também no sentido da qualificação. Se determinada indústria investisse em capacitação, ela estaria cumprindo a sua cota. Afinal, você não pode colocar mais um ônus para o empresariado. Isso é uma obrigação do Estado e nem mesmo o governo consegue cumprir as cotas.

URGÊNCIA NA MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

A legislação trabalhista no Brasil tem de ser revista o mais rápido possível. Não podemos continuar do jeito que está. Só quem pode encabeçar isso é o Executivo, pois o Legislativo vive de votos e, devido à pressão, dificilmente entrará nesse tema. Não é viável continuar jogando uma carga fiscal em cima do empresariado brasileiro e encarecendo o funcionário como fazemos hoje. O problema todo está na questão dos direitos adquiridos e em como mexer nesses direitos. O auxílio-desemprego, por exemplo, virou uma farra. Isso tinha que ser corrigido. Temos uma taxa de desemprego baixa no Brasil, mas alta rotatividade. O custo do empregado para o empresariado, se baixarmos os impostos e diminuirmos a carga tributária, vai

FOI FILIADO AO PP DE 2003 A 2004. EM 2004, FILIOU-SE AO PSC E FICOU NO PARTIDO ATÉ 2006. EM 2009, ENTROU NO PR E, EM 2013, FILIOU-SE AO PROS, DO QUAL É PRESIDENTE REGIONAL. FOI PRESIDENTE DO CONSELHO POLÍTICO NACIONAL DA CONVENÇÃO GERAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL E É PASTOR-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE DEUS DE TAGUATINGA.

cair. Então poderemos cobrar mais desse segmento empregador. Hoje, o custo Brasil é muito caro. É muito burocrático demitir e contratar. Acho que apenas um pacto social com o Executivo, o Legislativo e os setores produtivos do País poderá resolver essa situação.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sou um pouco crítico com relação à sustentabilidade. Acho que existe muito folclore em tudo isso. Trata-se de uma bandeira que criaram da pós-modernidade. Emprego sustentável, desenvolvimento sustentável, tudo isso é excelente. Não há dificuldade para ser feito, mas se tornou uma bandeira política e não uma bandeira desenvolvimentista, que traga realmente evolução para o País. Fala-se muito e se faz pouco. O setor produtivo não está preparado para isso hoje, mas quem não faz a defesa do desenvolvimento sustentável é chamado de retrógrado, alienado.

SUBSÍDIO DE INFORMAÇÕES

A participação das instituições de classe é muito importante para o Parlamento. Há demanda grande por dados e referências por parte dos parlamentares. Um deputado atua em várias frentes, é provocado todos os dias a decidir matérias diversas, sem ser especialista. Por isso a importância de fazer um assessoramento aos parlamentares, já que estamos falando de temas importantíssimos para o desenvolvimento do País, do setor produtivo e da sociedade.

RÔNEY NEMER | PMDB

**Rôney Tânios Nemer**

Viçosa (MG), 8/2/1963

Em Brasília desde 1978

Arquiteto e urbanista

Católico

**Cargos públicos anteriores:**

Administrador regional de Samambaia (2000–2001)

Administrador regional do Recanto das Emas (2001–2002)

Secretário de Obras do DF (2003–2006)

Presidente da Brasiliatur (2008–2009)

Diretor-geral da Agência de Fiscalização do DF (2009)

Deputado distrital (2003–2006, 2007–2010 e 2011–2014)

PRIORIDADES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Quero tomar conhecimento das propostas que já estão em tramitação e que tratam de temas ligados ao fortalecimento das famílias, à revisão do Código Penal, à redução da maioria penal e contra o aborto. Tenho muito a aprender na Câmara dos Deputados. Vou apresentar projetos e emendas que contribuam de forma efetiva para a qualidade de vida das famílias. Essas foram bandeiras que empunhamos em nossa campanha: buscar a implantação de políticas públicas que gerem desenvolvimento, crescimento, emprego e renda.

O DESENVOLVIMENTO DO DF E A INDUSTRIALIZAÇÃO

Temos um grande potencial de crescimento e o papel da indústria é fundamental. A geração de empregos é a mola da economia e a indústria é grande geradora de postos de trabalho. Sou amplamente favorável ao incentivo para a instalação de indústrias não poluentes. Fui presidente da Comissão de Meio Ambiente na Câmara Legislativa por duas vezes e sempre prezamos pelo desenvolvimento sustentável.

O PAPEL DO BRB

O BRB passou por dificuldades em um passado recente. Falou-se até em venda, o que não aconteceu. Acredito que o banco possa assumir um papel de impulsionador do comércio e da indústria do DF, ampliando sua

atuação. Investir com responsabilidade é semear em terra boa: resulta em colheita farta.

ATRAÇÃO DE INDÚSTRIAS

Oferecer incentivos é um grande diferencial. Devemos levar em conta os dividendos gerados com a criação de empregos diretos e indiretos, e não apenas com a arrecadação de impostos. Temos de considerar a movimentação da economia. A carga tributária é massacrante para o setor produtivo. O empresariado acaba adotando com principal critério na definição do local a realizar o investimento as despesas com impostos. Não podemos deixar que o DF, com essa localização privilegiadíssima, perca espaço no mercado. Receber indústrias é a certeza da geração de postos de trabalho, de aquecimento econômico. O Estado passa a receber mais e pode oferecer melhores serviços à população. É um círculo virtuoso. Ganham todos.

LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

O Pró-DF precisa ser reformulado. Creio que a descentralização geográfica das empresas seja extremamente benéfica em todos os aspectos. A geração de emprego nas cidades traz a possibilidade de trabalhar mais próximo de casa, aumentando a produtividade, dando mais tempo ao trabalhador com sua família, reduzindo o tráfego de veículos nas já superlotadas vias do DF e resultando em mais qualidade de vida. Os critérios devem ser discutidos

**Receber
indústrias
é a certeza
da geração
de postos de
trabalho, de
aquecimento
econômico.**



com o setor produtivo, com as organizações, com as entidades representativas, com os trabalhadores. O Pró-DF é importante e deve ser revisto para o bem do Distrito Federal.

PREFERÊNCIA A EMPRESAS LOCAIS EM COMPRAS PÚBLICAS

Acho justo. Nossa cidade é ainda muito jovem e precisa crescer economicamente. Valorizar o empresariado local é necessário. É uma questão de sobrevivência. E as micro e pequenas empresas também são geradoras de emprego. Elas têm papel fundamental na economia local. Precisamos ampliar o número de postos de trabalho em nossa cidade e, para isso, é necessário que as empresas sobrevivam aqui. É impressionante o número de empresas que fecham as portas ainda nos primeiros anos de funcionamento.

BUROCRACIA PARA EMPREENDER

Já recebi inúmeras demandas do setor produtivo quanto à burocracia para abertura e principalmente quanto à implantação das empresas. A equipe do nosso gabinete na Câmara Legislativa elaborou um projeto de lei que, entre outras funções, facilitava a emissão de alvarás de construção e de funcionamento no DF. Hoje, a burocracia é enorme e o quadro de técnicos do governo, mesmo sendo composto por profissionais extremamente capacitados, é reduzido e insuficiente. O projeto foi encaminhado ao governo, pois a matéria deve ser de iniciativa do Poder Executivo, mas não foi encaminhado à Câmara Legislativa.

EXPANSÃO INDUSTRIAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL

É possível compatibilizar as duas questões, mantendo atualizada a legislação e levando em consideração o interesse da sociedade, tanto em curto quanto em longo prazo. Não devemos temer a expansão, desde que esta ocorra de forma ordenada, levando em consideração os impactos nas mais diversas ordens, sejam elas ambientais, econômicas, sociais, estruturais. Nossa cidade é jovem e precisa crescer economicamente.

FALTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Acredito muito na aproximação do ensino médio com a qualificação profissional. Mas creio que o problema esteja na base. Perdemos muitos alunos ainda nos primeiros anos da formação básica. Os programas sociais já estão exercendo uma importante função no acesso das crianças à escola. A educação efetiva deve ser adotada como contrapartida de todos os benefícios. Presença, notas, atividades complementares. Tudo deve ser levado em conta e deve ser acompanhado pelo Estado. Mantendo as crianças mais tempo nas escolas, certamente teremos um número maior de profissionais qualificados. Só podemos evoluir a partir de uma base: a educação.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO NAS EMPRESAS

Acho importante a existência do regime de cotas, mas de forma racional e produtiva. A legislação tem

DE 1993 A 1997, COORDENOU A INSTALAÇÃO DA CIDADE DO RECANTO DAS EMAS. EM 1999, COORDENOU O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA CIDADE. EM 2002, FOI ELEITO PARA O PRIMEIRO MANDATO COMO DEPUTADO DISTRITAL, PELO PSD. QUANDO O PARTIDO FOI FUNDIDO AO PTB, EM 2004, SE FILIOU AO PMDB.

o objetivo de incluir trabalhadores no mercado, e não de criar obstáculos para as empresas. Acredito que um amplo debate que inclua todos os setores da sociedade seja necessário. Sou favorável ao diálogo, ao entendimento. Em toda minha vida pública agi assim. Tem dado certo.

ESTÍMULOS A EMPRESAS SUSTENTÁVEIS

Sou amplamente favorável. Os créditos de carbono são um exemplo de incentivo à sustentabilidade. Poluir menos e investir em alternativas passa a ser lucrativo. A meta para diminuição no impacto ambiental com geração de recursos a partir de práticas sustentáveis e o reconhecimento por parte do consumidor da responsabilidade ecológica da marca devem ser diferenciais enxergados pelo Estado e pelo setor produtivo. É cada vez maior o número de consumidores conscientes, que levam em consideração o dano causado ao meio ambiente pelo produto que estão adquirindo. Esse comportamento é extremamente louvável e deve ser cada vez mais comum. A compensação ambiental deve existir em todos os setores da economia. Produtores, comerciantes e clientes devem assumir sua parcela de responsabilidade quanto aos impactos causados ao meio ambiente.

RELACIONAMENTO COM ENTIDADES EMPRESARIAIS

Acho que esse diálogo deve ser aberto e constante. Devemos realizar amplos debates que incluam

também as entidades de representação dos trabalhadores. Acredito que todos devem estar constantemente discutindo políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento da sociedade, observando e contribuindo na construção de propostas sob diversas e diferenciadas visões. O Sistema Fibra é um exemplo de organização e de responsabilidade social. Os trabalhos desenvolvidos pela entidade repercutem no seio da sociedade.

The background of the image is a solid blue color. It is decorated with a repeating pattern of white icons. These icons include stylized human figures (both men in suits and women in blouses) and envelope symbols, arranged in a grid-like fashion. A large, white, irregular shape, resembling a torn corner or a piece of paper, is positioned on the right side of the image, partially obscuring the background pattern.

SENADORES



CRISTOVAM BUARQUE | PDT



**Cristovam Ricardo Cavalcanti
Buarque**

Recife (PE), 20/2/1944

Em Brasília desde 1979

Engenheiro mecânico, economista e professor

Católico



Cargos públicos anteriores:

Reitor da UnB (1985–1989)

Governador do Distrito Federal (1995–1998)

Ministro da Educação (2003–2004)

Senador (2002–2010 e 2011–2019)

A LUTA PELA EDUCAÇÃO

Tenho uma luta grande pela educação no Brasil, concentrada em uma ideia que é a federalização da educação de base. Um projeto específico nesse sentido é a reforma na Constituição. Embora seja possível fazer isso sem nenhuma alteração, eu a defendo porque obrigaria a fazer a mudança. Além disso, vou fortalecer minha participação no cenário nacional. Creio que o Brasil nunca esteve tão polarizado e com um presidente da República tão desgastado já no início do governo. Então, a polarização e o desgaste vão exigir muito bom senso, muita intermediação, e eu considero que sou um dos que, dentro no Senado, tem condições de fazer esse papel. O outro papel que quero desempenhar é o de me voltar mais para o DF. Já comecei a fazer um circuito que eu chamo de “Conversa com Cristovam”, em que vou circular pelo Distrito Federal, ouvindo a população e levando as reivindicações para o governador Rodrigo Rollemberg.

PIB DE QUALIDADE

A economia está em pandarecos do ponto de vista conjuntural e atrasada do ponto de vista estrutural. É uma economia com déficit nas contas públicas, na balança comercial, com endividamento elevado. Esse é o lado conjuntural. O que há de bom na economia é velho, é indústria como a de ferro e a de soja. Ainda precisamos fazer uma reforma na estrutura da economia brasileira

”

e na estrutura do Estado – nos gastos públicos e na manutenção da responsabilidade fiscal. Do ponto de vista estrutural, deixamos de crescer. O PIB não cresce e é velho, é feio. A gente sempre toma o PIB como grande ou pequeno, mas esquece que ele pode ser bonito ou feio. O PIB que desenvolve tecnologia é bonito. O PIB que explora floresta, destruindo o meio ambiente para produzir soja, mesmo que gere riqueza imediata, é feio. PIB feio não tem futuro. Há ainda o PIB intermediário, que é o que fabrica o produto da tecnologia inventada em outra parte. Fabrica, mas não inventa, então não fica com a maior parte da renda.

O VALE DO SILÍCIO NO BRASIL

O desenvolvimento industrial no DF tende totalmente no sentido de alta tecnologia. É a maior renda do Brasil, mas não a mais bela renda do Brasil. É uma renda de serviços, de construção ou de um setor industrial mecânico de meados do século passado. Devia haver criação de inovação. Fiz uma viagem recente a uma cidade chamada Palo Alto, na Califórnia (EUA), e vi o futuro que Brasília pode ter. Mas tenho informações de que Goiás está querendo sair na frente. Está trabalhando a possibilidade de criar um eixo de Goiânia até perto daqui, com um centro de alta tecnologia como o que nos EUA se chama Vale do Silício. Brasília poderia ser isso – tudo parte e depende da educação. Para mim, o melhor índice de educação é olhar ao redor. Você

**Para Brasília
se transformar
naquilo que
acho que é
sua vocação,
o turismo e a
indústria de
alta tecnologia,
precisa de
educação.**



sabe se uma cidade é educada ou não olhando qual a sua indústria. Indústria no sentido amplo. Se a sua indústria é agricultura ou é mineração. Se é indústria metal-mecânica ou eletrônica. Você sabe se uma cidade é educada pelo trânsito. Tem um último indicador que é o sentido de futuro. Uma cidade educada tem um sentido de futuro muito maior do que uma não educada. Para Brasília se transformar naquilo que acho que é sua vocação, o turismo em si e a indústria de alta tecnologia, precisa de educação. Só com educação de base que forme meninos e meninas saindo do ensino médio com alta qualificação vamos ter universidades boas. E só com universidades boas vamos ter a possibilidade de indústrias de alta tecnologia. Incluo nesse último quesito a formação empreendedora, porque essas indústrias do futuro não começam grandes, começam bem pequenas. A universidade não está formando os profissionais com a qualidade de que o momento precisa, nem profissionais com capacidade empreendedora, sem a qual o conhecimento não se transforma em produto.

FOMENTO A “AVENTURAS”

Para o desenvolvimento produtivo do DF, são necessários dois tipos de incentivos: o de formação e o voltado a facilitar o que hoje se chama de *startup*, que é financiar futuros empresários. O Brasil tem a tendência de só colocar dinheiro na mão de empresários já consolidados, tem medo de financiar “aventuras”. O microcomputador foi uma

aventura empresarial. Naquela época [anos 1970], falou-se que computador seria uma curiosidade para uma ou outra pessoa. Então alguém investiu e o transformou no que é hoje. A gente precisa criar incentivos a produtos ainda não consolidados na praça. Prefiro correr riscos dando apoio a cinquenta pequenos empreendimentos, cada um com risco muito pequeno, do que colocar muito dinheiro em uma única empresa, ainda que seja de pouco risco.

ERA DO CONHECIMENTO

Ainda há muita terra pública. A gente pode usar essa terra pública como chamariz para pequenas empresas. O Pró-DF poderia ter dado mais prioridade a indústrias de ponta, terminou sendo usado muito para comércio, indústrias tradicionais. Agora temos que começar a trabalhar juntos o setor empresarial, o setor bancário e a universidade. A área acadêmica tem que ser capaz de casar com o setor produtivo em um momento em que a economia é baseada, sobretudo, no conhecimento. Quando o Brasil começou, a riqueza vinha da terra e dos escravos, que plantavam. Quatro séculos depois, o País melhorou um pouquinho, colocando a riqueza no capital industrial e na habilidade de operários. A partir de agora, a riqueza, ou seja, o verdadeiro capital, não é nem terra nem dinheiro, é o conhecimento. Esse conhecimento sai das universidades e chega às ruas, à economia. O sistema universitário do DF tem que ser incorporado ao seu processo de desenvolvimento.

QUANDO ESTUDANTE, LUTOU CONTRA A DITADURA MILITAR PELA AÇÃO POPULAR, DE ORIGEM CATÓLICA. FOI O PRIMEIRO REITOR ELEITO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. FOI FILIADO AO PT DE 1990 A 2005. É O CRIADOR DA BOLSA-ESCOLA, ADOTADA PELA PRIMEIRA VEZ EM SEU GOVERNO NO DISTRITO FEDERAL. AUTOR DE 33 LIVROS, FOI O CANDIDATO PELO PDT À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM 2006. CUMPRE O SEGUNDO MANDATO COMO SENADOR, PARA O QUAL FOI ELEITO EM 2010.

MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Sou favorável a toda modernização, desde que a gente inclua nesse conceito os direitos trabalhistas. Sou favorável a melhorar, o que exige modificações. O conceito de direito trabalhista de 70 anos atrás, da chamada CLT, tem que ser aprimorado. Mas nunca podemos tirar direitos. Para melhorar os direitos, você pode perder um aqui e ganhar outro ali. Por exemplo, tem um direito que não está na CLT e que eu botei em um projeto de lei, que é o de que todo trabalhador tenha um período para um retreinamento. O processo produtivo muda tão rápido que o operário que não faz cursos fica superado rapidamente. Isso é melhorar a CLT, mas não quer dizer nem aumentar nem manter os mesmos direitos, mas sim manter aqueles compatíveis com o tempo de hoje e criar direitos compatíveis com o presente.

OS PROBLEMAS DE UMA CIDADE ADMINISTRATIVA

Brasília corre um sério risco, pois os jovens mais brilhantes estão virando concursistas. Quanto mais brilhantes, mais querem estabilidade no Ministério Público, no Judiciário, na consultoria do Senado, e se acomodam. E isso é bom para eles, não tenha dúvida. A estabilidade com a aposentadoria integral no salário é muito boa para o indivíduo, mas raramente para a economia do País. E Brasília está virando uma capital de estabilizadores, de pessoas que não querem correr riscos. Sem o concurso público,

o Brasil cai no fisiologismo, mas, com o concurso público, está caindo no acomodamento.

ESTÍMULO À SUSTENTABILIDADE

Sou totalmente favorável a incentivos a empresas verdes, mas eu gostaria de mais orientação, de prioridade ao que significa ser sustentável do ponto de vista da natureza e também ser sustentável do ponto de vista do futuro. Não tem um celular ou um automóvel criado no Brasil. O País se acostumou a comemorar o *made in Brazil*, isso é coisa do passado. Hoje o que interessa é o *created in Brazil* e nisso estamos muito atrasados. Estamos perdendo o bonde mais uma vez. O Brasil é um crematório de cérebros. Basta dizer que só 38% da população termina o ensino médio. Eu diria que, desses, não chega à metade os que tiveram uma boa formação.

DIÁLOGO PELO FUTURO

Deveria passar pelo Congresso o casamento do setor produtivo com o setor criador de conhecimento, fazendo uma reforma universitária que o Brasil está fugindo de fazer. Estamos fabricando doutores, e não criando doutores. Fabricar doutores é fabricá-lo com o conhecimento que vem de antes e que apenas transmitimos. Criar doutores é fazer com que eles sejam inventados com a tecnologia e o conhecimento para o momento, na fronteira do futuro. A universidade está na retaguarda. No máximo, no futuro do passado.

HÉLIO JOSÉ | PSD



Hélio José da Silva Lima
Corumbá de Goiás (GO), 9/3/1960
Em Brasília desde 1975
Engenheiro elétrico
Católico

EIXOS DE TRABALHO NO SENADO FEDERAL

O meu mandato vai ser dividido em quatro eixos principais. O primeiro é o que defende os menos favorecidos da sociedade e engloba políticas públicas de saúde, educação, transporte e segurança. O segundo é o da habitação. Creio que todo cidadão queira ter onde morar. Defendo, nesse sentido, que o governo intervenha na faixa um – que representa aquelas pessoas que recebem de um a três salários mínimos. Nas rendas mais altas, não é necessário esse trabalho. Um terceiro eixo em que pretendo atuar é para apoiar o setor produtivo, o microempreendedor e as associações comerciais a fim de fomentar projetos que viabilizem oportunidades para os menos favorecidos. Hoje, no Pró-DF, por exemplo, 90% dos empreendimentos são irregulares, o que inviabiliza os investimentos. Já o quarto eixo de minha atuação será voltado aos servidores, aos empregados e às organizações públicas em geral. O Estado não existe nem para ter prejuízo nem para ter lucro. Ele existe para equilibrar o mercado.

FOMENTO ÀS INDÚSTRIAS PEQUENAS E LIMPAS

Há espaço para as indústrias no Distrito Federal, mas elas devem ser principalmente de serviços e não poluentes. O DF tem um bioma precário, o Cerrado. Não podemos investir em

”

algo muito pesado. Setores como o do turismo precisam ser incrementados, receberem maior apoio. Nesse sentido de fomento, creio que o microempreendedor deva receber atenção especial. Muitas coisas pequenas, de consumo imediato, podem ser industrializadas aqui em Brasília. Negócios maiores em termos de complexidade, como a tecnologia de informação, precisam de uma base de investimento que os acompanhe. O Parque Tecnológico Cidade Digital precisa sair do papel. Ele é muito bem-vindo no DF e tem tudo para ser âncora no Brasil.

REGULARIZAR É PERMITIR INVESTIMENTOS

Para falar de fomento econômico, precisamos resolver o problema fundiário que atinge o DF. Primeiro temos de nos dedicar à regularização fundiária, para depois pensar em como fomentar e então gerar mais empregos. A expansão de novas áreas, por sua vez, deve ser pensada a médio e longo prazo, em um segundo passo. Instalado em terra irregular, o empreendedor fica impedido de pegar empréstimos e de investir. Nosso problema mais grave hoje passa justamente por aí, em setores como o Pró-DF e a Cidade Digital.

PRIORIDADE PARA O EMPRESARIADO BRASILIENSE

Uma necessidade urgente é incentivar a compra de produtos produzidos no próprio DF.

**Para falar
de fomento
econômico,
precisamos
resolver o
problema
fundiário que
atinge o DF.**

Faço críticas severas ao Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, por exemplo. Com esse empreendimento, foi gasto um valor de R\$ 2 bilhões do orçamento público. Porém, todo esse dinheiro praticamente não ajudou em nada o industrial e o empresário local. Tudo veio de fora e não houve um incentivo, uma lei mínima que exigisse prioridade do DF no que se referia ao fornecimento dos insumos.

CAPACITAÇÃO TÉCNICA POR MEIO DE PARCERIAS

Para o desenvolvimento produtivo, após regularizar e fomentar, é necessário incrementar o nosso setor de formação, a área de ensino técnico, por meio de apoios e parcerias. Brasília precisa investir mais nessa área técnica para que a mão de obra local, devidamente formada, possa ser utilizada.

COTAS PARA CONTRATAÇÃO NAS EMPRESAS

No que se refere às cotas para preenchimento de vagas no setor produtivo, mais uma vez entra em foco a qualificação. Não faz sentido você ser obrigado a cumprir uma cota de contratação se a pessoa não tem formação para trabalhar. Creio que em situações em que isso ocorra, em que essa mão de obra preparada não exista, as vagas reservadas devam ser liberadas para pessoas qualificadas ocuparem. Enquanto isso, você reserva um tempo

para a formação desse outro grupo. Afinal, a empresa não pode parar.

LEIS TRABALHISTAS MELHORES

Como ex-sindicalista, é muito complicado discutir a flexibilização de leis trabalhistas. Acho que do jeito que está pode melhorar, piorar jamais. Não apoiarei um projeto contrário a isso. A modernização da legislação é uma questão de lógica. Pode existir modernização que não restrinja direitos, que venha até a aumentar direitos, dependendo da situação. Acredito que a modernização seja saudável e bem-vinda, mas sem que isso cause dispensa de mão de obra. Independentemente de qualquer coisa, as pessoas têm que ser aproveitadas dentro dos mercados. Sou defensor, por exemplo, da ideia de que não faz sentido, em uma cidade como Brasília, trabalharmos dois turnos de quatro horas com intervalo de duas horas entre eles. Muito mais salutar seria trabalhar seis horas corridas com intervalo de 15 minutos. Dessa forma, teríamos o trânsito distribuído durante os diferentes horários, o que seria bom para o setor público, para as pessoas, para o trânsito, ou seja, lucro para todos os lados. Quero ter a oportunidade de discutir isso.

IMPOSTO ÚNICO

Se o Brasil trabalhasse com um imposto único, seria muito bom. Teríamos menos sonegação, o que faria com que o governo arrecadasse mais.

FOI UM DOS FUNDADORES DO PT, DO QUAL FEZ PARTE DE 1978 A 2010, E DIRIGIU A CUT NO DF. FOI UM DOS FUNDADORES DO PSD, EM 2010. SERVIDOR DE CARREIRA DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, FOI CANDIDATO A DEPUTADO DISTRITAL NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES. SUPLENTE DE SENADOR, EM 2014, ASSUME A VAGA, NO LUGAR DE RODRIGO ROLLEMBERG, ELEITO GOVERNADOR DO DF. O MANDATO DE SENADOR VAI ATÉ 2019.

Não tem sentido cobrar um imposto de renda altíssimo, como é hoje, de quem trabalha.

ESTÍMULO À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Precisamos incentivar as empresas verdes. São muito boas para a sociedade e também para o empresário iniciativas nesse sentido, uma vez que oferecem contribuição para a qualidade de vida da cidade e para o bem-estar social. Esse incentivo pode ser fomento, perdão de imposto ou isenção. O importante é promover isso.

REGUFFE | PDT



José Antônio Machado Reguffe

Rio de Janeiro (RJ), 5/9/1972

Em Brasília desde 1981

Economista e jornalista

Católico



Cargos públicos anteriores:

Deputado distrital (2007–2010)

Deputado federal (2011–2015)

PRIORIDADES PARA O MANDATO

Dividi a minha campanha em três pilares. Primeiro, a defesa de uma reforma política, que mude a forma de se elegerem os políticos e a forma de fazer política neste país. Propostas como o fim da reeleição para cargos executivos, o limite de uma única reeleição para cargos legislativos, a instituição do voto facultativo e distrital, a criação de um sistema de revogabilidade de mandatos, a possibilidade de candidaturas avulsas sem filiação partidária, a proibição de que alguém se eleja para um cargo legislativo e vá ocupar cargo no Executivo, a proibição de doações privadas para campanhas políticas. A segunda coisa é a defesa da redução da carga tributária e a terceira é a diminuição do custo dos mandatos parlamentares. O custo de um mandato parlamentar no Brasil é excessivo, portanto precisa ser reduzido. Não existe democracia sem um Poder Legislativo forte e atuante, mas para isso ele não precisa ser gordo e inchado como é hoje.

INDUSTRIALIZAÇÃO DE BRASÍLIA

Considero que o Distrito Federal precise criar vocação econômica própria, não pode apenas ser uma cidade administrativa. Brasília tem uma série de vocações, principalmente nos setores de serviços, de turismo e cultural. Sou favorável à instalação de indústrias não poluentes, que gerem empregos e renda para o DF.



INDUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Acho que a gente precisa reduzir tributos para todos. Este país criou uma política industrial durante muito tempo na qual o Estado passou a ter uma postura paternalista, concedendo subsídios. Penso que a iniciativa privada tem um papel no País e que cabe ao Estado induzir o desenvolvimento, mas ele não deve dar mordomia fiscal para o empresário. Uma coisa é o Estado induzir o desenvolvimento, outra coisa é, sem contrapartida, conceder vantagens, como acontece em uma série de lugares do Brasil. Essa é minha visão pessoal. Acho que a forma de o Estado ajudar é reduzir impostos, facilitar a geração de empregos, facilitar a abertura e o encerramento de uma empresa em tempo mais curto. O Estado tem de agilizar esse processo, não é dando benefícios ou subsídios às vezes duvidosos. O Estado deve, em alguns casos, induzir o desenvolvimento, mas de forma transparente e clara. A forma de o Estado contribuir para o desenvolvimento econômico, inclusive industrial, é reduzindo tributos, e não com subsídios individuais, específicos a esse ou àquele empresário.

MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Eu sou contra a retirada de direitos do trabalhador brasileiro. Sou contra o fim do 13º salário, sou contra

**A forma de
o Estado
contribuir para o
desenvolvimento
econômico,
inclusive
industrial,
é reduzindo
tributos, e não
com subsídios
específicos.**

o fim das férias. Acho que o Estado deve simplificar o modelo tributário e reduzir a carga tributária, para que possamos ter geração de empregos mais rápida, mas sem tirar direitos históricos do trabalhador. Sou contra a terceirização nos serviços essenciais.

FALTA DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA NA INDÚSTRIA

O Estado deve investir mais no ensino técnico, no ensino profissionalizante. Considero que os programas sociais do governo precisam ser acompanhados de políticas educacionais, inclusive da exigência de que a pessoa se qualifique para o mercado de trabalho. A pessoa beneficiada pelos programas sociais deve se qualificar para se reinserir no mercado. Uma política de transferência de renda é importante desde que tenha caráter temporal. Quando passa a ter caráter permanente, na minha opinião, não é positivo.

FOCO NO CONTRIBUINTE E NO CONSUMIDOR

Acho necessária uma reforma que tenha como foco a redução da carga tributária. Eu tenho um lado: meu lado não é partido, meu lado não é governo. Meu lado é o lado do contribuinte e também do consumidor. Vou estar, portanto, do lado do que beneficiar o consumidor. É o contribuinte que represento, ou pelo menos tento representar, com o meu voto no Parlamento.

INCENTIVOS A EMPRESAS SUSTENTÁVEIS

Penso que aquelas empresas que contribuírem adotando medidas de sustentabilidade devam, sim, pagar menos tributos. Deve-se ter uma política tributária que leve em consideração a questão ambiental.

DIÁLOGO COM ENTIDADES EMPRESARIAIS

O foco do meu mandato é a defesa do contribuinte do Distrito Federal e do Brasil. Todas as vezes que essas instituições estiverem do lado do contribuinte, eu estarei do mesmo lado. Todas as vezes que essas instituições estiverem contra o contribuinte, eu estarei contra essas instituições. Se essas entidades defenderem, por exemplo, que não se recrie a CPMF neste país, estarei do lado delas. Sou contra o aumento da carga tributária, defendendo justamente a redução. O Estado brasileiro precisa ser mais eficiente, precisa qualificar melhor o seu gasto. Tem de gastar com mais critério cada centavo do dinheiro público.

COMPROMISSOS

Acho que um candidato tem de assumir compromissos, então eu vou defender a reforma política, vou reduzir em mais de 50% o custo do meu mandato por mês, fazendo cortes no meu gabinete. Assumi também o compromisso de votar contra qualquer projeto que crie ou

FEZ PARTE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNB. É FILIADO AO PDT DESDE 2005. EM 2010, FOI ELEITO O DEPUTADO FEDERAL PROPORCIONALMENTE MAIS VOTADO DO BRASIL. EM 2014, FOI ELEITO SENADOR COM 57% DOS VOTOS VÁLIDOS.

aumente alíquota de imposto, justamente por achar que o Estado tem de ser mais eficiente, e não gastar, gastar, gastar e depois querer descontar do contribuinte aumentando ou criando impostos.

PERFIL DOS PARLAMENTARES DO DISTRITO FEDERAL

2015–2018

DIRETORIA DE ASSUNTOS DE DEFESA DE INTERESSE INDUSTRIAL

ASSESSORIA DE ASSUNTOS DE DEFESA DE INTERESSE INDUSTRIAL

DIRETOR

WALID DE MELO PIRES SARIEDNE

COORDENAÇÃO TÉCNICA

SUSANA TOSTES

EQUIPE TÉCNICA

LUCIANA ESPÍNDOLA

GISLAINE SILVA

VANESSA OSTELLO

COLABORAÇÃO

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

DIONES CERQUEIRA

ASSESSORIA DE ASSUNTOS DE MEIO AMBIENTE

ANA PAULA PESSOA

ASSESSORIA DE ASSUNTOS DE DESENVOLVIMENTO

SINDICAL E RELAÇÕES DO TRABALHO

LEONICE XAVIER NUNES

ASSESSORIA DE ASSUNTOS DE

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

EDSON LUIZ NERI

ASSESSORIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA

NILSON CARVALHO

SUZANA LEITE

ENTREVISTAS

ANNA HALLEY

NOELLE OLIVEIRA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

CARLOS DRUMOND

EDIÇÃO DE FOTOGRAFIA

NILSON CARVALHO

APOIO

GABRIELA MOLL

FOTOS

NILSON CARVALHO: PÁGS. 8, 18, 22, 26, 30, 34, 38, 42, 46, 50, 54, 62, 66, 70, 82, 86, 90, 94, 98, 102, 106, 110, 116, 124, 128, 134, 138, 148, 152 E 156

NINA QUINTANA: PÁGS. 58, 74, 78 E 120

(A FOTO DA PÁG. 132 FOI OBTIDA NO BANCO DE IMAGENS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. A FOTO DA PÁG. 142 FOI RETIRADA DO SITE DO PARLAMENTAR)

IMPRESSÃO

GRÁFICA QUALIDADE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DE ASSUNTOS DE DEFESA DE INTERESSE INDUSTRIAL

SIA TRECHO 3 LOTE 225 – CEP: 71200-030 – BRASÍLIA-DF

TELEFONES: (61) 3362-6116/3362-6119/3362-6069

WWW.SISTEMAFIBRA.ORG.BR

DEFESADEINTERESSE@SISTEMAFIBRA.ORG.BR

O TEXTO "O DESAFIO DA RECUPERAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA" É DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR E NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA FIBRA.

OS PERFS APRESENTADOS NESTA PUBLICAÇÃO FORAM CONSTRUÍDOS COM BASE EM ENTREVISTAS VALIDADAS PELOS PARLAMENTARES.

PUBLICAÇÃO CONCLUÍDA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2014





